



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 007/2025

ID CidadES/TCE nº 2025.500E0600023.01.0056
Nº da Licitação Compras.gov: 90.007/2025

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio do SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, doravante denominado SEJUS, com sede na Avenida Governador Bley, nº 236, 11º andar, Edifício Fábio Ruschi, Centro, Vitória/ES, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, para **CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ABRANGENDO A ELABORAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, A EXECUÇÃO DA OBRA, O FORNECIMENTO DE BENS, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE MONTAGEM, TESTES E PRÉ-OPERAÇÃO, VISANDO À ENTREGA FINAL DA NOVA UNIDADE PENITENCIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CARIACICA – ES**, conforme processo E-Docs nº **2024-T35WK**, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa ou consórcio para a **contratação integrada de pessoa jurídica especializada na execução de obras e serviços de engenharia, abrangendo a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução da obra, o fornecimento de bens, a prestação de serviços especializados, bem como a realização de montagem, testes e pré-operação, visando à entrega final da nova unidade penitenciária no município de Cariacica – ES**, conforme especificações contidas no Termo de Referência que acompanha este Edital.

1.2 - As OBRAS e SERVIÇOS DE ENGENHARIA serão executados nos locais e de acordo com as informações pertinentes, as especificações e os quantitativos estimados, constantes dos documentos a seguir mencionados, os quais são partes integrantes deste edital, independentemente de transcrição, devendo ser rigorosamente obedecidos na apresentação da documentação e elaboração das propostas:

- (a) Termo de Referência (Anexo I) e seus anexos;
- (b) Modelos do Edital
- (c) Minuta de Contrato

1.3 - A licitação será realizada em único item.

1.4 - Data da sessão pública: 05 de fevereiro de 2026; às 10h.

1.5 - O modo de disputa será o aberto e fechado.

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

1.6 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço.

1.7 - O valor total admitido para a presente licitação é de **R\$ 84.232.221,10 (oitenta e quatro milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e um reais e dez centavos)**, conforme o que consta no Anexo I deste Edital

1.8 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da SEJUS a cargo da conta do Programa de Trabalho nº 10.46.101.14.421.0053.3809 , Elemento de Despesa nº 4.4.90.51 do orçamento da SEJUS para o exercício de 2026.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte ou para os beneficiários congêneres, em razão da vedação prevista no art. 4º, § 1º, II, e §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/2021.

2.6 - Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

2.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3 - DA PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

3.1 - Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, constituído conforme as regras seguintes, sem prejuízo de outras existentes neste Edital e em seus Anexos, na forma do art. 15 da Lei 14.133/2021:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

- 3.1.1 - O número máximo de integrantes de cada consórcio será de 02 (duas) empresas.
- 3.1.2 - A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.
- 3.1.3 - Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 3.1.4 - As empresas consorciadas não poderão participar da licitação de forma isolada ou através de outro consórcio.
- 3.1.5 - Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos.
- 3.1.6 - Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão da licitação.
- 3.1.7 - Na fase de execução contratual, a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de habilitação econômico- financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- 3.2 - As pessoas jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, contendo:
- 3.2.1 - A designação do consórcio, a indicação da finalidade de participação nesta licitação e de execução do contrato dela decorrente como seu objeto, e o endereço em que está estabelecido.
- 3.2.2 - A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.
- 3.2.3 - A indicação da empresa líder como representante do consórcio.
- 3.2.4 - Cláusula de solidariedade, nos termos deste edital e da legislação.
- 3.2.5 - O prazo do consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.
- 3.3 - Cada uma das empresas consorciadas deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no Edital.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

3.4 - A comprovação da habilitação técnica consistente nas capacidades técnico-operacional e técnico-profissional exigidas poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

3.4.1 - As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de habilitação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no consórcio, na forma do art. 15, III, da Lei 14.133/2021.

3.4.2 - O registro ou inscrição no conselho profissional deverá ser apresentado por todas as consorciadas.

3.4.3 - As declarações exigidas no Edital deverão ser apresentadas por todas as consorciadas.

3.5 - Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de habilitação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado.

3.5.1 - Para o consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 20% (vinte por cento) dos valores de patrimônio líquido exigidos para o licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na forma do art. 15, III, parte final, da Lei 14.133/2021.

3.5.2 - O acréscimo previsto neste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 15, § 2º, da Lei 14.133/2021.

3.6 - O licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição e os registros do consórcio nos órgãos competentes, observando o compromisso assumido, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei 14.133/2021 e dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/1976.

3.7 - Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no termo de compromisso de constituição do consórcio.

3.8 - Se exigida garantia de proposta ou garantia de contrato, será permitido que sejam apresentadas integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou por cada uma das empresas consorciadas, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

4.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.5 - O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

4.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar 123/ 2006.

4.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

4.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10.3 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados.

5.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4 - O licitante deverá formular sua proposta, considerando as disposições do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, que obriga aqueles que são contratados pela Administração Pública, a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

5.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projetos e em todos os Anexos deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.3 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4 - O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL DO ITEM objeto da disputa. Será vencedor o Licitante que atender aos requisitos do Edital e ofertar o MENOR PREÇO para executar o objeto da disputa.

6.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

6.8 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10 - Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11 - Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

6.11.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 - Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1 - Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6 - Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 - No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

6.19.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

6.21 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

6.21.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4 - O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 03 (três) dias, envie a proposta, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

6.21.5 - A referida adequação deve contemplar as planilhas com indicação dos quantitativos e custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, o Cronograma Físico-Financeiro e os Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

6.21.6 - É admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no Cronograma Físico-Financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.22 - Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Agente/Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 - SICAF;

7.1.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

7.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Agente de Contratação/Comissão reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

7.4 - Será também desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 - conter vícios insanáveis;

7.4.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 - O licitante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão solicitados e apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

7.7 - O Agente ou Comissão de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

7.8 - No caso de obras e serviços de engenharia serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021.

7.9 - Nas contratações de obras e serviços de engenharia será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59, § 5º, da Lei 14.133/2021.

7.10 - A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários indicados como relevantes no Termo de Referência, conforme disposto no art. 59, IV, e §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/2021.

7.11 - Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

7.12 - A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.13 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte: a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor estimado.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - Os documentos previstos no **Anexo I deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

8.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema. O Licitante vencedor deverá providenciá-los no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Agente ou Comissão de Contratação.

8.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

8.4 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6.1 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

8.9 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.10 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Agente de Contratação/Comissão examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

8.11 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

8.12 - Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

8.13 - As proponentes estarão obrigadas a apresentar Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo do EDITAL.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Agente/Comissão de Contratação comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

9.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

Tel.: (027) 3636-5820



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

10.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

10.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

10.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

10.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

10.4 - Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

10.5 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

11.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

11.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5 - fraudar a licitação;

11.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

11.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

11.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

11.3.1 - multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

11.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

11.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

11.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

12 - DA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA CONFORME DECRETO ESTADUAL 4251-R/2018 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL DE Nº 879 DE 26/12/2017.

12.1 - Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, a CONTRATADA, nos termos do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

13 - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 - As regras sobre subcontratação constam da Minuta de Contrato (Anexo IV) e do Termo de Referência (Anexo I).

14 - DA VISITA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS

14.1 - A visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução da obra é facultada ao licitante e, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade, de acordo com o item 14 do Termo de Referência.

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

14.2 - A visita deverá ser agendada com antecedência junto à GEARE/SEJUS e deverá ocorrer até o dia útil anterior a abertura da Proposta. O Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

2.2.1 - O agendamento das visitas deve ser realizado com GEARE, através do telefone (27) 3636-5713, das 9:00 às 15:00 horas, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

14.3 - Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra, nos moldes da declaração constante do ANEXO xx do EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES.

15 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail licitacoes@sejus.es.gov.br. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

15.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.4 - Caso o Agente de Contratação/Comissão decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Agente de Contratação/Comissão.

15.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo do Sistema de Compras do Governo Federal, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

16.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

16.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Apêndice A - Requisitos de Habilitação

Anexos ao Termo de Referência:

- 1- Anteprojeto;
- 2 - Memoriais descritivos;
- 3 - Relatório de Sondagem;
- 4 – Levantamento Planialtimétrico;
- 5 – Planilha orçamentária, nota de uso e cronograma físico financeiro;
- 6 – Critério de Medição;
- 7 – Caderno BIM;
- 8 – Matriz de alocação de risco;

Tel.: (027) 3636-5820



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

9 - Norma para avaliação de desempenho na execução de obras e serviços de engenharia;

10 – Modelos de Declarações

Anexo II – Demais Modelos do Edital

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato

MARCELA MATTOS FARINA

Presidente da Comissão

Tel.: (027) 3636-5820



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação integrada de pessoa jurídica especializada na execução de obras e serviços de engenharia, abrangendo a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução da obra, o fornecimento de bens, a prestação de serviços especializados, bem como a realização de montagem, testes e pré-operação, visando à entrega final da Nova Unidade Penitenciária no Município de Cariacica – ES.



SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	5
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	10
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	13
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	50
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	60
7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA	61
8. DAS MEDIÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO	63
9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO	64
10. DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO.....	66
11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	68
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL	69
13. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	69
14. DA VISTORIA.....	71
15. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES	72
16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	76
17. ANEXOS	79



1. DO OBJETO

1.1. DESCRIÇÃO, REGIME DE EXECUÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL

1.1.1. Objeto da Contratação

1.1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação Integrada de pessoa jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, com comprovada especialização técnica, para, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, empreender um conjunto integral e indissociável de operações que abrange:

A elaboração e o desenvolvimento completos dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharias complementares;

A execução integral da obra de construção civil;

O fornecimento e a instalação de todos os bens e equipamentos permanentes necessários ao funcionamento da unidade;

A prestação de todos os serviços especializados de engenharia, incluindo, mas não se limitando a sistemas de segurança, automação, tecnologia da informação e comunicação;

A montagem, a realização de testes de comissionamento, a pré-operação assistida e o treinamento de equipes técnicas da Contratante.

1.1.1.2. O escopo visa à entrega final da Nova Unidade Penitenciária no Município de Cariacica – ES, em plenas e perfeitas condições de habitabilidade, operacionalidade e segurança, pronta para o uso a que se destina, atendendo rigorosamente às normas técnicas brasileiras (ABNT), à legislação aplicável, às diretrizes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e às especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.

1.1.2. Aquisição nos termos da Tabela 1, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

Item	Código SIADES	Descrição	Unid.	Qtd.	VI Unit. (R\$)	VI Total Máx. (R\$)
1	0280381	SERVICO; TITULO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA; SUBTÍTULO: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E PROJETOS COMPLEMENTARES E EXECUÇÃO DA OBRA	UND	1	84.232.221,10	84.232.221,10

1.2. Havendo divergência entre a descrição dos bens no sistema SIADES/COMPRASGOV e neste Termo de Referência, prevalecerão as informações contidas neste Termo de Referência.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.

1.5. Regime de Execução



1.5.1. O regime de execução para a presente contratação é o de Contratação Integrada, em conformidade com o disposto no Art. 46, inciso V, e seus parágrafos, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A adoção deste regime justifica-se pela natureza complexa do objeto, que demanda uma articulação intrínseca entre a elaboração dos projetos e a execução da obra, visando otimizar soluções de engenharia, incorporar inovações tecnológicas e mitigar riscos de incompatibilidades, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.5.2. Enquadramento do Objeto

1.5.2.1. O objeto contratual enquadra-se na definição de obra e serviço de engenharia, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 em seu Art. 6º:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados [...].

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

1.6. ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E PREÇO

1.6.1. Adjudicação por Preço Global

1.6.1.1. A presente licitação será processada pelo critério de julgamento de menor preço, sendo a adjudicação realizada pelo valor global ofertado para a consecução integral do objeto. O preço proposto deverá contemplar a totalidade dos custos diretos e indiretos, incluindo todos os insumos, materiais, mão de obra, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, taxas, seguros, garantias, despesas administrativas e o lucro da Contratada.

1.6.1.2. Em decorrência da natureza do regime de Contratação Integrada, é expressamente vedada a remuneração da Contratada com base em preços unitários de serviços, bem como a solicitação de aditivos contratuais decorrentes de erros ou omissões nos quantitativos dos projetos básico e executivo, cujos riscos são integralmente alocados à Contratada, conforme detalhado na *Matriz de Riscos (Anexo 08)*, em observância ao Art. 46, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

1.6.2. Valor Global Estimado da Contratação



1.6.2.1. O valor total estimado e máximo para a presente contratação é de **R\$ 84.232.221,10 (oitenta e quatro milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e um reais e dez centavos)**, obtido conforme a metodologia e a composição de custos detalhadas no *Anexo 05 – Planilha Orçamentária*. Este valor representa o limite superior que a Administração se dispõe a pagar pela execução integral do objeto.

1.6.3. Características Mínimas do Objeto

1.6.3.1. A Unidade Penitenciária, objeto concreto deste documento, deverá ser projetada e construída para abrigar a capacidade mínima de vagas e a distribuição de ambientes funcionais conforme detalhadamente especificado no Programa de Necessidades, documento que constitui parte integrante do *Anexo 01 - Anteprojeto de Engenharia*.

1.6.3.2. A solução de engenharia a ser desenvolvida e implementada pela Contratada deverá atender, de forma integral e demonstrável, a todos os requisitos de desempenho, padrões de qualidade, condições de solidez, segurança estrutural e patrimonial, e durabilidade estabelecidos no *Anexo 01 - Anteprojeto de Engenharia*, que serve como peça técnica basilar para a elaboração das propostas, e no *Anexo 02 – Memoriais Descritivos*, que, nessa contratação, desempenham, também, função de caderno de especificações, para elaboração dos projetos básico e executivo.

1.7. PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

1.7.1. Prazo de Vigência Contratual

1.7.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) semanas, com início a partir da data de sua assinatura, período este que compreende o tempo necessário para a conclusão de todas as fases do objeto, incluindo a elaboração e aprovação dos projetos, a execução completa da obra, os testes de comissionamento, a pré-operação, os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, e a liquidação de todas as obrigações contratuais.

1.7.2. Prazo de Execução do Objeto

1.7.2.1. O prazo de execução do objeto, compreendido dentro do prazo de vigência, terá seu início a partir da data de expedição da Ordem de Início dos Serviços pela Contratante, e será de 90 (noventa) semanas. A execução deverá seguir rigorosamente as fases, metas e prazos intermediários definidos no Cronograma Físico-Financeiro que integrará o contrato.

1.7.3. Prorrogação Contratual

1.7.3.1. O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado caso o objeto não seja entregue ou finalizado no período inicialmente estabelecido, mediante formalização de termo aditivo, observadas as hipóteses previstas no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUTIVO DO SISTEMA PRISIONAL CAPIXABA



2.1.1. O sistema penitenciário do Estado do Espírito Santo, oficialmente instituído em 1985, passou por um profundo processo de reestruturação a partir de 2003. Naquele momento, o Estado deu início a um plano de revitalização de suas então 13 unidades prisionais, que incluía a contratação e capacitação de novos servidores e a implementação de programas de saúde, educação e qualificação profissional para a população carcerária.

2.1.2. Como parte dessa estratégia, entre 2003 e 2011, o Estado investiu significativamente na construção de 26 novos estabelecimentos penitenciários. Esse esforço visava substituir unidades que já não atendiam às condições mínimas de segurança e habitabilidade e, ao mesmo tempo, absorver o crescimento contínuo da população prisional. Este histórico de investimentos demonstra o compromisso do Estado com a melhoria do sistema, mas também evidencia a natureza contínua e crescente do desafio.

2.1.3. Apesar dos avanços obtidos, o constante aumento da população carcerária, superior à capacidade de expansão do sistema, resultou em um novo e grave cenário de superlotação, tornando imperativa a retomada dos investimentos em infraestrutura para garantir a segurança, a ordem e o cumprimento dos preceitos legais.

2.2. ANÁLISE QUANTITATIVA E DIAGNÓSTICO ATUAL

2.2.1. O cenário atual, comprovado por dados oficiais, não apenas compromete a eficácia das políticas de segurança e ressocialização, mas também submete as pessoas privadas de liberdade a condições de custódia que violam a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e o princípio da dignidade da pessoa humana. Conforme dados de agosto de 2024, a taxa de ocupação na Grande Vitória é de 152,80%, com 15.700 presos para uma capacidade de 10.275 vagas, conforme detalhado na Tabela 2.

UNIDADE PENITENCIÁRIA	VAGAS PREVISTAS	POPULAÇÃO CARCERÁRIA	TAXA DE OCUPAÇÃO
CASCUVV	301	270	89,70%
IRS	578	396	68,51%
CDPVV	534	860	161,05%
PEVV 1	620	1203	194,03%
PEVV 2	684	1295	189,33%
PEVV 3	604	1134	187,75%
PSVV	604	916	151,66%
PEVV 5	580	1140	196,55%
PEVV 6	862	1739	201,74%
CTV	176	265	150,57%
CDPV 2	904	1219	134,85%
PSME 1	120	206	171,67%



PSME 2	296	336	113,51%
PSMA 1	529	913	172,59%
PSMA 2	336	141	41,96%
PAES	475	755	158,95%
CPFC	442	460	104,07%
PSC	429	373	86,95%
UCTP	73	35	47,95%
CDPS	548	1026	187,23%
CDPG	580	1018	175,52%
TOTAL G. VITÓRIA	10.275	15.700	152,80%

TABELA 1- POPULAÇÃO CARCERÁRIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.3. Esta conjuntura de superlotação é acompanhada atentamente por órgãos de controle e pela sociedade civil, refletindo-se em mais de 100 Ações Cíveis Públicas ajuizadas contra o Estado, fato que reforça a urgência e prioridade administrativa da presente contratação. A construção de uma nova unidade prisional no município de Cariacica, em terreno já pertencente ao Estado (Rua Mario Valentine, s/n, Santana), revela-se a solução mais racional e tempestiva, do ponto de vista técnico, operacional e econômico. Esta alternativa viabiliza a expansão da capacidade com otimização do uso de recursos públicos, aproveitamento de área já destinada ao uso penitenciário, dispensa de custos de desapropriação e melhor inserção logística/metropolitana.

2.4. DA COMPLEXIDADE TÉCNICA DO OBJETO

2.4.1. A construção de estabelecimentos penais constitui-se como obra de alta complexidade técnica, com exigências que a distinguem substancialmente das edificações cíveis em geral. Além da dimensão física, a complexidade reside na necessidade de integração multinível de disciplinas de engenharia — estrutural, elétrica, hidráulica e sistemas de segurança — com requisitos rigorosos para operação, custódia e ressocialização, em consonância com as Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (notadamente a Resolução CNPCP nº 09/2011).

2.4.2. Estudos e relatórios técnicos da Gerência de Engenharia e Arquitetura (GEARE) da SEJUS demonstram que a adoção de modelos construtivos obsoletos no passado resultou em problemas crônicos de insalubridade, falhas de segurança e prejuízos à execução de políticas de ressocialização. Torna-se, assim, imperativa a superação desses paradigmas, com a adoção de soluções arquitetônicas contemporâneas, pautadas na eficiência operacional, segurança e sustentabilidade.

2.4.3. A especificação técnica de uma unidade prisional impõe o uso de sistemas construtivos, materiais e métodos de execução de altíssimo desempenho. A prioridade recai sobre a resistência mecânica, a durabilidade e a capacidade de suportar esforços excepcionais decorrentes do uso intensivo, de atos de vandalismo e de tentativas de evasão. Tais exigências estão em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), em especial a Resolução nº 09/2011, que estabelece diretrizes para a arquitetura penal.



2.4.4. A experiência da Gerência de Engenharia e Arquitetura (GEARE) desta Secretaria demonstra que a utilização de modelos construtivos que não atendem a esses requisitos específicos resulta, invariavelmente, em problemas crônicos de insalubridade, falhas nos sistemas de segurança, comprometimento da ventilação e iluminação, e, conseqüentemente, prejuízos à execução das políticas de ressocialização. Portanto, a superação de paradigmas construtivos obsoletos é uma premissa para esta contratação.

2.5. JUSTIFICATIVA DA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DO EMPREENDIMENTO

2.5.1. A decisão de construir a nova unidade penitenciária no município de Cariacica, em terreno já pertencente à SEJUS, localizado na Rua Mario Valentine, s/n, bairro Santana, é fruto de uma análise estratégica que considerou fatores técnicos, econômicos e sociais, apresentando-se como a solução de maior racionalidade para a Administração.

2.5.2. A utilização de um terreno já desativado e de propriedade do Estado elimina a necessidade de desapropriação e os custos associados, além de aproveitar uma área cuja vocação já está consolidada para a atividade prisional.

2.5.3. A maior parte da população carcerária do Estado (66,27%) é oriunda da Região Metropolitana. A proximidade da nova unidade com os principais centros urbanos facilita o acesso de familiares, advogados e defensores públicos, fator importante para a ressocialização e para a garantia do direito de defesa. Adicionalmente, reduz drasticamente os custos e os riscos logísticos associados ao transporte de presos para audiências judiciais e atendimentos médicos especializados, que se concentram na capital.

2.5.4. O município de Cariacica já dispõe de infraestrutura urbana consolidada, como rede de abastecimento de água. Embora a rede de esgoto existente não suporte a nova demanda, a implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) própria para a unidade é uma solução técnica e economicamente mais vantajosa do que os elevados investimentos necessários para implantar toda a infraestrutura de água e esgoto em um local mais afastado.

2.6. ANÁLISE COMPARATIVA DE REGIMES DE EXECUÇÃO

2.6.1. A Lei nº 14.133/2021 estabelece diferentes regimes para a execução de obras e serviços de engenharia. A escolha do regime mais adequado para um projeto de alta complexidade como este requer uma análise comparativa dos principais critérios que impactam o sucesso do empreendimento, conforme resumido na Tabela 3.

CRITÉRIO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL	CONTRATAÇÃO INTEGRADA
Previsibilidade de Custo	Baixa (sujeito a aditivos por quantidade)	Alta (para escopo bem definido)	Alta
Inovação e Tecnologia	Baixa (limitado ao projeto da Administração)	Baixa (limitado ao projeto da Administração)	Elevada
Responsabilidade (Projeto+Obra)	Dividida (risco de conflito)	Dividida (risco de conflito)	Integral
Otimização de Prazos	Baixa (processo sequencial)	Média	Elevada



TABELA 2 - ANÁLISE COMPARATIVA DE REGIMES DE EXECUÇÃO

2.6.2. A análise demonstra que, para obras de alta complexidade e com potencial de inovação, os regimes de Preço Unitário e Preço Global apresentam desvantagens significativas, principalmente pela divisão de responsabilidades entre quem projeta e quem executa, o que frequentemente leva a atrasos e aditivos contratuais.

2.7. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA PELA CONTRATAÇÃO INTEGRADA

2.7.1. Com base na análise técnica e na notória complexidade do objeto, a Administração opta pelo regime de Contratação Integrada, nos termos do Art. 46, V, e de seu § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Esta escolha é excepcionalmente justificada pelos seguintes fatores:

1. Natureza do Objeto e Complexidade Técnica: A necessidade de integrar sistemas estruturais robustos com tecnologias avançadas de segurança (controle de acesso, CFTV, automação de portas) e instalações específicas (elétricas e hidráulicas anti-vandalismo) em um único projeto coeso e funcional caracteriza a complexidade que fundamenta o uso deste regime.

Busca por Inovação e Eficiência: A Contratação Integrada é o regime que mais incentiva a inovação, ao permitir que a contratada, com sua expertise de mercado, incorpore ao projeto soluções construtivas, materiais e tecnologias mais modernas e eficientes. Isso possibilita a otimização do desempenho, da durabilidade e, principalmente, do custo do ciclo de vida da edificação, um fator crítico para a sustentabilidade orçamentária da unidade a longo prazo.

Alocação Eficiente de Riscos: Este regime permite a alocação clara e objetiva dos riscos na Matriz de Riscos (Anexo I). Riscos associados a erros, omissões e deficiências de projeto, bem como os riscos de execução que deles decorrem, são transferidos para a contratada, que possui melhores condições de gerenciá-los. Para a Administração, isso se traduz em maior previsibilidade de custo e prazo, mitigando a necessidade de aditivos contratuais.

Otimização de Prazos: A centralização da responsabilidade em um único ente permite a aplicação de técnicas de engenharia simultânea (fast tracking), onde a execução de certas etapas da obra pode começar enquanto outras partes do projeto ainda estão sendo detalhadas, resultando em uma significativa redução do prazo total de entrega do empreendimento.

2.7.2. A presente contratação será licitada em lote único, em função da necessidade de responsabilização única sobre a totalidade do objeto, desde os projetos até o comissionamento, em observância ao regime de contratação integrada. Esta decisão atende à diretriz de centralização de responsabilidades técnicas e à natureza indivisível do empreendimento.

2.8. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.8.1. A presente contratação e a despesa pública dela decorrente encontram-se em plena conformidade com os objetivos estratégicos desta Secretaria e estão devidamente previstas no **Plano de Contratações Anual (PCA) da SEJUS para o exercício de 2025**, publicado no sítio eletrônico

<https://sejus.es.gov.br/Media/Sejus/Arquivos%20PDF/Plano%20de%20Contrata%C3%A7%C3%A3o%20Anual%20-%20Exerc%C3%ADcio%202025-2.pdf> em estrita observância ao que dispõe o Art. 12, VII, e o Art. 18, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021, demonstrando alinhamento desta ação com o planejamento institucional.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. CONCEPÇÃO GERAL E PROGRAMA DE NECESSIDADES

3.1.1. Este capítulo e os documentos a ele anexados constituem o **Anteprojeto de Engenharia e Memoriais Descritivos**, peças técnicas basilares que estabelecem a concepção, o programa de necessidades e os parâmetros técnicos do empreendimento. Seu conteúdo é vinculante e serve como diretriz fundamental para a elaboração dos projetos básico e executivo pela Contratada, em conformidade com o Art. 6º, XXIV, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.2. O escopo do objeto consiste na implantação de 01 (uma) unidade penitenciária, a ser construída no endereço: **Rua Mario Valentine, s/n, bairro Santana, município de Cariacica/ES.**

3.1.3. O programa de necessidades compreende ambientes compatíveis com as funções de custódia, ressocialização e segurança, devendo ser assegurada a implantação dos seguintes setores: administração, celas habitacionais de diferentes tipologias, triagem, setor disciplinar, ambientes de saúde, educação, visitação, trabalho, áreas técnicas, setores de suporte e apoio, circulações e áreas externas, observando rigorosamente as áreas mínimas referenciais e a tipologia de ocupação estabelecida nos quadros a seguir.

3.1.4. DIMENSIONAMENTO DA CAPACIDADE E AMBIENTES

3.1.4.1. A capacidade de custódia da unidade prisional, bem como a distribuição de vagas e a tipologia das celas, são parâmetros obrigatórios do projeto e deverão seguir rigorosamente o dimensionamento estabelecido nas Tabelas 4 e 5.

AMBIENTE	2 LUG (PCD)	4 LUG (PCD)	18 LUG (PCD)	18 LUG	4 LUG	8 LUG	SUBTOTAL CELAS
Semiaberto	1	0	0	0	11	0	12
Triagem	1	0	0	0	7	0	8
Disciplinar	1	0	0	0	5	0	6
Galeria 01	1	0	0	0	14	0	15
Galeria 02	1	0	0	0	15	0	16
Galeria 03	1	0	0	0	11	0	12
Galeria 04	1	0	0	0	10	0	11
TOTAL	7	0	0	0	73	0	80

TABELA 3 - QUANTITATIVO DE CELAS

AMBIENTE	VAGAS PCD	DEMAIS VAGAS	SUBTOTAL VAGAS
Semiaberto	18	198	216
Triagem	2	28	30
Disciplinar	2	20	22
Galeria 01	4	112	116
Galeria 02	4	120	124
Galeria 03	4	88	92
Galeria 04	4	80	84



AMBIENTE	VAGAS PCD	DEMAIS VAGAS	SUBTOTAL VAGAS
TOTAL	38	646	684

TABELA 4 - QUANTITATIVO DE VAGAS

3.1.4.2. O complexo penitenciário deverá ser composto pelos ambientes funcionais necessários à sua plena operação, respeitando as áreas mínimas referenciais discriminadas na Tabela 6. O detalhamento completo, incluindo a disposição e as adjacências dos ambientes, deverá ser desenvolvido nos projetos básico e executivo, observando a funcionalidade e os fluxos de segurança.

Macrofunção	Área Total Mínima (m²)
Celas Habitacionais	1.600,00
Solários	1.800,00
Administração	200,00
Apoio Externo	400,00
Estacionamento	275,00
Áreas Técnicas	209,00
Circulações/Corredores	900,00
Setor Disciplinar	200,00
Saúde	170,00
Educação	375,00
Visitação	370,00
Semiaberto	770,00
Triagem	195,00
Outras Salas/Apoio	540,00
Área Total Mínima Construída	8.004,00

TABELA 5 - QUADRO DE ÁREAS

3.2. DIRETRIZES DE IMPLANTAÇÃO, ZONEAMENTO E FLUXOS

3.2.1. A concepção da implantação do empreendimento no terreno e a disposição geral dos setores funcionais são apresentadas de forma esquemática nas Figuras 1 (Mapa de Situação) e 2 (Disposição das Áreas), que servem como diretriz para o desenvolvimento do arranjo físico final. A macro-setorização e os fluxos de segurança indicados deverão ser preservados no desenvolvimento dos projetos.



FIGURA 1 - MAPA DE SITUAÇÃO

ESQUEMA DE IMPLANTAÇÃO PROPOSTO

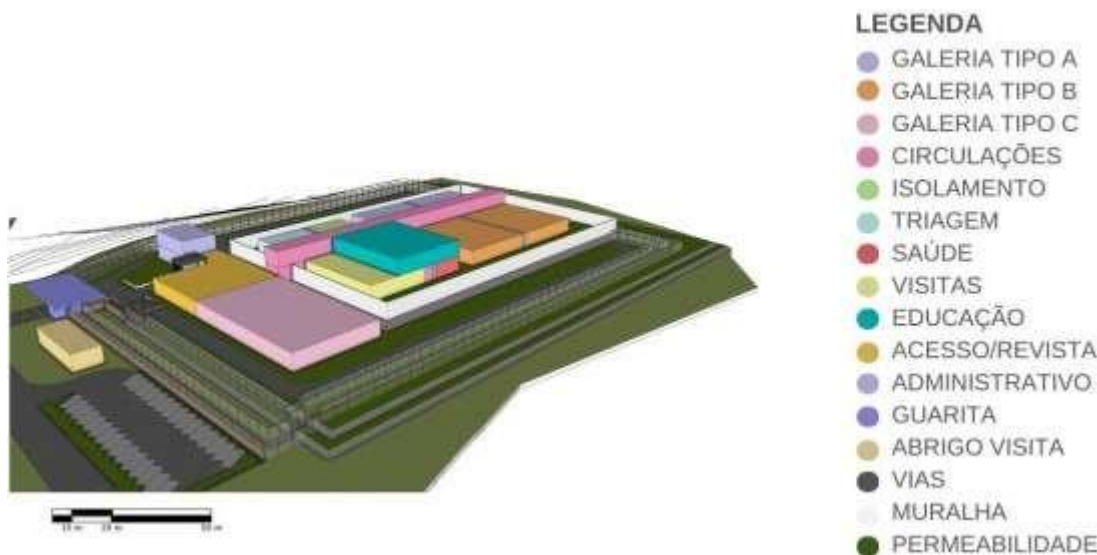


FIGURA 2 - DISPOSIÇÃO DAS ÁREAS DENTRO DA UNIDADE PRISIONAL

3.2.2. Ainda, estão apresentadas nos **Memoriais Descritivos e Justificativos que compõem os Anexos** deste Termo de Referência, juntamente com as peças gráficas do anteprojeto produzido pela contratante, as soluções e propostas utilizadas como base para a definição das características aqui apresentadas. Tais documentos abordam as premissas de arquitetura, estrutura, instalações e acabamentos que deverão ser seguidas.

3.2.3. A disposição dos setores funcionais, circulação e adjacências deverá priorizar eficiência operacional, escalonamento de barreiras de segurança, facilidade de supervisão e controle, além de garantir condições de ventilação natural, iluminação adequada e salubridade dos ambientes.

3.2.4. O detalhamento definitivo da solução arquitetônica, incluindo indicação de materiais, metodologias construtivas, equipamentos e padrões de acabamento, deverá estar



compatibilizado com as premissas estabelecidas nos Memoriais Descritivos e nos demais documentos de referência integrantes deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

4.1.1. Este capítulo estabelece os requisitos técnicos, legais e operacionais que a Contratada deverá atender para a execução da obra e dos serviços de engenharia, bem como para a elaboração dos projetos, em conformidade com a modalidade de Contratação Integrada.

4.2. REQUISITOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE

4.2.1. A solução de engenharia a ser desenvolvida e implementada pela Contratada deverá atender, de forma integral e demonstrável, a todos os requisitos de desempenho, padrões de qualidade, condições de solidez, segurança estrutural e patrimonial, e durabilidade estabelecidos no Anexo I - Anteprojeto de Engenharia e no Programa de Necessidades. A prioridade recai sobre a resistência mecânica, a durabilidade e a capacidade de suportar esforços excepcionais decorrentes do uso intensivo, de atos de vandalismo e de tentativas de evasão.

4.3. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

4.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade presentes na especificação técnica do objeto, deverão ser rigorosamente observadas as seguintes diretrizes:

1. Adotar práticas para otimização do uso de recursos naturais durante a execução da obra, privilegiando técnicas construtivas de menor impacto ambiental, a correta destinação de resíduos sólidos e a redução do consumo de água e energia no canteiro de obras;

Atender, sempre que possível, a critérios de eficiência energética previstos em normas e certificações ambientais brasileiras reconhecidas;

Promover, na fase operacional da unidade, o reaproveitamento de água pluvial e a adequada gestão de resíduos, contemplando soluções que contribuam para a melhoria do desempenho ambiental do empreendimento;

Utilizar, preferencialmente, materiais de baixo teor de carbono, recicláveis ou provenientes de fontes renováveis, devendo a especificação detalhada ser apresentada na elaboração dos projetos executivos.

4.3.2. O atendimento a requisitos adicionais de sustentabilidade, caso aplicáveis, conforme legislação superveniente, recomendações técnicas setoriais, diretrizes do poder concedente ou padrões internacionais, poderá ser exigido mediante justificativa técnica e aprovação administrativa prévia.

4.4. SUBCONTRATAÇÃO

4.4.1. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente para atividades que não constituam o escopo principal do objeto, nem envolvam itens exigidos para fins de comprovação de habilitação técnico-operacional ou técnico-profissional, limitada a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do orçamento contratado, condicionada à prévia autorização expressa da SEJUS.



4.4.2. Para fins deste Termo de Referência, considera-se como **escopo principal do objeto** o conjunto de itens cuja execução tenha sido objeto de exigência de atestados técnicos para fins de habilitação no certame licitatório, conforme previsto no edital.

4.4.3. Em todas as hipóteses:

1. A subcontratação não exclui ou reduz a responsabilidade integral e solidária da Contratada originária perante a Administração quanto à perfeita execução contratual, à qualidade técnica dos serviços e à fiel observância das obrigações assumidas.

Cabe à Contratada originária a supervisão e coordenação das atividades eventualmente subcontratadas, devendo responder integralmente pela execução, desempenho e eventuais inadimplementos.

4.4.4. É obrigatório:

1. Que a Contratada, antes de celebrar qualquer subcontratação, submeta pedido formal e fundamentado ao Contratante, indicando o(s) pretendente(s) subcontratado(s) e apresentando documentação comprobatória da regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica compatível à natureza dos serviços, não inferior à exigida para fins de habilitação nesta licitação;

Que a aprovação seja precedida de manifestação técnica da fiscalização da SEJUS, que analisará a compatibilidade do objeto da subcontratação e a aptidão da empresa subcontratada.

4.4.5. É terminantemente vedada a subcontratação:

1. De pessoas físicas ou jurídicas que mantenham, ou cujos administradores/sócios mantenham, vínculos técnicos, comerciais, econômicos, financeiros, trabalhistas ou civis com dirigentes do órgão contratante, agente público envolvido no processo licitatório, membro da fiscalização ou gestor do contrato, ou, ainda, sejam cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau dessas pessoas – nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

De empresas declaradas inidôneas, suspensas de contratar com o Poder Público, ou que tenham pendências impeditivas nos cadastros legais, inclusive a qualquer tempo durante a execução contratual.

4.4.6. Não será realizado, em nenhuma hipótese, pagamento direto pelo Contratante aos subcontratados, incumbindo à Contratada originária a integralidade dos ônus financeiros e das obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais incidentes sobre a execução da parcela subcontratada.

4.5. DAS DIRETRIZES CONSTRUTIVAS

4.5.1. Todos os projetos e a execução da obra deverão estar em estrita conformidade com as normas técnicas brasileiras (ABNT) vigentes, códigos de obras municipais e estaduais, bem como toda a legislação federal, estadual e municipal pertinente à construção civil, engenharia prisional, segurança, saúde ocupacional e meio ambiente. Incluem-se, mas não se limitam a:

1. Normas da ABNT aplicáveis a estruturas, instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, sistemas de segurança, acessibilidade, entre outras.



Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), especialmente a Resolução nº 09/2011, que estabelece diretrizes para a arquitetura penal, e suas atualizações.

Legislação específica sobre segurança contra incêndio e pânico.

Normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho (NRs).

4.5.2. Dada a tipologia da edificação – um estabelecimento penal, os requisitos de segurança aqui descritos não são meras especificações técnicas da solução, mas sim **condições essenciais e vinculantes da contratação**. O seu cumprimento integral e irrestrito é um requisito para o aceite de qualquer etapa do projeto e da obra.

4.5.3. As paredes, pisos e tetos das celas, galerias e todas as áreas de custódia deverão ser projetados e executados para resistir a impactos de alta energia, tentativas de perfuração e escavação, conforme as normas técnicas e as melhores práticas para estabelecimentos prisionais.

4.5.4. No que tange aos elementos de piso do pavimento térreo, considerando a tipologia específica da edificação, estes devem apresentar espessura e desempenho de segurança equivalente ou superior apresentado no conjunto de anteprojeto, anexo 01.

4.5.5. Nas áreas destinadas à presença e permanência de pessoas privadas de liberdade, as estruturas nas quais se utilizar concreto, este deve apresentar resistência mínima esperada de 60 MPA, e não poderá ser utilizado armadura metálica.

4.5.5.1. Caso seja utilizada outra alternativa, que não o concreto, a contratada deve comprovar que a estrutura apresente resistência equivalente ao proposto no item acima.

4.5.6. As portas das celas e das áreas de segurança deverão ser fabricadas em chapa de aço de alta espessura, com sistemas de travamento múltiplos e operados remotamente. As fechaduras e dobradiças devem ser protegidas contra tentativas de violação. As janelas e outras aberturas serão protegidas por grades de aço de alta resistência, com espaçamento máximo de 12 cm (+ ou - 2cm), visando impedir a passagem de pessoas ou objetos.

4.5.7. O sistema de portas de celas deverá ser integralmente automatizado, com abertura e fechamento centralizado por painéis eletrônicos instalados em sala de comando restrita.

4.5.8. O acionamento das portas de cela deslizante e eletromecânico, equipado com redundância em caso de falha de energia ou pane, bem como dispositivos de emergência para abertura generalizada em situações de sinistro, incêndio ou evacuação, e deverá proporcionar:

Controle seletivo e/ou simultâneo de aberturas;

Redução da necessidade de contato físico entre agentes e internos;

Otimização operacional de rotinas coletivas e individuais;

Integração completa com sistemas de CFTV, sensores, alarmes e painéis sinóticos;



Registro automático e rastreável de todas as operações, com capacidade para geração de relatórios/auditoria.

Fica vedada a utilização de portas de comando exclusivo manual, ressalvados pontos de emergência previamente definidos em locais estratégicos, com plena justificativa técnica aprovada pela fiscalização.

4.5.9. A adoção desse sistema é fundamentada em experiência consolidada pelo Estado do Espírito Santo (12 unidades já em operação), revelando ganhos superiores em segurança, eficiência operacional, padronização dos procedimentos e conformidade com as exigências normativas e jurisprudenciais atuais.

Critério	Portas Manuais	Portas Automatizadas
Operação	Abertura manual, agente presente	Controle remoto centralizado, abertura simultânea
Segurança do agente	Exposição ao interno, risco alto	Redução de contato, risco minimizado
Tempo de rotina	Deslocamento agente a agente	Operação rápida, várias celas em segundos
Controle de emergência	Manual, célula a célula	Liberação geral imediata em sinistros
Manutenção	Menor inicial, maior desgaste	Preventiva programada, menor desgaste, vida útil longa
Custo de pessoal	Maior efetivo demandado	Otimização do quadro operacional
Monitoramento	Supervisão direta	Integração total CFTV, painéis sinóticos

TABELA 6 - COMPARATIVO DE PORTAS MANUAIS E AUTOMATIZADAS

4.5.10. O perímetro da unidade deverá ser protegido, obrigatoriamente, por barreiras físicas consecutivas (muralhas e alambrados) de grande altura, separadas por zona de exclusão monitorada por sensores, câmeras e alarmes, em total consonância com a Portaria nº 009/2015 do Ministério da Justiça e demais normas vigentes.

4.5.11. Todo o perímetro, áreas de circulação externa e pontos críticos internos deverão ser monitorados por sistema de CFTV digital, com gravação e armazenamento contínuo das imagens por período mínimo de 30 dias, acessos restritos e lógica de operação documentalmente padronizada.

4.5.12. As instalações prediais (elétricas, hidráulicas, dados, ar-condicionado) não deverão apresentar aberturas ocultas passíveis de uso para fuga, ocultação de objetos ou comunicação não autorizada, devendo permitir inspeções visuais periódicas e pronto acesso para manutenção, conforme projeto detalhado aprovado pela fiscalização.



4.5.13. Todas as áreas destinadas à movimentação de internos deverão ser providas de antecâmaras dotadas de monitoramento eletrônico, intertravamento de portas e alarmes, impedindo aberturas simultâneas indevidas por falha operacional ou sabotagem.

4.5.14. Todos os materiais, equipamentos e soluções tecnológicas empregados nos sistemas de segurança e operação deverão possuir certificação de órgãos acreditados nacional ou internacionalmente, vedada a utilização de dispositivos improvisados ou não homologados.

4.5.15. A definição e especificação dos sistemas construtivos, eletromecânicos e de segurança é de responsabilidade integral da Contratada, que deverá apresentar relatório técnico detalhado demonstrando a conformidade com os requisitos deste Termo de Referência, a compatibilidade com o ciclo de vida do empreendimento, desempenho estrutural, robustez, manutenção e custo-efetividade. Deverão ser apresentadas ARTs, laudos, memoriais, plano de manutenção preventiva e diretrizes de treinamento operacional ao quadro de servidores da unidade.

4.5.16. A análise comparativa de sistemas construtivos (Tabela 7 e 8) é apresentada como **referência e subsídio**. A Contratada poderá propor qualquer tecnologia ou método construtivo, como alvenaria estrutural, concreto pré-moldado, *steel frame*, ou outros, desde que a solução atenda integralmente a todos os requisitos de prazo, desempenho, segurança, solidez e durabilidade estabelecidos neste Termo de Referência.

CRITÉRIO	ALVENARIA ESTRUTURAL	CONCRETO PRÉ-MOLDADO	STEEL FRAME
Execução Rápida	Alta	Alta	Alta
Flexibilidade no Layout	Baixa	Baixa	Alta
Sustentabilidade	Média	Média	Alta
Custo de Manutenção	Baixo	Baixo	Médio

TABELA 7 - COMPARATIVO DE TIPOLOGIAS CONSTRUTIVAS

Sistema	Desvantagens	Vantagens
Alvenaria Convencional	Maior tempo de execução; maior geração de resíduos; peso estrutural elevado.	Flexibilidade no layout; mão de obra amplamente disponível; facilidade para ampliações.
Alvenaria Estrutural	Baixa flexibilidade para alterações; necessidade de projeto detalhado; limitação de vãos.	Rapidez na execução; menor consumo de materiais estruturais; redução de desperdícios.
Concreto Pré-Moldado	Dependência de logística e transporte; necessidade de equipamentos de içamento; baixa flexibilidade para alterações.	Rapidez na execução; previsibilidade de cronograma; qualidade controlada das peças; menor interferência de intempéries.



Sistema	Desvantagens	Vantagens
Steel Frame	Exige mão de obra especializada; necessidade de proteção contra incêndio/corrosão; custo inicial.	Montagem rápida; leveza estrutural; sustentabilidade; flexibilidade de layout.
Wood Frame	Durabilidade reduzida frente à umidade/pragas; necessidade de controle tecnológico.	Sustentabilidade do insumo; isolamento termoacústico; processo industrializado rápido.

TABELA 8 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DE CADA TIPOLOGIA CONSTRUTIVA

- 4.5.17. Admite-se adoção de sistema único ou de sistemas combinados, desde que integralmente compatíveis com os pré-requisitos nessa contratação.
- 4.5.18. Deverá a contratada apresentar, antes da execução dos projetos, um plano executivo das soluções a serem propostas contendo:
- Descrição detalhada do(s) sistema(s) construtivo(s) propostos.
 - Justificativa técnica fundamentada.
 - Apresentação de memorial descritivo e compatibilização de instalações.
 - Estimativas de desempenho em conformidade com normas ABNT.
- 4.5.19. A análise da documentação técnica, bem como da solução construtiva, ficará a cargo da Comissão Fiscalizadora e Equipe Técnica da unidade demandante, cabendo à contratada adotar as metodologias previstas neste documento em caso de não aprovação.
- 4.5.20. A proposta técnica e o sistema construtivo adotados deverão ser integralmente compatíveis com a solução arquitetônica, cronograma físico-financeiro, parâmetros de desempenho, requisitos legais e de acessibilidade.
- 4.5.21. É obrigatória a demonstração inequívoca de capacidade técnica-operacional para execução do método proposto, avaliada por documentação hábil e atestados específicos.
- 4.5.22. É vedada a adoção de soluções não previstas neste Termo de Referência sem prévia análise e validação técnica formal.
- 4.5.23. Independentemente do sistema construtivo escolhido, a Contratada é integralmente responsável por projetar e executar uma obra que atenda ao mais alto padrão de desempenho, solidez, segurança e durabilidade. A solução proposta deverá, obrigatoriamente, empregar materiais de alta resistência ao vandalismo, ao fogo e a intempéries, e ter baixa necessidade de manutenção. A concepção estrutural deve ser robusta, minimizar vulnerabilidades e prevenir a degradação precoce da edificação.



4.5.24. A Administração incentivará a proposição de soluções inovadoras e a utilização de tecnologias de ponta que promovam a otimização de recursos, a redução de prazos e custos, e a melhoria contínua da qualidade e durabilidade da obra. Tais propostas deverão ser devidamente justificadas técnica e economicamente pela Contratada e submetidas à aprovação da Administração, demonstrando o benefício para o interesse público.

4.5.25. Quaisquer modificações nos projetos ou na execução da obra, que se façam necessárias em decorrência de fatores supervenientes ou de otimizações propostas, deverão ser formalmente solicitadas pela Contratada e submetidas à prévia aprovação da Administração. As solicitações deverão ser acompanhadas das devidas justificativas técnicas, da análise de impacto no cronograma e no custo do contrato, e deverão estar em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis à gestão contratual.

4.5.26. Todas as grades, portões e elementos metálicos correlatos deverão ser submetidos ao processo de galvanização a fogo, com a devida apresentação de laudo técnico de pintura para comprovação. A instalação destes componentes deverá ser executada de forma que não haja contato direto com o piso, prevenindo a oxidação. Adicionalmente, as grades devem ser engastadas diretamente na estrutura e protegidas da ação do tempo, garantindo maior segurança e durabilidade.

4.5.27. As soluções construtivas e os materiais propostos devem, obrigatoriamente, considerar o ambiente agressivo e o potencial de degradação acelerada da edificação. A escolha de cada componente deverá ser justificada em função de sua resistência, durabilidade e baixa necessidade de manutenção em condições severas de uso.

4.5.28. O projeto de layout, instalações e infraestrutura deve prever a implantação de equipamentos específicos de segurança, como os scanners corporais (body scan). É mandatório que as soluções considerem todas as demandas de adaptação dos espaços, incluindo climatização, dimensionamento de áreas, circulações, além das adequações de infraestrutura elétrica, hidráulica e de dados necessárias para a correta operação desses equipamentos.

4.5.29. Deverão ser previstos e propostos sistemas que garantam o conforto higrotérmico e a ventilação adequada dos ambientes, em conformidade com as normas técnicas vigentes. As soluções adotadas deverão ser compatíveis com o modelo de operação definido pela administração, priorizando o equilíbrio entre custo-benefício, eficiência e facilidade de controle.

4.6. DAS DIRETRIZES DE PROJETO

4.6.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pela elaboração, apresentação e execução do Plano de Ação para o cumprimento do objeto contratual, contemplando o planejamento detalhado das etapas de desenvolvimento dos projetos, obtenção de licenças, execução das obras civis e instalações, comissionamento, treinamentos e entrega final da unidade prisional.

4.6.2. O Plano de Ação deverá ser elaborado com base nas diretrizes deste Termo de Referência, nos elementos do projeto básico e nos normativos técnicos aplicáveis, devendo ser submetido à aprovação da fiscalização da contratante.



4.6.3. O Plano de Ação consiste em um documento dinâmico, que deverá ser revisado constantemente e apresentado à fiscalização, conforme a evolução dos serviços descrita no item 5.2.3 este Termo de Referência.

4.6.4. Os **ESTUDOS TÉCNICOS** a serem desenvolvidos deverão contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos:

4.6.4.1. Levantamento topográfico completo do terreno, com planialtimetria detalhada, georreferenciamento, identificação precisa dos limites, marcos, interferências existentes, servidões, acessos, edificações e estruturas preexistentes, bem como eventuais limitações para ocupação dos espaços.

4.6.4.2. Realização de sondagens geotécnicas, laudos de caracterização do solo, identificação de perfis geológicos, níveis e variações do lençol freático e proposição, quando necessário, de rebaixamento do lençol freático ou soluções alternativas de fundação, incluindo recomendações técnicas embasadas.

4.6.4.3. Levantamento de todas as restrições urbanísticas, ambientais, patrimoniais e normativas aplicáveis à área, incluindo zoneamento, códigos de obras, recuos, alturas, condições de acessibilidade e exigências específicas determinadas por órgãos de controle e planejamento urbano/ambiental do município e do estado.

4.6.4.4. Execução de laudos técnicos das condições existentes e registro fotográfico georreferenciado detalhado de todo o perímetro, estruturas, acessos, instalações e do entorno imediato.

4.6.4.5. Elaboração de plano técnico de demolição, movimentação e destinação ambientalmente adequada de entulhos e resíduos provenientes de eventuais edificações, equipamentos ou infraestruturas a serem removidos, com indicação dos procedimentos a serem seguidos em conformidade com normas ambientais.

4.6.4.6. Levantamento detalhado das infraestruturas existentes e disponíveis no local, tais como redes de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, eletricidade, drenagem, telefonia/comunicação, coleta de resíduos sólidos e transporte público.

4.6.4.7. Apresentação de relatórios consolidando todos os dados e informações colhidas, acompanhados de laudos técnicos, mapas, plantas, memoriais, indicações das datas de execução e emissão, e registro de responsabilidade técnica (ART/RRT) no que couber.

4.6.5. Os **PROJETOS DE ARQUITETURA** a serem apresentados deverão contemplar, no mínimo, as seguintes exigências:

4.6.5.1. Todo o conjunto projetual deverá obedecer rigorosamente às normativas vigentes de representação gráfica e especificação técnica, em conformidade com as normas da ABNT (NBRs aplicáveis), manuais e normas expedidas pelo DER-ES e pelo IBRAOP, além das instruções constantes do ANEXO 02 (Memoriais Descritivos), bem como todas as demais normas, regulamentos e legislações existentes ou que venham a ser aprovadas até a data do efetivo desenvolvimento dos projetos.

4.6.5.2. Elaboração e apresentação de **memorial descritivo e justificativo detalhado** dos projetos, explicitando os critérios adotados na definição dos serviços, na especificação dos materiais e na seleção dos equipamentos previstos, sempre fundamentados em boas práticas



de arquitetura, funcionalidade prisional, desempenho, durabilidade e racionalidade construtiva.

4.6.5.3. Apresentação obrigatória de **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/ART)** do Projeto Arquitetônico, devidamente datado, assinado e quitado pelo profissional legalmente habilitado, responsabilizando-se integralmente pelos elementos fornecidos.

4.6.5.4. Todas as **características e premissas projetuais** devem refletir as diretrizes de segurança institucional, as funções e fluxogramas essenciais aos ambientes de privação de liberdade, a setorização clara entre áreas de circulação, custódia, apoio, serviços, visitas, saúde, educação, áreas administrativas e técnicas, respeitando integralmente os parâmetros estabelecidos pelas legislações federais, estaduais, municipais, resoluções do CNPCP e manuais técnicos de referência.

4.6.5.5. As definições arquitetônicas referentes à tipologia de unidade prisional (número e arranjo de celas e solários, áreas de convivência, parlatórios, controle de acessos, dimensionamentos e especificações especiais) deverão estar em estrita ressonância com os memoriais descritivos, memoriais justificativos e anteprojeto fornecidos pela CONTRATANTE.

4.6.5.6. O projeto deverá ser desenvolvido e compatibilizado em plataforma BIM, permitindo o gerenciamento, a análise de interferências e futuras manutenções, conforme diretrizes institucionais estabelecidas.

4.6.5.7. Todos os ambientes e especificações projetuais deverão atender rigorosamente à legislação de acessibilidade (ABNT NBR 9050 e correlatas), às normas de segurança contra incêndio e pânico, e às recomendações de humanização, segurança e funcionalidade para unidades prisionais.

4.6.6. Os **PROJETOS DE FUNDAÇÕES** a serem apresentados deverão atender, no mínimo, às seguintes exigências:

4.6.6.1. O conjunto projetual referente às fundações deverá ser elaborado em estrita conformidade com as normas técnicas aplicáveis (NBR's vigentes), bem como com os manuais, padrões e orientações do DER-ES, do IBRAOP e com as diretrizes estabelecidas nos memoriais descritivos constantes do ANEXO 02.

4.6.6.2. Apresentação de **Memorial Descritivo** dos projetos de fundações, no qual deverão ser explicitados os critérios de escolha do tipo de fundação, métodos executivos, sistemas construtivos, especificação de materiais, equipamentos preconizados, parâmetros geotécnicos, e recomendações técnicas que justifiquem as soluções adotadas, fundamentadas em ensaios de solo e demais estudos prévios.

4.6.6.3. Obrigatoriedade de apresentação da **ART ou RRT específica do Projeto de Fundações**, regularizada, datada, assinada e quitada pelo responsável técnico legalmente habilitado, atestando a responsabilidade técnica integral pelas decisões e informações apresentadas.

4.6.6.4. As soluções e premissas projetuais adotadas para fundações deverão considerar, obrigatoriamente, as diretrizes de segurança estrutural e institucional, as cargas e demandas específicas dos ambientes de segurança, as particularidades construtivas e funcionais da tipologia Unidade Prisional, estando plenamente compatibilizadas com os projetos de arquitetura e de infraestrutura e em consonância direta com os memoriais descritivos, memoriais justificativos e anteprojeto fornecidos pela CONTRATANTE.



4.6.6.5. O projeto de fundações deverá apresentar todas as plantas, cortes, detalhes executivos, tabelas de quantitativos e especificações necessárias para classificação das soluções, execução e fiscalização das obras, bem como contemplar recomendações para tratamento de eventuais interferências, rebaixamento de lençol freático, isolamento ou contenção quando identificados na fase de sondagens e estudos técnicos.

4.6.7. Os **PROJETOS ESTRUTURAIS** a serem apresentados deverão atender, no mínimo, às seguintes exigências:

4.6.7.1. O conjunto de projetos de estrutura deverá ser desenvolvido de acordo com as normas técnicas brasileiras vigentes (NBRs pertinentes, especialmente ABNT NBR 6118), incluindo os manuais e orientações do DER-ES, do IBRAOP, bem como as exigências definidas nos memoriais descritivos apresentados no ANEXO 02.

4.6.7.2. Elaboração e apresentação de **Memorial Descritivo** específico para o projeto estrutural, contemplando detalhadamente critérios de dimensionamento, métodos construtivos, especificação de todos os materiais, sistemas estruturais adotados, dispositivos de proteção e reforço, e justificativas técnicas pautadas em análises estruturais, segurança e desempenho de longo prazo.

4.6.7.3. Apresentação obrigatória de **ART/RRT do Projeto Estrutural, regularizada, datada, assinada e quitada** pelo responsável técnico, garantindo responsabilidade técnica integral por todas as soluções propostas.

4.6.7.4. As soluções estruturais adotadas deverão necessariamente considerar:

- a) As **diretrizes e premissas de segurança** exigidas para unidades prisionais, incluindo robustez e resiliência estrutural aos esforços típicos desse tipo de edificação;
- b) Compatibilidade integral com os projetos arquitetônicos, de fundações e instalações, especialmente em ambientes com elevada solicitação e função de segurança institucional, devendo todos os elementos e detalhes estruturais estar articulados com fluxos e funcionalidades específicos da tipologia Unidade Prisional;
- c) Aderência rigorosa às legislações, normas e manuais vigentes, e os memoriais descritivos, memoriais justificativos e anteprojeto fornecidos pela CONTRATANTE.

4.6.7.5. Todos os desenhos, plantas, cortes, detalhamentos executivos, tabelas de quantitativos, especificações técnicas e esquemas de armaduras deverão ser apresentados segundo padrão de excelência gráfica e informacional, assegurando a máxima clareza para execução e fiscalização, bem como o atendimento irrestrito aos requisitos de durabilidade, resistência ao vandalismo e baixo custo de manutenção ao longo da vida útil da edificação.

4.6.8. Os **PROJETOS ESTRUTURAIS PARA COBERTURAS** a serem apresentados deverão contemplar, no mínimo, as seguintes exigências:

4.6.8.1. O conjunto projetual referente às coberturas deve ser desenvolvido integralmente em conformidade com as normas técnicas brasileiras vigentes (todas as NBRs pertinentes, notadamente para estrutura, impermeabilização, segurança e desempenho), bem como os manuais do DER-ES, normas do IBRAOP, além das especificações estabelecidas nos memoriais descritivos constantes do ANEXO 02.



4.6.8.2. Apresentação de **Memorial Descritivo** detalhado, expondo os critérios técnicos aplicados na concepção das coberturas, métodos executivos propostos, materiais e sistemas construtivos previstos, dispositivos de proteção, estanqueidade, isolamento térmico, acústico e desempenho global das soluções adotadas.

4.6.8.3. Entrega obrigatória de **ART ou RRT do Projeto de Coberturas**, datada, assinada e quitada pelo responsável técnico, atestando a responsabilidade profissional integral pelas soluções apresentadas e pela compatibilidade do projeto com as demais disciplinas.

4.6.8.4. As soluções e premissas projetuais para coberturas deverão levar em conta de forma rigorosa:

- a) Os requisitos de segurança física e institucional, incluindo sistemas e detalhes construtivos que dificultem tentativas de acesso não autorizado, invasão, fuga ou vandalismo;
- b) O desempenho quanto à durabilidade, facilidade de manutenção, proteção contra intempéries, infiltrações, vento e cargas excepcionais, conforme exposto nas normas brasileiras aplicáveis;
- c) A compatibilização plena com os projetos de estrutura, arquitetura e instalações, assegurando que não haja conflitos de passagem de instalações, cargas não previstas, sistemas de captação e escoamento de águas pluviais, ou restrições especiais de uso da unidade prisional;
- d) O pleno atendimento às legislações, manuais, normativas vigentes e aos memoriais descritivos e justificativos, de modo a garantir a eficiência, a sustentabilidade e a segurança operacional da unidade.
- e) Todos os desenhos, detalhes executivos, cortes, especificações de materiais, tabelas de quantitativos, esquemas de drenagem e demais componentes relacionados à cobertura devem ser apresentados de acordo com os padrões institucionais e construtivos estabelecidos pela CONTRATANTE para garantir máxima clareza na execução e na fiscalização da obra.

4.7. OS **PROJETOS DE ELÉTRICA** A SEREM APRESENTADOS DEVERÃO CONTEMPLAR, NO MÍNIMO, AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

4.7.1. O conjunto projetual referente às instalações elétricas deverá ser elaborado em estrita conformidade com as normas técnicas aplicáveis (NBR's vigentes, especialmente as NBR 5410 e 14039 para baixa e média tensão), bem como com os manuais, padrões e orientações do DER-ES, do IBRAOP, e com as diretrizes constantes nos memoriais descritivos do ANEXO 02.

4.7.2. Apresentação de Memorial Descritivo das instalações elétricas, no qual deverão ser explicitados os critérios de concepção do sistema, métodos de dimensionamento, sistemas de proteção (disjuntores, DPS, DR, etc.), especificação de materiais e equipamentos, parâmetros de cálculo de demanda, níveis de iluminância recomendados, e justificativas técnicas para as soluções adotadas, fundamentadas em estudos de carga e de demanda específicos para a tipologia em questão.

4.7.3. Obrigatoriedade de apresentação da ART ou RRT específica do Projeto de Instalações Elétricas, regularizada, datada, assinada e quitada pelo responsável técnico legalmente



habilitado, atestando a responsabilidade técnica integral pelas decisões e informações apresentadas.

4.7.4. As soluções e premissas projetuais adotadas para as instalações elétricas deverão considerar obrigatoriamente as diretrizes de segurança institucional e operacional da unidade prisional, demandas de sistemas de segurança eletrônica (CFTV, controles de acesso, sistemas de alarme e detecção, cerca elétrica, etc.), bem como a compatibilidade com os projetos de arquitetura, climatização, hidráulica e infraestrutura, em consonância direta com os memoriais descritivos, memoriais justificativos e anteprojeto fornecidos pela CONTRATANTE.

4.7.5. O projeto elétrico deverá apresentar todas as plantas de localização de pontos de alimentação e iluminação, diagramas unifilares, cortes, detalhes executivos, tabelas de cargas e de demanda, especificações e memoriais correspondentes, além de contemplar, quando necessário, recomendações para proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), aterramento, sistemas de redundância elétrica (geradores e/ou nobreaks), e tratamento de interferências/interações entre redes distintas.

4.7.6. Deverão ser previstas, nos projetos, medidas de eficiência energética, uso de tecnologia LED para iluminação, automação de circuitos essenciais, bem como provisão para futuras ampliações ou adaptações exigidas pela dinâmica operacional da unidade.

4.7.7. As soluções projetuais deverão necessariamente observar:

- a) Premissas e restrições definidas para unidades prisionais, contemplando segurança do perímetro, acessibilidade controlada, prevenção a instabilidades e minimização de riscos de escorregamentos, alagamentos ou erosões, considerando a característica operacional da tipologia da Unidade Prisional;
- b) Compatibilidade rigorosa com os projetos arquitetônicos, estruturais, instalações e demais disciplinas, garantindo perfeita integração das redes de drenagem pluvial e logística de terraplenagem, sem conflitos ou sobreposição de escopos;
- c) Atendimento a todas as legislações, normas técnicas, procedimentos, memoriais descritivos e anteprojeto fornecidos pela CONTRATANTE, visando assegurar a sustentabilidade, estabilidade, adequação ambiental e conformidade documental do empreendimento;
- d) Apresentação de desenhos, plantas, cortes, detalhamentos, perfis longitudinal e transversal, tabelas de volumes/movimentação, especificações técnicas e todos os esquemas necessários, no padrão institucional definido pela CONTRATANTE para máxima clareza e facilidade de fiscalização.

4.8. O CONJUNTO DE **PROJETOS DE TERRAPLENAGEM E DRENAGEM** DEVERÁ APRESENTAR NO MÍNIMO AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

4.8.1. Devem estar em estrita conformidade com as normas técnicas brasileiras vigentes (NBRs correlatas), manuais e orientações do DER-ES, normas do IBRAOP, bem como as especificações e diretrizes constantes nos memoriais descritivos apresentados no ANEXO 02.

4.8.2. Deverá ser apresentado Memorial Descritivo e Justificativo específico, contemplando detalhadamente critérios e parâmetros adotados para movimentação de terra, estabilização de taludes, soluções de contenção, logística de disposição dos materiais escavados e aterrados,



além de todos os métodos, materiais e equipamentos previstos, devidamente justificados sob perspectiva técnica e de desempenho, com vistas à segurança operacional e à durabilidade das soluções implementadas.

4.8.3. É obrigatória a entrega de ART/RRT do Projeto de Terraplenagem e Drenagem, datada, assinada e quitada pelo responsável técnico, assegurando responsabilidade técnica integral por todas as soluções e opções técnicas estabelecidas.

4.8.4. As soluções projetuais deverão necessariamente observar:

- a) Premissas e restrições definidas para unidades prisionais, contemplando segurança do perímetro, acessibilidade controlada, prevenção a instabilidades e minimização de riscos de escorregamentos, alagamentos ou erosões, considerando a característica operacional da tipologia da Unidade Prisional;
- b) Compatibilidade rigorosa com os projetos arquitetônicos, estruturais, instalações e demais disciplinas, garantindo perfeita integração das redes de drenagem pluvial e logística de terraplenagem, sem conflitos ou sobreposição de escopos;
- c) Atendimento a todas as legislações, normas técnicas, procedimentos, memoriais descritivos e anteprojetos fornecidos pela CONTRATANTE, visando assegurar a sustentabilidade, estabilidade, adequação ambiental e conformidade documental do empreendimento;
- d) Apresentação de desenhos, plantas, cortes, detalhamentos, perfis longitudinal e transversal, tabelas de volumes/movimentação, especificações técnicas e todos os esquemas necessários, no padrão institucional definido pela CONTRATANTE para máxima clareza e facilidade de fiscalização.

4.9. O PROJETO DE **PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO** DEVERÁ ABRANGER O PLANEJAMENTO DETALHADO DAS ÁREAS EXTERNAS DA UNIDADE, CONSIDERANDO, NO MÍNIMO:

4.9.1. Pátios, jardins, calçadas, estacionamentos, vias de acesso, sistemas de iluminação externa, mobiliários urbanos e áreas verdes, compatibilizados com critérios de segurança perimetral e restrição de acesso conforme tipologia prisional;

4.9.2. Seleção de espécies vegetais e soluções paisagísticas compatíveis com a segurança institucional (espécies de porte baixo e manutenção simplificada, vedadas aquelas que possam servir de cobertura ou risco à segurança);

4.9.3. Projetos de circulação e acessibilidade em acordo com NBR 9050 e normas municipais, integração paisagística com elementos construtivos da unidade e atendimento aos memoriais descritivos e manuais técnicos atuais;

4.9.4. Apresentação de Memorial Descritivo e Justificativo, desenhos detalhados, plantas de implantação, especificações de insumos, cronograma de execução, planilha orçamentária e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT).

4.9.5. As soluções projetuais deverão necessariamente observar:

- a) Premissas e restrições definidas para unidades prisionais, contemplando segurança do perímetro, acessibilidade controlada, prevenção a instabilidades e minimização



de riscos de escorregamentos, alagamentos ou erosões, considerando a característica operacional da tipologia da Unidade Prisional;

- b) Compatibilidade rigorosa com os projetos arquitetônicos, estruturais, instalações e demais disciplinas, garantindo perfeita integração das redes de drenagem pluvial e logística de terraplenagem, sem conflitos ou sobreposição de escopos;
- c) Atendimento a todas as legislações, normas técnicas, procedimentos, memoriais descritivos e anteprojetos fornecidos pela CONTRATANTE, visando assegurar a sustentabilidade, estabilidade, adequação ambiental e conformidade documental do empreendimento;
- d) Apresentação de desenhos, plantas, cortes, detalhamentos, perfis longitudinal e transversal, tabelas de volumes/movimentação, especificações técnicas e todos os esquemas necessários, no padrão institucional definido pela CONTRATANTE para máxima clareza e facilidade de fiscalização.

4.10. PROJETO DE **PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO**

4.10.1. O Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio deverá ser apresentado em consonância com todas as NBRs vigentes aplicáveis, normas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, manuais e orientações do DER-ES, protocolos do IBRAOP, bem como as exigências dos memoriais descritivos designados no ANEXO 02.

4.10.2. Será obrigatória:

- a) Elaboração de Memorial Descritivo e Justificativo detalhado, expondo critérios adotados para dimensionamento dos sistemas de detecção, alarme, compartimentação, rotas de fuga, hidrantes, extintores, chuveiros automáticos (quando aplicável), sistemas de pressurização, sinalização e demais dispositivos previstos;
- b) Atuação compatível com diretrizes especiais de segurança institucional para controle de internos, evacuação, proteção de servidores e restrição do uso dos equipamentos por pessoas não autorizadas, considerando a tipologia e lotação da unidade prisional;
- c) Compatibilidade total entre os projetos de incêndio e os demais projetos executivos da unidade, especialmente quanto a rotas de fuga, travessias de paredes, integrações com sistemas de automação de portas e áreas de acesso restrito;
- d) Apresentação de ART/RRT do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio, datada, assinada e quitada, fundamentando a responsabilidade técnica sobre a solução;
- e) Entrega de todos os desenhos técnicos, plantas setoriais, esquemas, tabelas, detalhamentos, fluxogramas de operação, planilha de materiais e equipamentos, respeitando padrão gráfico e informacional em conformidade com as diretrizes da CONTRATANTE e a legislação vigente;
- f) Atendimento rigoroso às legislações, normas técnicas estaduais e nacionais, manuais e memoriais descritivos exigidos para unidades prisionais, incluindo apresentação de indicadores de desempenho, plano de manutenção dos sistemas de combate e relatório de treinamento da equipe operacional.



4.11. PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO

4.11.1. O conjunto projetual referente às instalações de climatização deverá ser elaborado em estrita conformidade com as normas técnicas aplicáveis (NBR's vigentes, notadamente NBR 16401), bem como com manuais, padrões e orientações do DER-ES, IBRAOP, diretivas dos memoriais descritivos constantes do ANEXO 02, além da legislação sanitária e ambiental pertinente.

4.11.2. Apresentação de Memorial Descritivo do sistema de climatização, onde deverão ser explicitados: critérios de seleção dos equipamentos, métodos de dimensionamento térmico, tipos de sistemas adotados (expansão direta, indireta, VRF, split, etc.), controle de qualidade do ar, renovação e exaustão, rotas e traçados de dutos, parâmetros de conforto térmico, condicionamento e automação, além das justificativas técnicas fundamentadas em simulações, cálculos e demandas específicas das áreas prisionais.

4.11.3. Obrigatoriedade de apresentação da ART ou RRT específica do Projeto de Climatização, regularizada, datada, assinada e quitada pelo responsável técnico legalmente habilitado, atestando a responsabilidade técnica integral pelas decisões e informações apresentadas.

- a) As soluções e premissas projetuais de climatização deverão considerar obrigatoriamente:
- b) as diretrizes de segurança estrutural, institucional e operacional da unidade prisional;
- c) as especificidades de cada ambiente (salas técnicas, celas, áreas administrativas, serviços, visitas, etc.);
- d) o atendimento integral às recomendações de eficiência energética, manutenção simplificada, uso racional de insumos e automação de sistemas críticos, além da compatibilidade com projetos de arquitetura, instalações elétricas, hidráulica, lógica e demais disciplinas.

4.11.4. O projeto de climatização deverá apresentar todas as plantas, cortes, traçados de dutos e redes frigorígenas, detalhes executivos dos sistemas, tabelas de cargas térmicas, especificações dos equipamentos, memoriais de cálculo, listas de materiais, além de contemplar previsões para futuras ampliações e recomendações para isolamento térmico, controle de ruídos, acessibilidade para manutenção e contingência em caso de falhas críticas.

4.11.5. As soluções projetuais de climatização deverão, ainda:

- a) Obedecer estritamente às premissas e restrições definidas para unidades prisionais, priorizando segurança, controle de acesso às áreas técnicas, prevenção de riscos de vazamentos ou contaminação ambiental e mitigação de pontos de vulnerabilidade.
- b) Ser compatibilizadas de forma rigorosa com todos os projetos complementares, evitando interferências com as estruturas, instalações elétricas, hidráulicas e sistemas de segurança.
- c) Cumprir integralmente as legislações, normas técnicas, memoriais descritivos, procedimentos operacionais, anteprojetos e padrões fornecidos pela



CONTRATANTE, priorizando sustentabilidade, estabilidade e conformidade ambiental do empreendimento.

- d) Incluir desenho e detalhamento padrão-institucional, contendo todas as plantas, cortes, isométricos, esquemas, tabelas e especificações necessários, facilitando análise e fiscalização por parte da equipe técnica da CONTRATANTE.

4.12. PROJETO LÓGICO E DE TELEMÁTICA

4.12.1. O conjunto projetual referente à infraestrutura lógica e de telemática deverá ser elaborado em estrita conformidade com as normas técnicas aplicáveis (NBR 14565, ABNT NBR ISO/IEC 11801, NBR 15247, entre outras), com as recomendações e padrões do DER-ES, IBRAOP, as boas práticas internacionais (EIA/TIA, ISO/IEC), observando ainda as diretrizes específicas dos memoriais descritivos do ANEXO 02 e as necessidades operacionais da CONTRATANTE.

4.12.2. Apresentação de Memorial Descritivo detalhado, explicitando os critérios de concepção da infraestrutura lógica e de telemática, topologia de rede, métodos de cabeamento e distribuição de pontos (cabeamento estruturado, fibra óptica, cobre), categorias e tipos de cabo, pontos de interligação, sistemas de proteção e contingência, além das justificativas técnicas para as soluções selecionadas, fundamentadas em levantamentos, estudos de demanda e requisitos de segurança digital e operacional.

4.12.3. Obrigatoriedade de apresentação da ART ou RRT específica do Projeto Lógico e de Telemática, regularizada, datada, assinada e quitada pelo profissional legalmente habilitado, conferindo responsabilidade técnica integral sobre todas as decisões e informações contidas no projeto.

4.12.4. As soluções e premissas adotadas nos projetos de lógica e telemática deverão considerar necessariamente:

- a) Premissas de segurança institucional próprias do ambiente prisional, incluindo isolamento físico e lógico de redes, segregação de ambientes sensíveis (PABX, monitoramento, salas de servidores, postos de controle, etc.), e recursos para contingência e redundância nos sistemas de comunicação;
- b) A proteção das redes lógicas e de telecomunicação contra sabotagem, acesso não autorizado, interferências eletromagnéticas e falhas de energia, inclusive com a especificação de sistemas de aterramento, filtros e equipamentos de backup (nobreaks, geradores, etc.);
- c) A compatibilização rigorosa com os projetos de arquitetura, instalações elétricas, segurança eletrônica, climatização, infraestrutura civil e demais disciplinas, prevenindo conflitos e garantindo integração eficiente dos sistemas;
- d) Provisão de capacidade escalável para eventuais ampliações, adaptações futuras e incorporação de novas tecnologias, prevendo racks, dutos, eletrocalhas e espaços reservados.

4.12.5. O projeto deverá apresentar todos os desenhos, plantas de distribuição de pontos de rede e telefonia, diagramas lógicos e topológicos, identificação exata de racks, servidores e dispositivos



ativos/passivos, listas de equipamentos, memoriais de cálculo, tabelas de quantitativos e especificações detalhadas, tudo no padrão gráfico-institucional da CONTRATANTE, proporcionando máxima clareza, rastreabilidade e facilidade de fiscalização.

4.12.6. As soluções deverão ainda:

- a) Respeitar fielmente as premissas e restrições de segurança, proteção perimetral, contenção de riscos e particularidades operacionais da unidade prisional, inclusive prevendo segregação de redes administrativas, operacionais e de monitoramento;
- b) Observar a compatibilidade técnica, operacional e física com todos os demais projetos, sistemas e subsistemas envolvidos, consolidando a integração geral da infraestrutura de tecnologia;
- c) Atender integralmente às legislações, normas, procedimentos, memoriais e anteprojetos fornecidos pela CONTRATANTE, promovendo sustentabilidade, adequação ambiental, eficiência e conformidade documental do empreendimento;
- d) Apresentar todos os desenhos, cortes, diagramas, tabelas e documentos técnicos necessários, nos padrões institucionais definidos, facilitando análise, validação e fiscalização pelos órgãos competentes.

4.13. PROJETO DE CFTV

4.13.1. O conjunto projetual referente ao sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) deverá ser elaborado em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT NBR IEC 62676, ABNT NBR 16264, referentes a sistemas de monitoramento, bem como normas estaduais/institucionais aplicáveis), com os padrões e orientações do DER-ES, IBRAOP, com as diretrizes dos memoriais descritivos constantes do ANEXO 02 e exigências específicas da CONTRATANTE.

4.13.2. Apresentação de Memorial Descritivo detalhado do sistema de CFTV, explicitando critérios de concepção, métodos de análise de risco e dimensionamento, layout de cobertura e cobertura justa de ângulos mortos, tecnologias empregadas (analógica, IP ou híbrida), resolução e tipologia das câmeras, redundância de gravação (DVR/NVR), segurança lógica e física dos dados, especificação de equipamentos (câmeras, gravadores, servidores, monitores, switches, fontes, nobreaks), meios de transmissão, mecanismos antivandalismo e proteção, além de justificativas técnicas fundamentadas em levantamento funcional e estudos operacionais do ambiente prisional.

4.13.3. Obrigatoriedade de apresentação de ART ou RRT específica do Projeto de CFTV, devidamente regularizada, datada, assinada e quitada pelo responsável técnico legalmente habilitado, conferindo responsabilidade integral pelas soluções e informações apresentadas.

4.13.4. As soluções e premissas projetuais referentes ao sistema de CFTV deverão, obrigatoriamente:

- a) Atender as necessidades de monitoramento e segurança institucional da unidade prisional, abrangendo perímetro externo, acessos, corredores, áreas de convivência, celas, pátios, salas técnicas e demais ambientes



estratégicos, considerando o controle sobre possíveis pontos cegos e áreas sensíveis;

- b) Incorporar diretrizes para confidencialidade, integridade e disponibilidade das imagens, prevenção de sabotagem, gravação redundante, políticas de acesso restrito e retenção das imagens conforme normas legais e institucionais;
- c) Prever integração plena e compatibilidade rigorosa com demais projetos complementares (lógica, elétrica, infraestrutura física, segurança eletrônica, arquitetura), sem conflitos ou sobreposição de escopos, contemplando uso de infraestruturas compartilhadas e meios de transmissão adequados (fibra óptica, UTP, wireless, etc.);
- d) Garantir escalabilidade para futuras ampliações, adaptações tecnológicas, modularidade dos sistemas e previsões para integração com sistemas de análise inteligente de vídeo (*analytics*, reconhecimento facial, contagem de pessoas, detecção de movimentação atípica).

4.13.5. O projeto deverá apresentar, obrigatoriamente:

- a) Plantas e mapas de localização dos pontos de câmeras, áreas de abrangência e cobertura, distribuição de cabos, armários técnicos/racks, diagramas unifilares, listas de equipamentos, memoriais de cálculo e análise de risco, tabelas de quantitativos, especificações técnicas detalhadas e desenhos de integração com demais sistemas, rigorosamente observando os padrões gráficos e institucionais definidos pela CONTRATANTE.

4.13.6. As soluções projetuais de CFTV deverão, também:

- e) Cumprir as premissas e restrições específicas do ambiente prisional, priorizando segurança perimetral, proteção contra manipulação, sabotagem e atendendo à segregação de fluxos sensíveis (visitação, transferências e rotinas internas);

Assegurar compatibilidade e integração técnica, física e lógica com todos os demais sistemas (controle de acesso, alarmes, lógica, elétrica etc.), consolidando integração digital e operacional da segurança eletrônica;

Atender integralmente a todas as legislações, normas técnicas, procedimentos, memoriais e documentos orientativos fornecidos pela CONTRATANTE, garantindo sustentabilidade, qualidade, estabilidade, rastreabilidade e conformidade documental do sistema de monitoramento;

Incluir todos os desenhos, cortes, diagramas, plantas de localização, tabelas, layouts de rack/técnicos e demais documentos técnicos necessários, facilitando análise, fiscalização, validação e manutenção futura pelos órgãos responsáveis.

4.14. PROJETO DE AUTOMAÇÃO PREDIAL

4.14.1. O conjunto projetual referente ao Sistema de Automação Predial (BAS/BMS) deverá ser elaborado em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes NBR 16932 Para redes de Comunicação, ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão, ABNT NBR



14565 – Cabeamento de Telecomunicações para Edifícios Comerciais, entre outras aplicáveis), bem como observando ainda os memoriais descritivos constantes do ANEXO 02 e as exigências específicas da CONTRATANTE.

4.14.2. Deverá ser apresentado Memorial Descritivo detalhado do Sistema de Automação Predial, explicitando as premissas de concepção, arquitetura de rede, protocolos de comunicação, níveis de supervisão e controle, hierarquia dos dispositivos, metodologia de integração com sistemas correlatos (elétrica, climatização, iluminação, SPDA, CFTV, controle de acesso, bombas, exaustão, etc.), além de critérios de segurança cibernética, redundância e confiabilidade operacional. O memorial deverá conter justificativas técnicas fundamentadas em levantamento funcional, estudos operacionais do ambiente prisional e necessidades de supervisão centralizada.

4.14.3. É obrigatória a apresentação de ART ou RRT específica do Projeto de Automação Predial, devidamente regularizada, datada, assinada e quitada pelo responsável técnico legalmente habilitado, conferindo responsabilidade integral pelas soluções, dimensionamentos e informações apresentadas.

4.14.4. As soluções e premissas projetuais referentes ao sistema de automação deverão, obrigatoriamente

- a) Atender às necessidades operacionais e de segurança Institucional da edificação, permitindo o monitoramento e controle remoto de sistemas críticos (iluminação, bombas, automatizadas, reservatórios, alarmes, grandezas elétricas, transformador de potência entre outros), assegurando confiabilidade e rastreabilidade das ações, deve possuir interface gráfica IHM para monitoramento e supervisão de todos os ativos;
- b) Garantir segurança lógica e física, com autenticação hierarquizada de usuários, registros de eventos, rastreabilidade de comandos e políticas de redundância, prevenindo falhas, acessos não autorizados e sabotagens;
- c) Prever integração plena e compatibilidade rigorosa com os demais projetos complementares (elétrica, lógica, segurança eletrônica, hidráulica, arquitetura e climatização), evitando sobreposição de escopos e assegurando uso racional das infraestruturas existentes (tubulações, eletrocalhas, racks, dutos e redes de dados);
- d) Adotar arquitetura modular e escalável, permitindo futuras ampliações, atualizações tecnológicas, integração com sistemas analíticos e de gestão predial, bem como adequação a padrões abertos de comunicação (BACnet, Modbus, KNX, OPC, entre outros).

4.14.5. O projeto deverá apresentar, obrigatoriamente

- a) Plantas e diagramas funcionais de automação, topologia de rede, localização e identificação dos sensores, atuadores, painéis, CLPs, controladores, racks e pontos de supervisão.
- b) Diagramas unifilares e multifilares, listas de equipamentos e materiais, memoriais de cálculo e dimensionamento, tabelas de quantitativos, diagramas de integração, fluxogramas de controle, especificações técnicas



detalhadas e layouts gráficos conforme padrões institucionais da CONTRATANTE;

- c) Desenhos de interligação com sistemas supervisórios (BMS) e interfaces de operação local e remota, contemplando redundância de servidores, backup de dados e mecanismos de atualização segura.

4.14.6. As soluções projetuais de automação predial deverão, ainda

- a) Cumprir integralmente as premissas e restrições específicas do ambiente prisional, priorizando a segurança operacional, proteção contra manipulação indevida, sabotagem e falhas de comunicação entre subsistemas;
- b) Assegurar compatibilidade técnica, física e lógica com todos os demais sistemas do empreendimento (detecção de incêndio, alarmes, energia e telecomunicações), garantindo integração digital e operacional completa da segurança eletrônica e infraestrutura predial;
- c) Atender integralmente a todas as legislações, normas técnicas, procedimentos internos, memoriais e documentos orientativos fornecidos pela CONTRATANTE, assegurando sustentabilidade, qualidade, estabilidade, rastreabilidade e conformidade documental;
- d) Incluir todos os desenhos, cortes, diagramas, plantas de localização, tabelas, layouts técnicos e demais documentos necessários para permitir a análise, fiscalização, validação e manutenção futura pelos órgãos competentes.

4.15. PROJETO DAS PORTAS DE SEGURANÇA DESLIZANTE

4.15.1. O conjunto projetual referente ao Sistema de Controle de Portas Deslizantes Automatizadas deverá ser elaborado em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes aplicáveis a sistemas eletromecânicos de segurança ASTM F1643 – Standard Test Methods for Detention Sliding Door Locking Device Assembly, ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão, bem como as normas estaduais/institucionais, as diretrizes do DER-ES, IBRAOP e os memoriais descritivos constantes do ANEXO 02, além das exigências específicas da CONTRATANTE.

4.15.2. Deverá ser apresentado Memorial Descritivo detalhado do sistema de controle de portas deslizantes, contendo os critérios de concepção, dimensionamento, redundância, tipos de acionamento (elétrico/manual), segurança física e lógica, métodos de liberação e travamento, além da descrição da arquitetura de comando, alimentação, comunicação e supervisão. O memorial deverá incluir justificativas técnicas baseadas em estudos funcionais e operacionais do ambiente prisional, assegurando eficiência, segurança e confiabilidade na operação dos acessos automatizados.

4.15.3. É obrigatória a apresentação de ART ou RRT específica do Projeto de Controle de Portas Deslizantes, devidamente regularizada, datada, assinada e quitada pelo responsável técnico habilitado, conferindo responsabilidade integral sobre as soluções apresentadas.

4.15.4. As soluções e premissas projetuais referentes ao sistema deverão, obrigatoriamente:



- a) Atender aos requisitos de segurança institucional, abrangendo portões de acesso, galerias, corredores, áreas de triagem e demais locais sensíveis da unidade prisional, considerando a operação remota, local e de contingência manual;
- b) Garantir que as portas possam ser operadas remotamente, individualmente ou em grupos, a partir de painéis de controle central, prevendo sinalização de estado (fechada, aberta, destravada e travada) e bloqueio de movimentação simultânea, conforme regras de segurança;
- c) Incluir sistemas de redundância e contingência manual, assegurando operação mesmo em caso de falha elétrica, com mecanismos de destravamento local via chave paracêntrica ou dispositivo mecânico dedicado, conforme normas penitenciárias;
- d) Integrar-se plenamente aos sistemas complementares (automação predial, controle de acesso, lógica, elétrica, segurança eletrônica, supervisão), garantindo compatibilidade física e lógica sem sobreposição de escopos ou conflitos operacionais;
- e) Prever arquitetura modular e escalável, permitindo ampliações, substituições tecnológicas e futuras integrações com sistemas analíticos.

4.15.5. O projeto deverá apresentar, obrigatoriamente:

- a) Plantas e diagramas de localização das portas e equipamentos de acionamento, incluindo controladores, painéis de comando, quadros de força, cabos de interligação e sinalização de status;
- b) Diagramas elétricos, unifilares e funcionais, layouts de instalação e integração, memoriais de cálculo e tabelas de quantitativos, listas de materiais e especificações técnicas detalhadas dos componentes (motores, engrenagens, trilhos, sensores, chaves fim de curso, controladores e interfaces de operação);
- c) Diagramas de integração e intertravamento, detalhando a comunicação entre subsistemas, lógica de comando e procedimentos de segurança para travamento e liberação de portas, inclusive em situações de emergência;
- d) Desenhos e layouts técnicos em conformidade com os padrões gráficos e institucionais da CONTRATANTE.

4.15.6. As soluções projetuais para o sistema de controle de portas deslizantes deverão, ainda:

- a) Cumprir integralmente as premissas e restrições específicas do ambiente prisional, priorizando robustez mecânica, resistência à manipulação indevida, proteção antivandalismo e facilidade de manutenção;
- b) Garantir compatibilidade técnica, física e lógica com todos os demais sistemas do empreendimento (CFTV, controle de acesso, automação predial, alarmes, energia, lógica), promovendo integração digital e operacional entre as plataformas de segurança;



c) Atender integralmente às legislações, normas técnicas, procedimentos internos e memoriais orientativos fornecidos pela CONTRATANTE, assegurando segurança, rastreabilidade, estabilidade e conformidade documental do sistema;

d) Incluir todos os documentos técnicos necessários à análise, fiscalização, validação e manutenção futura, compreendendo plantas, cortes, diagramas, layouts, tabelas, listas de equipamentos e memoriais descritivos.

f) Atender em especial a ASTM F1643 – Standard Test Methods for Detention Sliding Door Locking Device Assembly

4.16. PROJETO DE SISTEMA DE CONTROLE PARA PORTAS AUTOMATIZADAS DESLIZANTES

4.16.1. O conjunto projetual referente ao Sistema de Controle para Portas Automatizadas deverá ser elaborado em conformidade com as normas técnicas vigentes aplicáveis a sistemas de comando, sinalização e segurança eletrônica, ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão, e ser totalmente compatível com as portas e sistema ABNT NBR IEC 61508 – Segurança funcional de sistemas elétricos/eletroeletrônicos programáveis), bem como as orientações técnicas e memoriais descritivos constantes do ANEXO 02.

4.16.2. O projeto deverá contemplar toda a arquitetura lógica, elétrica e de automação responsável pela operação, comando e supervisão das portas deslizantes de segurança automatizadas, garantindo funcionamento seguro, rastreável e redundante, compatível com os níveis de segurança exigidos no ambiente prisional.

4.16.3. O projeto/especificação do sistema deverá detalhar as premissas de concepção, métodos de controle, intertravamento, redundância e supervisão, incluindo:

- a) Topologia de rede e comunicação (comunicação cabeada, fibra óptica, RS-485, TCP/IP, ou equivalente);
- b) Lógica de operação (abertura, fechamento, travamento, modos de contingência e emergência);
- c) Recursos de segurança (intertravamento entre portas, anticolisão, prioridade de comandos, alarmes e feedback de status);
- d) Integração com painéis sinóticos e sistemas supervisórios (BMS ou SCADA);

4.16.4. É obrigatória a apresentação de ART ou RRT específica do Projeto de Sistema de Controle, devidamente regularizada, datada, assinada e quitada pelo responsável técnico legalmente habilitado, conferindo responsabilidade integral sobre as soluções de hardware, software e integração apresentadas.

4.16.5. As soluções e premissas projetuais referentes ao sistema de controle deverão, obrigatoriamente:

- a) Garantir operação local e remota das portas automatizadas, por meio de painéis de comando e estações de controle centralizadas, com monitoramento visual do status (fechada, aberta, travada, destravada, falha, em manutenção);



- b) Incorporar lógica de intertravamento entre portas adjacentes ou de áreas de segurança, impedindo aberturas simultâneas indevidas e garantindo o confinamento controlado de fluxos de internos e servidores;
- c) Prever redundância de comunicação e alimentação elétrica, de forma a manter o funcionamento mínimo durante falhas de rede ou energia;
- d) Assegurar registro e rastreabilidade completa das operações, com histórico de comandos, eventos e intervenções, armazenados em banco de dados protegido e auditável;
- e) Garantir integração nativa com os sistemas complementares (automação predial, controle de acesso, CFTV, alarmes e supervisor), assegurando compatibilidade física, lógica e de protocolos de comunicação;
- f) Permitir operação em modo manual de contingência, com chaves, botoeiras ou mecanismos de liberação mecânica dedicados, conforme premissas de segurança institucional.

4.16.6. O projeto deverá apresentar, obrigatoriamente:

- a) Diagramas funcionais e elétricos de todos os circuitos de comando e controle, incluindo controladores lógicos programáveis (CLPs), módulos de E/S, relés de intertravamento, botoeiras, chaves de segurança e indicadores luminosos, bem como o layout do painel Sinótico;
- b) Fluxogramas de operação detalhando as lógicas de comando (sequência de abertura, prioridade de operação, bloqueio, emergência e reset);
- c) Plantas de localização dos painéis, cabos, caixas de passagem e interfaces de comando, integradas às demais disciplinas (automação, elétrica, lógica e segurança);
- d) Memoriais de cálculo e tabelas de quantitativos, com dimensionamento de cabos, circuitos e dispositivos de proteção;
- e) Listas de materiais e especificações técnicas detalhadas dos componentes (CLPs, módulos de entrada e saída, relés de segurança, interfaces homem-máquina, botões, sinaleiros e cabos de interligação).

4.16.7. As soluções projetuais para o sistema de controle de portas automatizadas deverão, ainda:

- a) Cumprir integralmente as premissas e restrições específicas do ambiente prisional, priorizando robustez, proteção contra sabotagem, confiabilidade operacional e manutenção simplificada;
- b) Assegurar compatibilidade técnica e lógica com todos os demais sistemas da edificação, promovendo integração digital plena no contexto da automação predial e da segurança eletrônica;



- c) Atender integralmente a todas as normas técnicas, legislações, diretrizes institucionais e memoriais fornecidos pela CONTRATANTE, garantindo segurança, rastreabilidade e conformidade documental;
- d) Incluir todos os documentos técnicos necessários à análise, fiscalização e manutenção futura, tais como diagramas, plantas, layouts, listas e manuais de operação.

4.17. DESCRIÇÃO DAS FASES DE PROJETOS CONSIDERADAS NA CONTRATAÇÃO

4.17.1. No âmbito desta contratação integrada, destaca-se que a etapa de **anteprojeto** já está previamente apresentada e integra a base projetual junto ao edital. Contudo, **metodologicamente**, sempre que houver proposição projetual alternativa ou solução que demande validação junto à fiscalização, será obrigatória a produção das etapas anteriores ao anteprojeto, de modo a garantir total rastreabilidade, clareza técnica e adequação legal.

4.17.2. O desenvolvimento dos projetos será composto por **fases**, estruturadas em ordem sucessiva e interdependente.

4.17.3. Ao final de cada fase, é obrigatória a verificação da compatibilidade gráfica e técnica com a fase anterior e com as normas brasileiras vigentes (especialmente as normas de representação gráfica), bem como com as diretrizes da CONTRATANTE e da legislação específica.

4.17.4. A seguir, as principais fases metodológicas e seus requisitos mínimos — todos sob rigor da representação gráfica padronizada:

4.17.5. Programa de Necessidades

- a) Documento preliminar do projeto, elaborado em conformidade com a NBR de representação gráfica, contendo:
- b) Levantamento e lista setorial das necessidades dos ambientes,
- c) Articulação entre setores, áreas mínimas, características gerais/funcionais,
- d) Requisitos normativos municipais, estaduais e federais,
- e) Demandas específicas da CONTRATANTE.

4.17.6. Estudo Preliminar

- a) Apresentação de concepção inicial através de esquemas, diagramas e representações gráficas simplificadas — sempre utilizando símbolos, legendas, escalas, textos, formatos de prancha e convenções estabelecidas na NBR 6492/1994.

4.17.7. Partido Arquitetônico

- a) Representação gráfica clara do partido arquitetônico, incluindo:
- b) Plantas de situação e implantação, cortes, fachadas, layout por pavimento, tabela de áreas, localização de elementos externos e internos, todos nos padrões da NBR,



- c) Compatibilização visual inicial das demais disciplinas (estrutural, elétrica, hidráulica, etc.) em camada gráfica própria.

4.17.8. Adequação do Partido Arquitetônico

- a) Ajustes gráficos e descritivos integrando pré-formas de estrutura e diretrizes macro para instalações — garantindo a correta representação gráfica de interferências e soluções conforme as normas correspondentes.

4.17.9. Compatibilização Geral

- a) Verificação gráfica e técnica da integração dos projetos entre todas as disciplinas, por meio de sobreposição de layers, uso de cores padrão, simbologia conforme NBR e documentação adequada para análise de órgãos competentes.

4.17.10. Consultas Prévias de Viabilidade

- a) Quando aplicável, apresentação de plantas, croquis ou mapas em padrão normativo para envio às concessionárias e órgãos, conforme as exigências de cada instituição.

4.17.11. Anteprojeto

- a) Elaboração do conjunto de peças gráficas do anteprojeto em conformidade com as exigências da ABNT NBR 6492/1994 e demais normas pertinentes, contemplando:
- b) Plantas, cortes, elevações, perspectivas esquemáticas, quadros de áreas, detalhes construtivos essenciais,
- c) Compatibilização entre disciplinas indicada graficamente em formatação padronizada,
- d) Memoriais e quadros adequados para instrução dos órgãos e etapas subsequentes.

4.17.12. Projeto legal

- a) Elaboração dos documentos gráficos e textuais necessários para análise e aprovação junto aos órgãos públicos competentes, obrigatoriamente em conformidade com a ABNT NBR 6492/1994 e específicas das demais disciplinas (NBR 10647 para instalações elétricas, NBR 12220 para hidráulica, entre outras).
- b) Peças obrigatórias: plantas de situação, implantação, cortes, fachadas principais e memórias descritivas segundo o padrão exigido pela legislação local (Prefeitura, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Meio Ambiente e outros), utilizando simbologia, escalas, legendas e identificações conforme a NBR.



- c) Apresentação gráfica dos elementos sujeitos à aprovação específica (acessos, áreas de uso público, equipamentos obrigatórios), com indicação clara do atendimento às legislações, códigos de obras e regulamentos urbanísticos.
- d) Integração e compatibilização gráfica das soluções de todas as disciplinas que possuam exigência legal de aprovação, demonstrando a coerência geral do projeto perante os diferentes órgãos.
- e)

4.17.13. Projeto Básico

- a) Elaboração do conjunto de peças gráficas e memoriais descritivos que definem as soluções técnicas essenciais à execução do empreendimento, seguindo rigorosamente a ABNT NBR 6492/1994 e demais normas de cada especialidade.
- b) Inclusão de desenhos de arquitetura, estrutura, instalações (hidráulica, elétrica, lógica, climatização, etc.), sempre com plantas, cortes, elevações e detalhes construtivos mínimos exigidos pelo art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, com identificação, carimbo, simbologia, escalas, layers e legendas padronizadas.
- c) Apresentação dos memoriais descritivos, memórias de cálculo, especificações técnicas, listas de materiais e elementos de orçamento e planejamento, todos compatibilizados graficamente e organizados conforme as normas técnicas e os padrões institucionais definidos pela CONTRATANTE.
- d) Compatibilização gráfica e documental entre disciplinas, indicando a ausência de conflitos, sobreposições ou incertezas técnicas em todos os elementos do projeto básico.

4.17.14. Projeto Executivo

- a) Desenvolvimento detalhado de todas as soluções previstas no Projeto Básico, obedecendo de forma rigorosa à ABNT NBR 6492/1994 e às demais normas técnicas específicas para cada disciplina, garantindo padrão gráfico, clareza, precisão e completude técnica.
- b) Elaboração de plantas, cortes, elevações, detalhes construtivos, esquemas de montagem/execução, diagramas unifilares e multifilares, listas detalhadas de materiais e equipamentos, todos com identificação gráfica, legendas e simbologia conforme os padrões normativos vigentes e exigências do Manual DER-ES, quando aplicável.
- c) Os desenhos executivos devem permitir a perfeita compreensão por parte das equipes de obra, fabricação ou montagem, por meio de detalhamento completo, cronologia de execução, tabelas gráficas e representações isométricas/perspectivas quando necessário.



- d) Compatibilização final das disciplinas, com representações gráficas sobrepostas ou integradas, eliminando eventuais interferências e promovendo a viabilidade real da execução, além do cumprimento de todos os protocolos de revisão, identificação, carimbo, folha de rosto e indicação de autorias técnicas conforme as NBR pertinentes.

4.17.15. **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

4.17.15.1. A **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** deverá ser elaborada respeitando as diretrizes definidas pela Resolução do Tribunal de Contas TCES nº 366/2022 de 22 de novembro de 2022 e respeitando os modelos padrões definidos no site do DER (Faça Certo). Além disso, deverá ser elaborada através do sistema ORÇATECH onde serão disponibilizadas senhas para que o orçamentista da contratada elabore o orçamento por este programa. Além disso, deve respeitar ainda as diretrizes da Lei 14.133/2021 e ao Acórdão 2622/2013 do TCU.

4.17.15.2. A contratada poderá, antes de sua elaboração, definir outros meios para a apresentação deste orçamento, previamente validado pela fiscalização.

4.17.15.3. A planilha deverá ser detalhada por itens, subitens e etapas, contemplando de forma individualizada:

- a) Descrição clara de todos os serviços, materiais, equipamentos e insumos envolvidos na execução de cada etapa do objeto, compatível com as composições referenciais oficiais adotadas (SINAPI, SICRO, DER, TCPO Web) ou equivalente, respeitando a hierarquia definida pela Resolução TCE/ES 366/2022);
- b) Quantitativos exatos, fundamentados em medições conforme projetos executivos e memoriais descritivos aprovados;
- c) Unidade de medida, quantidade, custo unitário e custo total para cada item e subitem, apresentados segundo padrões vigentes;
- d) Memória de cálculo, relações de composição para formação dos preços e correspondência dos quantitativos com os projetos e cronograma físico-financeiro;
- e) Especificação de encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributos, despesas indiretas, mobilização, desmobilização, seguros, garantias, administração local e central e demais custos acessórios, com indicativo do percentual adotado e base legal quando pertinente;
- f) Percentual e detalhamento do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), incluindo memória de cálculo e enquadramento legal, explicitados em campo próprio da planilha;
- g) Identificação expressa dos preços referenciais utilizados para cada insumo, serviço ou equipamento, informando a data-base e a fonte (publicação oficial ou pesquisa de mercado conforme parâmetros dos órgãos de controle).

4.17.15.4. A planilha deverá ser acompanhada de:

- a) Composição analítica dos custos unitários de todos os itens, com detalhamento de mão de obra, materiais, equipamentos, encargos e demais insumos, em



conformidade com as tabelas referenciais de ordem definida pela Resolução TCES 366/2022 (LABOR, SINAPI, TCPOWEB, SICRO ou fonte oficial apropriada);

- b) Cronograma físico-financeiro detalhado e vinculado à planilha orçamentária, demonstrando coerência entre os desembolsos previstos e as etapas de execução contratual;
- c) Apresentação de plano de ataque e planejamento da obra.
- d) Curva ABC de insumos e serviços;
- e) Identificação, assinatura e ART/RRT do(s) responsável(is) técnico(s) pela elaboração da planilha e formação dos custos, em conformidade com as regras dos conselhos profissionais competentes;
- f) Declaração da compatibilidade da planilha orçamentária com os projetos, memoriais e demais documentos técnicos integrantes do processo licitatório ou da contratação.

4.17.15.5. É vedada a inclusão de custos genéricos, globais ou estimativas sem memória de cálculo pormenorizada, bem como a duplicidade ou omissão de itens essenciais à execução integral do objeto.

4.17.15.6. A Planilha Orçamentária deverá ser atualizada para a data-base fixada no edital de licitação ou, nos casos de repactuação ou aditamento, à data expressamente definida pela Administração, seguindo os critérios legais de atualização previstos em normas federais e estaduais.

4.17.15.7. É obrigatória a disponibilização da planilha em formato editável, preferencialmente excel/xlsx ou compatível, além do formato impresso assinado, para fins de auditoria, conferência, análise pelo controle interno e atendimento a eventuais exigências dos órgãos de controle externo.

4.17.15.8. A Planilha Orçamentária não será utilizada como meio de repactuação dos custos finais ou do valor global da proposta apresentada pela contratada para execução das obras. Sua finalidade é servir de base para eventuais imprevistos que impactem nos custos dos materiais e que possam justificar a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro (a exemplo da pandemia da Covid-19).

4.17.15.9. Dessa forma, a planilha não terá validade para fundamentar aditivos de custos, ajustes do valor global do contrato ou alterações das especificações mínimas previstas neste Termo de Referência, limitando-se ao levantamento dos custos reais da obra, a fim de subsidiar eventuais questionamentos ou pedidos de reequilíbrio.

4.18. COMPATIBILIZAÇÕES DOS PROJETOS E PEÇAS TÉCNICAS

4.18.1. Todas as peças gráficas e elementos técnicos que compõem um projeto não constituem apenas produtos de especialidades técnicas, elas fazem parte de um complexo processo cujo insucesso ou deficiência comprometem, sobremaneira, as etapas seguintes. Interferem diretamente no sucesso da licitação, da contratação de executores, do acompanhamento da execução, da qualidade do produto final e de sua manutenção.



4.18.2. Devem ainda garantir o completo saneamento de todas as interferências físicas e construtivas entre as diversas especialidades e subsistemas que comporão a obra. Devendo ainda apresentar, graficamente ou discricionariamente, todas as soluções técnicas adotadas para a promoção da melhor convivência entre as disciplinas para facilitar a etapa executiva, ou seja, a execução da obra.

4.18.3. Para isto, faz-se o uso de uma importante ferramenta para promover a integração das diversas disciplinas que compõe a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, a Compatibilização.

4.18.4. Compatibilizar os projetos de arquitetura e seus complementares de engenharia visa integrar todos os projetos necessários para a concretização de uma edificação ou obra, assim como seus aspectos de custos, soluções técnicas e prazos, em conformidade com os parâmetros preliminares estabelecidos pelo cliente e pelas exigências legais edilícias ou administrativas.

4.18.5. Não se limita apenas a avaliar as informações descritas nos diversos projetos, ou ajustá-las, deve considerar todas as condições de mercado, a viabilidade técnico-econômica do bem a ser edificada, sua construtibilidade e a qualidade do processo de produção dos projetos.

4.18.6. Portanto, não compreende apenas a revisão de projetos ou co-projetar, atribuições atinentes aos projetistas contratados, mas busca promover a completa integração das atividades intrínsecas ao complexo processo de elaboração de projetos.

4.18.7. Neste contexto, são apresentados a seguir alguns regramentos para esta importante atividade, cabendo à contratada a aplicação de procedimentos próprios para garantir a perfeita interação entre as disciplinas:

- I. Os projetos das diferentes especialidades deverão apresentar perfeita compatibilização entre si, refletidas também nas peças de memorial e planilhas orçamentárias do conjunto, de modo a não suscitar dúvidas, omissões, conflitos ou outras interpretações que venham a prejudicar sua integral execução.

Os projetos de instalações em geral deverão ter como objetivo básico, além de apresentarem as soluções técnicas pertinentes, a compatibilização entre estes e o arquitetônico. Deverão ser considerados todos os aspectos estéticos e funcionais, visando facilitar a manutenção, segurança e controle de acessos, principalmente das áreas acessíveis e de controle do sistema na totalidade, caso exista.

Deverá ocorrer etapa a etapa, de forma a manter o desenvolvimento do projeto alinhado com todas as disciplinas durante o processo.

Em reunião específica, serão apresentados e estabelecidos os critérios em que a compatibilidade das fases ou etapas será verificada pela SEJUS. Isto, porém, não desobriga a contratada a verificar continuamente todas as integrações e compatibilidades das diversas disciplinas, sendo, portanto, atividade obrigatória para garantia da qualidade do projeto.

4.19. USO DA TECNOLOGIA BIM

4.19.1. Comprovação de que a equipe técnica possui treinamento adequado e certificações no uso de softwares de modelagem BIM, como Autodesk Revit, ArchiCAD, ou outras ferramentas compatíveis.



4.19.2. Os projetos devem ser entregues com diferentes níveis de desenvolvimento (LOD - Level of Development), que representam a maturidade e a quantidade de informações dos modelos BIM. Estes níveis variam do LOD 100 (esquemático) ao LOD 500 (construído/realidade). Cada etapa do projeto deverá especificar o LOD adequado, garantindo que todas as informações necessárias estejam claramente representadas e documentadas:

- a) LOD 100: Informações conceituais.
- b) LOD 200: Desenvolvimento preliminar, incluindo dimensões aproximadas.
- c) LOD 300: Projeto detalhado com dimensões exatas e especificações materiais.
- d) LOD 400: Informações para construção.
- e) LOD 500: Representação conforme executado, incluindo todos os elementos de construção.

4.19.3. Os modelos BIM devem ser entregues em formatos de dados interoperáveis, como o IFC (Industry Foundation Classes), para assegurar a compatibilidade entre diferentes softwares e a integridade da informação ao longo de todo o ciclo de vida do projeto. A interoperabilidade é fundamental para garantir que todos os stakeholders, incluindo a CONTRATANTE, construtores e operadores, possam acessar e utilizar os dados de forma eficaz.

4.19.4. A entrega do projeto deve ser acompanhada de um Plano de Execução BIM (BEP - BIM Execution Plan), documento que define como o BIM será implementado no projeto. O BEP deve incluir, entre outros aspectos:

- a) Objetivos do uso do BIM.
- b) Fluxos de trabalho e responsabilidades das equipes.
- c) Estratégias de coordenação e comunicação entre as partes envolvidas.
- d) Padrões de modelagem e nomenclatura.
- e) Ferramentas e softwares utilizados.
- f) Planos de controle de qualidade e verificação de modelos.

4.19.5. Além do modelo digital, é necessário entregar a documentação complementar, como plantas, cortes, elevações, detalhes, cronogramas e relatórios técnicos, todos gerados a partir do modelo BIM. Essa documentação deve estar vinculada ao modelo tridimensional, assegurando consistência e rastreabilidade das informações.

4.19.6. Os projetos entregues devem estar em conformidade com as normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis, como as diretrizes da ABNT para o uso do BIM, além das especificações normativas setoriais. A conformidade com essas normas garante a qualidade técnica dos projetos e facilita a integração de informações durante as diferentes fases do ciclo de vida da obra.

4.19.7. Os modelos BIM devem passar por um processo de validação e verificação antes da entrega final. Isso inclui a checagem de coerência e consistência dos dados, detecção de conflitos (clash detection), compatibilidade entre disciplinas (arquitetura, engenharia, instalações), e revisão da aderência aos requisitos estabelecidos no BEP. A verificação poderá ser realizada por softwares específicos de análise e validação de modelos BIM.



4.19.8. Comprovação de que a equipe técnica possui treinamento adequado e certificações no uso de softwares de modelagem BIM, como Autodesk Revit, ArchiCAD, ou outras ferramentas compatíveis.

4.19.9. A empresa deve apresentar evidências de experiência prévia na utilização de BIM em projetos complexos equivalentes ao objeto contratado.

4.20. DAS LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES E REGULARIZAÇÕES

4.20.1. Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), identificação e avaliação dos impactos ambientais da obra e apresentação de medidas mitigadoras, caso exigido pelos órgãos competentes.

4.20.2. Obtenção da Licença Prévia (LP), primeira etapa do licenciamento ambiental, que aprova a localização e a concepção do projeto.

4.20.3. Obtenção da Licença de Instalação (LI), autorização para o início das obras, após a apresentação e aprovação do projeto detalhado e das medidas mitigadoras de impacto ambiental.

4.20.4. Obtenção da Licença de Operação (LO), permite a operação da penitenciária, assegurando que todas as exigências ambientais e de mitigação de impactos foram cumpridas.

4.20.5. Envio dos projetos às autoridades locais, como Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Meio Ambiente e órgãos específicos, para aprovação e emissão de alvarás e licenças.

4.20.6. Obtenção do alvará de construção e outras licenças necessárias para iniciar a obra.

4.21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.21.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

4.21.2. CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da lei nº 14.133/2021, com as alterações que lhe sucederam.

4.21.3. FIANÇA BANCÁRIA conforme CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO: carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

4.21.4. Cópia autenticada do estatuto social do banco;

4.21.5. Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

4.21.6. Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

4.21.7. Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.



- 4.21.8. SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEJUS, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.
- 4.21.9. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/numercado/regapolices/pesquisa.asp>.
- 4.21.10. O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias da CONTRATADA em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.
- 4.21.11. Na modalidade seguro garantia, em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora terá a obrigação de assumir a execução e concluir o objeto do contrato e, serão observadas as seguintes:
- 4.21.12. caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;
- 4.21.13. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.
- 4.21.14. A SEJUS restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.21.15. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a SEJUS, nos termos da legislação vigente.
- 4.21.16. Ocorrendo prorrogação de prazo ou aumento no valor contratual decorrente de acréscimos ou do reequilíbrio econômico-financeiro, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá a CONTRATADA proceder a renovação e/ou ao reforço da garantia inicial, proporcionalmente ao aumento de valor.
- 4.21.17. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver aditivo;
- 4.21.18. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.21.19. A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.
- 4.21.20. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.



4.21.21. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

4.21.22. Quando se tratar de consórcio, a garantia poderá ser apresentada integralmente pela empresa líder do consórcio, ou por cada uma das empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

4.21.23. Das aprovações e responsabilidades

4.21.24. A aprovação e/ou aceite dos serviços pela SEJUS não exime a contratada, nem os respectivos autores dos projetos, das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais e à prestação de serviços para a Administração pública.

4.21.25. Após a aprovação e a legalização de todos os projetos nos órgãos competentes, os referidos projetos não mais poderão ser alterados substancialmente.

4.21.26. Os custos diretos e indiretos, incluindo todas as licenças, taxas e demais documentos necessários e incidentes na aprovação dos projetos, junto às autoridades competentes, serão de responsabilidade da CONTRATANTE. Deverão ser observados todos os emolumentos prescritos em estrita obediência à legislação, regulamentos e posturas.

4.21.27. Caso haja a possibilidade de isenção de taxas e emolumentos, será de responsabilidade da empresa contratada para a elaboração dos projetos, solicitar a SEJUS a expedição dos ofícios aos órgãos competentes requerendo a isenção. Em caso de omissão, a contratada deverá arcar com estes custos, sem ônus para a SEJUS.

4.21.28. Deverá encaminhar à SEJUS cópia da correspondência de entrega do projeto no órgão competente para aprovação, solicitação de viabilidade ou emissão de licença, até um dia após o seu protocolo, possibilitando assim o acompanhamento do processo.

4.21.29. A solicitação de viabilidade, o envio da documentação aos órgãos, o atendimento a todos os procedimentos para a entrada de projetos nos setores competentes, a aprovação ou emissão da licença ou viabilidade, são de inteira responsabilidade da contratada, bem como o acompanhamento integral da tramitação dos projetos e/ou documentos nos órgãos/concessionárias.

4.21.30. A contratada será a única responsável pela precisão das informações, pela correta aplicação dos procedimentos das normas brasileiras, bem como pelos resultados apresentados, sendo ainda responsável pela realização de outros ensaios e serviços adicionais e necessários não previstos neste Termo de referência, às suas expensas, devendo haver comunicação prévia a SEJUS, justificando a realização dos serviços.

4.21.31. Quando os parâmetros de duas ou mais entidades responsáveis pela aprovação dos projetos forem discrepantes, a contratada deverá optar, sob sua responsabilidade, pela alternativa que estabeleça os critérios mais rigorosos do ponto de vista técnico e que ofereça melhores condições de segurança à edificação e seus usuários.

4.21.32. Caso sejam necessárias modificações nos projetos, no decurso da obra, em decorrência da inobservância das normas e legislações vigentes à época da elaboração, aprovação e legalização do projeto, a contratada deverá providenciar a legalização das modificações nos



órgãos competentes, sem ônus para a SEJUS, dos novos documentos impressos, mobilização e taxas de aprovação, reaprovação ou regularização.

4.21.33. Se as aprovações dos projetos forem impedidas por pendências relacionadas aos diversos órgãos, secretarias e/ou autarquias estaduais, a contratada deverá informar oficialmente a SEJUS relatando a pendência. Deverão ser anexados todos os documentos que comprovem a inadimplência do Estado perante os órgãos competentes. Neste caso, o Estado deverá regularizar a sua situação no prazo máximo de 60 dias após a entrega do projeto executivo. Caso a aprovação não ocorra neste prazo, e somente neste caso, a contratada será remunerada pela etapa “PROJETOS LEGAIS”, mesmo sem a referida aprovação.

4.21.34. Propriedade intelectual, direitos patrimoniais e autorizações

4.21.35. A SEJUS deterá o direito de propriedade intelectual sobre os serviços desenvolvidos, assim como sobre toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa e por escrito da SEJUS.

4.21.36. Os autores dos projetos e dos serviços complementares elaborados por meio deste termo de referência autorizam expressamente os ajustes e adequações que se fizerem necessários nos projetos para sua construção e cedem o direito para a replicação e adequação dos projetos elaborados no âmbito das ações da SEJUS. Os profissionais que fizerem as alterações ou adequações obrigam-se a recolher a ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT e responder integralmente pelas modificações realizadas.

4.21.37. Os autores dos projetos deverão, também, ceder os direitos patrimoniais do projeto relativo ao objeto deste Termo de referência, para o fim de a Administração utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no Art. 93 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

4.21.38. Fica vedado à empresa contratada, seus empregados, colaboradores e/ou profissionais contratados, dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer documento, administrativo ou técnico, descritivo ou gráfico, preparado ou recebido, para a execução dos serviços, salvo com prévia autorização da SEJUS.

4.21.39. A cessão dos direitos para a replicação, bem como a autorização expressa para promover adequações, não isenta ou exime, de forma alguma, a empresa contratada e os respectivos autores dos projetos elaborados, de suas obrigações e responsabilidades, nem tampouco transfere a SEJUS, a responsabilidade pela não aplicação das normas e procedimentos técnicos.

4.22. DAS APROVAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.22.1. A aprovação e/ou aceite dos serviços pela SEJUS não exime a contratada, nem os respectivos autores dos projetos, das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais e à prestação de serviços para a Administração pública.

4.22.2. Após a aprovação e a legalização de todos os projetos nos órgãos competentes, os referidos projetos não mais poderão ser alterados substancialmente.

4.22.3. Os custos diretos e indiretos, incluindo todas as licenças, taxas e demais documentos necessários e incidentes na aprovação dos projetos, junto às autoridades competentes, serão de



responsabilidade da CONTRATANTE. Deverão ser observados todos os emolumentos prescritos em estrita obediência à legislação, regulamentos e posturas.

4.22.4. Caso haja a possibilidade de isenção de taxas e emolumentos, será de responsabilidade da empresa contratada para a elaboração dos projetos, solicitar a SEJUS a expedição dos ofícios aos órgãos competentes requerendo a isenção, caso contrário, a contratada deverá arcar com estes custos, sem ônus para a SEJUS.

4.22.5. Deverá encaminhar à SEJUS cópia da correspondência de entrega do projeto no órgão competente para aprovação, solicitação de viabilidade ou emissão de licença, até um dia após o seu protocolo, possibilitando assim o acompanhamento do processo.

4.22.6. A solicitação de viabilidade, o envio da documentação aos órgãos, o atendimento a todos os procedimentos para a entrada de projetos nos setores competentes, a aprovação ou emissão da licença ou viabilidade, são de inteira responsabilidade da contratada, bem como o acompanhamento integral da tramitação dos projetos e/ou documentos nos órgãos/concessionárias.

4.22.7. A contratada será a única responsável pela precisão das informações, pela correta aplicação dos procedimentos das normas brasileiras, bem como pelos resultados apresentados, sendo ainda responsável pela realização de outros ensaios e serviços adicionais e necessários não previstos neste Termo de referência, às suas expensas, devendo haver comunicação prévia a SEJUS, justificando a realização dos serviços.

4.22.8. Quando os parâmetros de duas ou mais entidades responsáveis pela aprovação dos projetos forem discrepantes, a contratada deverá optar, sob sua responsabilidade, pela alternativa que estabeleça os critérios mais rigorosos do ponto de vista técnico e que ofereça melhores condições de segurança à edificação e seus usuários.

4.22.9. Caso sejam necessárias modificações nos projetos, no decurso da obra, em decorrência da inobservância das normas e legislações vigentes à época da elaboração, aprovação e legalização do projeto, a contratada deverá providenciar a legalização das modificações nos órgãos competentes, sem ônus para a SEJUS, dos novos documentos impressos, mobilização e taxas de aprovação, reaprovação ou regularização.

4.22.10. Se as aprovações dos projetos forem impedidas por pendências relacionadas aos diversos órgãos, secretarias e/ou autarquias estaduais, a contratada deverá informar oficialmente a SEJUS relatando a pendência. Deverão ser anexados todos os documentos que comprovem a inadimplência do Estado perante os órgãos competentes. Neste caso, o Estado deverá regularizar a sua situação no prazo máximo de 60 dias após a entrega do projeto executivo. Caso a aprovação não ocorra neste prazo, e somente neste caso, a contratada será remunerada pela etapa "PROJETOS LEGAIS", mesmo sem a referida aprovação.

4.22.11. Em caso de divergência entre o memorial descritivo e o anteprojeto, a Contratada deverá promover a adequação necessária, sem ônus para a Contratante, após aprovação desta.

4.23. PROPRIEDADE INTELECTUAL, DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORIZAÇÕES

4.23.1. A SEJUS deterá o direito de propriedade intelectual sobre os serviços desenvolvidos, assim como sobre toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa e por escrito da SEJUS.



4.23.2. Os autores dos projetos e dos serviços complementares elaborados por meio deste termo de referência autorizam expressamente os ajustes e adequações que se fizerem necessários nos projetos para sua construção e cedem o direito para a replicação e adequação dos projetos elaborados no âmbito das ações da SEJUS. Os profissionais que fizerem as alterações ou adequações obrigam-se a recolher a ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT e responder integralmente pelas modificações realizadas.

4.23.3. Os autores dos projetos deverão, também, ceder os direitos patrimoniais do projeto relativo ao objeto deste Termo de referência, para o fim de a Administração utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no Art. 93 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

4.23.4. Fica vedado à empresa contratada, seus empregados, colaboradores e/ou profissionais contratados, dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer documento, administrativo ou técnico, descritivo ou gráfico, preparado ou recebido, para a execução dos serviços, salvo com prévia autorização da SEJUS.

4.23.5. A cessão dos direitos para a replicação, bem como a autorização expressa para promover adequações, não isenta ou exime, de forma alguma, a empresa contratada e os respectivos autores dos projetos elaborados, de suas obrigações e responsabilidades, nem tampouco transfere a SEJUS, a responsabilidade pela não aplicação das normas e procedimentos técnicos.

4.24. ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E ORÇAMENTO

4.24.1. Ao fazer a citação de qualquer marca de materiais, metais, tintas, aparelhos, produtos e equipamentos, visam somente caracterizar o material e/ou equipamento, e o termo similar significa RIGOROSAMENTE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, inclusive nas tonalidades das tintas, pois uma mesma cor varia de tonalidade de acordo com o fabricante. Caso a referência de qualquer marca ou modelo seja, indispensável como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, descrevendo detalhadamente as características e desempenho técnico, de modo a permitir a verificação e comprovação da equivalência com outros modelos e fabricantes.

4.24.2. Todo material especificado deverá estar disponível no mercado local e nacional, e todas as marcas indicadas devem possuir concorrentes similares, sendo indicadas ao menos em grupos de três. Ainda, nos projetos, especificações técnicas e orçamentos deverão obrigatoriamente constar, de maneira clara que “as marcas comerciais citadas são referências de mercado que servem exclusivamente para indicar o material e sua qualidade, que se deseja empregar”.

4.24.3. Para a especificação dos materiais deverá ser dada prioridade aos serviços constantes da base de preços publicados pelo LABOR/UFES, ou SINAPI, no sítio eletrônico do DER-ES e acordo com as demais tabelas referências expostas na Resolução Nº. 366/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE-ES, e suas atualizações. Caso o material especificado não encontre similaridade no material publicado, deverá ser elaborada justificativa para sua utilização e sugerido no mínimo três especificações compatíveis entre si.

4.24.4. A elaboração dos projetos deverá primar ainda pela racionalização de custos e aproveitamento de recursos que propiciem maximização de eficiência energética e menor impacto ambiental.

4.24.5. Elaborar os orçamentos, estimativas de custos e estudos de viabilidade tendo como base a de preços publicados pelo LABOR/UFES, ou SINAPI, no sítio eletrônico do DER-ES e acordo com as demais tabelas referencias expostas na Resolução No 366/2022 do TCE-ES.



4.24.6. Os orçamentos e estimativas de custo deverão conter, no mínimo, os seguintes documentos: planilha de quantidades e preços, ARTs ou RRTs, plano de ataque/execução da obra, memória de cálculo de todos os quantitativos da obra, composições de preços unitários e mapa de cotação/cotações de equipamentos e serviços específicos que não constarem na tabela de preços referenciais do DER-ES, com no mínimo três preços de mercado.

4.24.7. Todos estes elementos deverão ser elaborados de acordo com o MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS DE OBRAS PÚBLICAS DE OBRAS DO IOPES/DER e o ROTEIRO PARA PROCEDIMENTOS DE LEVANTAMENTOS LABOR – IOPES, conforme os padrões do DER-ES.

4.24.8. A planilha orçamentária será composta em duas etapas, conforme ANEXO 05.

4.24.9. Por se tratar de contratação integrada, o contratado deverá reelaborar e apresentar à Administração contratante, juntamente com a etapa de entrega do projeto básico, de forma eletrônica, as planilhas com a indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, na forma do artigo 56, § 5º, da Lei 14.133/2021. (conforme minuta do contrato)

4.24.10. Em princípio, a elaboração das listas de materiais dos projetos complementares de engenharia está sob responsabilidade dos profissionais que desenvolveram os respectivos projetos.

4.24.11. A critério da contratada, outros profissionais habilitados poderão ser os responsáveis pela elaboração das listas que deverão estar acompanhadas dos devidos registros nos conselhos profissionais competentes.

4.24.12. As planilhas orçamentárias e de quantitativos deverão acompanhar as correções/ajustes dos projetos decorrentes das aprovações dos mesmos nos órgãos competentes e da compatibilização entre si. O orçamento final/concluído deverá ser entregue pela contratada com a data-base de cotação mais recente à época, inclusive as cotações de mercado, elaborado após a finalização de todos os projetos aprovados.

4.24.13. O Orçamento deverá ser cadastrado no sistema disponibilizado pela GEARE e entregue pela contratada, sendo de sua responsabilidade toda a elaboração e conferência das planilhas, conforme as memórias de levantamentos dos serviços especificados a partir dos projetos.

4.25. EQUIPES TÉCNICAS

4.25.1. A empresa deverá apresentar, na reunião de partida, a relação da equipe técnica que irá atuar na execução dos serviços, devendo ser composta por profissionais comprovadamente habilitados em seus respectivos conselhos de classe.

4.25.2. Deverão ainda possuir experiência profissional comprovada na execução de projetos de arquitetura e complementares de engenharia para edificações.

4.25.3. Juntamente com a relação da equipe, a contratada deverá apresentar as comprovações da experiência da equipe na execução dos serviços. Além dos currículos, poderá ser apresentado acervo(s) técnico(s) averbado(s) pela entidade de classe responsável, para os profissionais de nível superior e, para os profissionais de nível médio-técnico, atestado emitido por profissional habilitado, em caso de o mesmo não possuir acervo averbado pela respectiva entidade de classe.



4.25.4. Outros profissionais que não possuam a experiência técnica necessária, mas participarão efetivamente dos serviços e serão supervisionadas pelo responsável técnico, poderão fazer parte da equipe técnica desde que na condição de corresponsáveis técnicos.

4.25.5. O(s) responsável(is) técnico(s) apresentado(s) pela empresa, para a habilitação no processo de licitação, deverá(ão), obrigatoriamente, fazer parte da equipe técnica relacionada acima e deverá(ão) atuar, efetivamente, na execução dos serviços.

4.25.6. Deverão ser respeitadas todas as legislações profissionais.

4.25.7. Para a emissão das ARTs ou RRTs relativas aos serviços executados, além das orientações já escritas neste termo de referência, o Gestor/Fiscal do contrato deverá ser consultado para complementação de orientações quanto ao que será obrigatório constar no corpo destes documentos, bem como os respectivos conselhos de classe.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

5.1.1. A execução do objeto está estruturada em 4 (quatro) etapas sequenciais, não admitindo aprovações parciais, em estrita observância ao entendimento do Tribunal de Contas da União e aos critérios de controle, planejamento e mitigação de riscos contratuais, tais etapas, apresentam-se conforme diagrama abaixo (01) e, distribuem-se nos prazos apresentados pela tabela 09).



DIAGRAMA 1 - ETAPAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Atividade	Prazo (semanas)
Apresentação do Plano de Trabalho	2
Mobilização e instalação do canteiro	8
Elaboração de Estudos/Projetos	20
Aprovação e licenciamento nos órgãos competentes	
Obras preliminares/terraplenagem	42
Fund. e estrutura, Instalações	
Acabamentos/Revestimentos	



Atividade	Prazo (semanas)
Testes, ajustes e entrega provisória	6
Total	78 semanas
Operação assistida	+ 12 semanas
A operação assistida somente será efetivamente iniciada após a alocação dos internos previamente designados para a Unidade, observada a disponibilidade de vagas e o cronograma operacional estabelecido pela administração penitenciária. Eventuais procedimentos preparatórios ou atividades anteriores à entrada dos internos não serão computados como parte da etapa de operação assistida para fins de recebimento, medição ou contagem de prazos contratuais.	

TABELA 9 - ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

5.2. DESCRIÇÃO DAS FASES

5.2.1. Etapa I - Planejamento Inicial e Mobilização

5.2.1.1. Esta fase compreende a apresentação do Plano de Trabalho detalhado pela Contratada, a mobilização da equipe técnica multidisciplinar e a instalação do canteiro de obras, incluindo toda a infraestrutura provisória necessária para o início das atividades.

5.2.2. Após publicação do contrato no PNCP, a Contratada deverá, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, apresentar no mínimo:

- Identificação dos responsáveis técnicos por disciplina e fase do contrato;
- Estrutura organizacional da equipe;
- Cronograma físico-financeiro global, segmentado por fases, marcos e entregáveis;
- Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- A vistoria técnica no local deverá ser realizada em **até 10 (dez) dias** corridos da publicação do contrato e será acompanhada pela comissão de fiscais designados pela SEJUS.

5.2.3. O Plano de Ação deverá estar estruturado para contemplar as seguintes fases e respectivos tópicos:



I. Mobilização

- a) Mobilização da equipe técnica e operacional designada.
- b) Plano de comunicação e gestão contratual.
- c) Instalação do canteiro de obras, áreas de apoio e infraestrutura provisória.
- d) Implantação de utilidades provisórias e sistemas de segurança/acesso.
- e) Licenciamentos e autorizações iniciais.

II. Estudos Projetuais

- a. Levantamentos cadastrais, topográficos, geotécnicos e ambientais.
- b. Desenvolvimento dos projetos básicos, executivos e complementares (estrutural, arquitetônico, instalações, etc.).
- c. Compatibilização interdisciplinar dos projetos.
- d. Elaboração de memoriais descritivos, cadernos de especificações técnicas e detalhes construtivos.
- e. Submissão oficial dos documentos/projetos para apreciação da fiscalização e dos órgãos competentes.
- f. Atendimento às demandas e ajustes decorrentes das análises técnicas e vistorias.
- g. Obtenção da aprovação formal dos projetos/documentos pela fiscalização.
- h. Emissão dos pareceres técnicos necessários, liberação para início da execução.
- i. Obtenção de licenças e aprovações dos órgãos competentes.
- j. Emissão dos pareceres técnicos necessários, liberação para início da execução.
- k. Obtenção de licenças e aprovações dos órgãos competentes.

III. Execução das Obras

- a. Cronograma de execução, apontamento dos marcos críticos, matriz de responsabilidades, plano de gerenciamento de riscos e plano de controle de qualidade.
- b. Plano de Gestão de resíduos, de meio ambiente e de segurança do trabalho.
- c. Relatórios de progresso físico-financeiro.

IV. Treinamento e entrega:

- f) Comissionamento e Testes

I. Planejamento das etapas de comissionamento funcional, testes e inspeções.



-
- II. Procedimentos, prazos, recursos e responsabilidades para cada disciplina.
 - III. Estratégia de correção de eventuais não conformidades.
 - g) Operação Assistida
 - I. Estrutura de suporte técnico e operacional durante o período de operação assistida.
 - II. Cronograma de monitoramento, acompanhamento de desempenho e entregáveis desta fase.
 - III. Planejamento de ajustes e orientações operacionais para a equipe da Contratante.
 - h) Desmobilização (Sob necessidade das soluções propostas)
 - I. Plano de desmobilização das estruturas, áreas e equipe.
 - II. Cronograma para retirada de instalações provisórias.
 - III. Procedimentos de limpeza e devolução das áreas ocupadas.
 - i) Encerramento Contratual
 - I. Entrega dos projetos “as built” e demais documentações finais (manuais, garantias, relatórios).
 - II. Rotina de vistoria final e aceite definitivo.
 - III. Processo formal de conclusão e encerramento do contrato.
 - IV. Quitação de obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e ambientais correlatas.

5.3. DISPOSIÇÕES GERAIS E ESTRUTURA DE MACROFASES

5.3.1. O início da execução do contrato se dará após a publicação da Ordem de Serviços. A partir deste marco, a Contratada deverá ter plena capacidade técnica e estar com sua equipe e estrutura prontas para iniciar a elaboração dos projetos e serviços.

5.3.2. Reunião de Kick-off Obrigatória: Dada a complexidade técnica e a responsabilidade institucional do objeto, a realização de uma reunião de partida (kick-off) entre a Contratante e a Contratada é obrigatória e condição prévia para a mobilização física no local da obra. A reunião deverá ocorrer no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após a publicação do contrato no PNCP.

5.3.3. Objetivos da Reunião de Kick-off: A reunião terá como pauta mínima obrigatória:

- a) Apresentação Formal das Equipes, com entrega de documentos: Apresentação das equipes técnicas da Contratada e da Contratante, com a definição clara de responsabilidades e dos interlocutores diretos (engenheiro responsável, fiscais, coordenadores, etc.).



- b) Revisão do Escopo e Obrigações: Alinhamento final sobre o escopo do contrato, as metas técnicas, as obrigações contratuais e os critérios de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.
- c) Definição dos Fluxos de Comunicação: Estabelecimento dos protocolos de comunicação, formato e periodicidade de relatórios, procedimentos de medição e o fluxo para submissão de documentos à Fiscalização.
- d) Diretrizes Operacionais Específicas: Orientação sobre as regras de segurança institucional, restrições de acesso, procedimentos de credenciamento e logística para a execução de serviços em um ambiente que exige controle rigoroso.

5.4. FASE I – PLANEJAMENTO, MOBILIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS

5.4.1. Esta fase é o alicerce de todo o processo e se desdobra em subfases que garantem o correto planejamento e a qualidade dos projetos antes do início de qualquer atividade construtiva.

Subfase I.A: **Desenvolvimento e Rito de Aceite do Projeto Básico (PB)**

5.4.1.1. A Contratada deverá desenvolver e entregar o Projeto Básico (PB) completo, que é o conjunto de elementos que caracteriza a obra, elaborado a partir do Anteprojeto. O pacote de entrega deverá estar em ressonância ao especificado no item 4.6.

5.4.1.2. Após o protocolo de entrega, a Fiscalização disporá do prazo de 15 (quinze) dias corridos para analisar a conformidade do PB com o Anteprojeto e os Requisitos da Contratação. A análise resultará em um parecer formal que poderá:

- a) Caso o projeto seja considerado em conformidade, consolidado pela emissão do Termo de Aceite do Projeto Básico.
- b) Caso sejam identificadas inconformidades, a Fiscalização listará todas as adequações exigidas. A Contratada deverá, sob sua exclusiva responsabilidade e sem ônus, reapresentar o projeto ajustado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, iniciando-se um novo ciclo de análise.

5.4.1.3. A Subfase I.C (Elaboração do Projeto Executivo) só poderá ser iniciada após a emissão do Termo de Aceite Formal do Projeto Básico pela Fiscalização.

5.4.2. Subfase I.C: **Desenvolvimento e Rito de Aceite do Projeto Executivo (PE)**

5.4.2.1. Após o aceite do PB, a Contratada deverá desenvolver e entregar o Projeto Executivo (PE) completo, que é o conjunto de elementos com o grau de detalhamento necessário à execução completa da obra.

5.4.2.2. A Fiscalização seguirá o mesmo rito da fase anterior, com prazo de 15 (quinze) dias corridos para análise e emissão do parecer. A aprovação será consolidada pela emissão do Termo de Aceite do Projeto Executivo.

5.4.3. A Fase II (Execução das Obras) só poderá ser iniciada após a emissão do Termo de Aceite Formal do Projeto Executivo. Este documento constitui a autorização final e inequívoca para o início da construção.



5.4.4. Comissão de fiscalização será composta por equipe técnica multidisciplinar e administrativa, com representantes de, no mínimo, 1 membro vinculado à Subsecretaria de Inteligência Prisional, 1 membro vinculado à Subsecretaria de Administração do Sistema Penitenciário.

5.5. FASE II – EXECUÇÃO DAS OBRAS

5.5.1. Com o Aceite Formal do Projeto Executivo, a Contratada fica autorizada a iniciar a execução integral das obras, devendo seguir rigorosamente as especificações, os detalhamentos e os métodos construtivos definidos nos projetos aceitos.

5.5.2. Todos os serviços serão executados no endereço da Unidade Prisional: Rua Mario Valentine, s/n, bairro Santana, município de Cariacica/ES, respeitando a legislação municipal vigente sobre horários de trabalho e emissão de ruídos.

5.6. FASE III – COMISSIONAMENTO, TESTES E ENCERRAMENTO

5.6.1. Subfase III. A: Ao final da execução, a Contratada deverá realizar o comissionamento de todos os sistemas instalados, executando testes funcionais para demonstrar que operam conforme o projetado.

5.6.2. Subfase III. B: Treinamento e Operação Assistida: A Contratada deverá ministrar treinamento completo para as equipes da Administração. Após o Recebimento Provisório, inicia-se a fase de Operação Assistida por 12 semanas, na qual a Contratada dará suporte à equipe da Administração, promovendo correções quando necessário.

5.6.3. Subfase III. C: Entregas Finais e Recebimento do Objeto:

- a) Recebimento Provisório: Concluídos os testes, a equipe de Fiscalização realizará a vistoria e, estando tudo em conformidade, emitirá o Termo de Recebimento Provisório.
- b) Entregas Finais: Para o recebimento definitivo, a Contratada deverá entregar os projetos "*As Built*" e o "*DATA BOOK*" completo, com todos os manuais, garantias, plano de manutenção e documentos da obra.
- c) Recebimento Definitivo: Cumpridas todas as obrigações, a Administração emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, por comissão designada, composta por, no mínimo, 3 (três) membros da comissão de fiscalização, 1 membro vinculado à Subsecretaria de Inteligência Prisional, 1 membro vinculado à Subsecretaria de Administração do Sistema Penitenciário e 1 membro da Polícia Penal.

5.7. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRADADA

5.7.1. Executar integralmente a obra em todas as suas fases, pelo preço proposto e sem revisão de quantidades, obedecendo rigorosamente a todas as especificações dos elementos técnicos do projeto, às normas aplicáveis e ao contrato, comprometendo-se a fornecer e aplicar na obra materiais e equipamentos novos e de primeiro uso.

5.7.2. Arcar com a totalidade das despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do objeto, o que inclui o pagamento de todos os emolumentos, obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas, administrativas, securitárias, previdenciárias e de qualquer outra natureza incidentes sobre os serviços e a mão de obra alocada.



5.7.3. Responder integralmente por eventuais infrações administrativas, acidentes de trabalho envolvendo seus empregados e por quaisquer danos causados a terceiros ou ao patrimônio do CONTRATANTE, decorrentes de suas ações, omissões ou negligência durante a execução do contrato.

5.7.4. Reparar, refazer ou substituir, às suas expensas e no prazo determinado pela fiscalização, quaisquer serviços ou materiais que apresentem defeitos, vícios ou falhas, tanto durante a execução quanto no período de garantia contratual.

5.7.5. Manter sigilo e confidencialidade absolutos sobre todos os documentos, dados e informações técnicas relacionadas ao empreendimento aos quais tiver acesso.

5.7.6. Manter e fornecer à fiscalização um Diário de Obras, preferencialmente em formato eletrônico validado, registrando diariamente todos os fatos relevantes, incluindo: profissional técnico responsável, efetivo de pessoal, andamento dos serviços, condições climáticas, acidentes, intercorrências e outras informações pertinentes. O diário deve ser vistado pelo preposto da CONTRATADA e pelo fiscal do contrato a cada vistoria.

5.7.7. Providenciar e custear a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados que se façam necessários para a comprovação da qualidade e conformidade com as especificações técnicas.

5.7.8. Responsabilizar-se integralmente pela guarda, conservação e segurança do canteiro de obras, adotando medidas de controle de acesso e vigilância para prevenir danos, perdas, furtos ou acidentes, até a entrega definitiva do objeto.

5.7.9. Dotar a obra de tapumes e sinalização de segurança adequados para garantir a proteção de veículos e pedestres. Avaliar a necessidade de interdições de vias ou passeios, obtendo as devidas autorizações junto aos órgãos competentes e implementando os mecanismos de segurança necessários.

5.7.10. Utilizar exclusivamente materiais e equipamentos novos, de primeiro uso, entregues em suas embalagens originais e lacradas. A desembalagem e instalação somente poderão ocorrer com autorização prévia da fiscalização.

5.7.11. 2. Apresentar amostras de materiais à fiscalização para aprovação. Uma vez aprovadas, tais amostras deverão ser mantidas na obra como padrão de referência para comparação.

5.7.12. 3. Retirar imediatamente do canteiro de obras todos os lotes de materiais que forem rejeitados pela fiscalização, sendo sua a responsabilidade pela devolução ao fornecedor.

5.7.13. 4. Armazenar e estocar todos os materiais de forma segura e organizada, de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, não obstruir saídas de emergência ou o acesso a equipamentos de combate a incêndio, e a preservar a integridade dos próprios materiais, em conformidade com a NR-18.

5.7.14. 5. Isolar, sinalizar e controlar o acesso aos locais de armazenamento de materiais tóxicos, corrosivos, inflamáveis ou explosivos, mantendo sempre disponível a respectiva Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ).

5.7.15. Cumprir rigorosamente todas as exigências das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, em especial a NR-18 (Construção Civil), fornecendo e fiscalizando o uso



de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) por todos os trabalhadores e visitantes na obra.

5.7.16. 2. Obter e manter válidas todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para a execução dos serviços, cumprindo todas as condicionantes impostas pelos órgãos ambientais.

5.7.17. 3. Promover a correta segregação, acondicionamento e destinação final dos resíduos da construção civil, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5.7.18. 4. Priorizar, sempre que possível, o uso de materiais de baixo impacto ambiental, que sejam recicláveis ou passíveis de reaproveitamento, desde que mantidas as condições de segurança e desempenho. Fica vedado o uso de materiais proibidos pela legislação, como o amianto (Lei nº 9.055/1995).

5.7.19. Observar as exigências legais e regulamentares relativas a horários e condições de trabalho, bem como todas as posturas municipais aplicáveis.

5.7.20. Atender a todas as normas técnicas e legislações vigentes, incluindo, mas não se limitando a: a) Manuais de Procedimentos do DER-ES e, subsidiariamente, do TCU; b) Plano Diretor Municipal (PDM) e Código de Obras de Cariacica; c) Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); d) Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); e) Regulamentações do sistema CREA/CONFEA; f) Legislação ambiental federal, estadual e municipal; g) Normas de concessionárias de serviços públicos.

5.8. ALTERAÇÕES NAS EQUIPES TÉCNICAS

5.8.1. Admite-se a substituição dos indicados por profissionais de experiência, também comprovada, equivalente ou superior, desde que aprovada pela SEJUS.

5.8.2. A eventual substituição somente será possível mediante solicitação por escrito e com a devida justificativa.

5.8.3. Para a análise da substituição, deverão ser apresentados pela contratada, nas mesmas condições definidas anteriormente, documentos que comprovem que o substituto possui a mesma qualificação técnica do substituído, conforme indicado no APÊNDICE A – Condições de Habilitação.

5.8.4. Caso não seja possível a entrega de projeto na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.9. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.9.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços em estrita conformidade com as descrições que integram este Termo de Referência, seus apêndices e os requisitos definidos pela CONTRATANTE. Quando houver divergência, a CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE para que esta possa aprovar as adequações e ou soluções necessárias para execução dos serviços;



5.9.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços com sua mão de obra, rigorosamente de acordo com as orientações constantes neste Termo de referência, com as normas técnicas vigentes de segurança do trabalho, dentre outras, da legislação vigente, bem como a boa técnica na execução dos serviços;

5.9.3. É de responsabilidade da CONTRATADA dimensionar os recursos adequados para execução das tarefas relacionadas dentro dos prazos estabelecidos nesta contratação;

5.9.4. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o provimento de transporte, armazenamento, deslocamento para pessoal, pernoites e alimentação de seus funcionários, materiais, ferramentas e demais despesas para o atendimento às demandas de execução dos serviços;

5.9.5. A CONTRATADA deverá restringir-se a executar os serviços conforme os pré-requisitos definidos pela CONTRATANTE neste termo de referência. Alterações na forma e escopo dos mesmos deverão ser sempre submetidas e aprovadas pela equipe técnica designada pela CONTRATANTE;

5.9.6. Ficará a CONTRATADA obrigada a modificar e/ou refazer os trabalhos impugnados, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências;

5.9.7. Incumbe à CONTRATADA gerenciar integralmente as atividades das equipes técnicas alocadas para a elaboração dos projetos, providenciando a integração entre os diversos profissionais, aos quais serão transmitidas as instruções, orientações, coordenação e normas para a elaboração dos projetos;

5.9.8. Todas as despesas como viagens, diárias, transportes, reproduções gráficas, etc., deverão estar diluídas nos preços unitários que compõem a planilha orçamentária deste Termo de referência.

5.9.9. Realizar por amostragem ensaio e teste em balística de pelo menos em um módulo de cela por galeria. Este, deverá ser acompanhado por representantes da comissão de fiscalização e por servidor indicado pela operação do sistema prisional da SEJUS.

5.9.10. Quando da concretagem in loco, apresentar amostra do concreto usinado, bem como cópia do ensaio que garantam os índices indicados neste termo de referência.

5.9.11. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições

5.10. DO ACOMPANHAMENTO PELA FISCALIZAÇÃO

5.10.1. O CONTRATANTE designará, formalmente, comissão responsável pela fiscalização da execução do objeto, competindo-lhe acompanhar, supervisionar, avaliar e atestar a execução do objeto, efetuando os contatos, comunicações e notificações necessárias, atestando as notas fiscais/faturas correspondentes, bem como solicitando a eventual aplicação de sanção administrativa, sendo que se não houver o seu ateste acerca da prestação dos serviços a contento do CONTRATANTE, não será permitido qualquer pagamento referente à parcela afetada.

5.10.2. Visando garantir que as exigências apontadas neste termo de referência se cumpram, deve ser garantido a visita e acompanhamento por representantes da comissão de fiscalização, no local onde as peças serão produzidas, principalmente as de concreto, além de garantir o



acompanhamento a testes e ensaios em concreto, sejam paredes, pisos, módulos ou outro equipamento afim.

5.10.3. Para cada fase do projeto, bem como na entrega final, serão executadas no máximo 03 (três) análises, por parte da SEJUS. Todas as observações, questionamentos, solicitações e apontamentos, constante dos relatórios de análise, deverão ser avaliados pela contratada. Para o caso em que a contratada julgar não serem pertinentes as observações apontadas pela SEJUS, deverá, obrigatoriamente, justificar sua decisão em documento oficial que deverá ser encaminhado a SEJUS para análise.

5.10.4. Na terceira análise, será realizada uma verificação do atendimento ao que foi apontado nos relatórios e, caso ainda existam divergências ou não forem devidamente justificadas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em contrato.

5.10.5. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, revisar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de acompanhamento pela SEJUS. O prazo para promover as alterações que porventura sejam detectadas não será acrescido ao total necessário à execução do contrato, nem tampouco, o necessário à análise por parte da SEJUS.

5.10.6. Deverão ser realizadas reuniões periódicas, conforme acordado entre as partes, para serem debatidas questões referentes aos projetos contratados. Nestas reuniões deverão ser apresentados os serviços até então realizados e tomadas as decisões quanto a eventuais pendências, sem alteração do prazo de entrega, estipulado para cada nível de projeto. Ocorrerão, preferencialmente, nas dependências da SEJUS e contarão com a participação, conforme convocação, dos profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos.

5.10.7. As reuniões serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização, e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas, assim como vistas às decisões tomadas em reuniões anteriores.

5.10.8. A ausência injustificada de qualquer um dos profissionais responsáveis pela elaboração das peças técnicas, envolvidos em cada etapa, quando convocados formalmente pela SEJUS, impedirá a realização de qualquer uma das reuniões e a etapa será considerada não iniciada por inadimplência da empresa contratada.

5.10.9. A falta de um ou mais documentos, relativos à determinada etapa ou fase, impedirá o recebimento dos demais serviços e a etapa será considerada não entregue.

5.10.10. As apresentações dos serviços e projetos em todas as etapas serão realizadas nas reuniões para recebimento dos serviços e projetos.

5.10.11. A empresa contratada deverá primar pela apresentação de documentação e peças gráficas completas, com a qualidade exigida e dentro dos padrões técnicos aplicáveis, evitando assim, excesso de tempo despedido para a análise do material e retrabalhos.

5.10.12. Durante a elaboração dos projetos, deverão ser previstas interlocuções com todos os órgãos municipais e todas as concessionárias de serviços públicos, sempre que se fizer necessário, com a participação da SEJUS ou a critério dessa.



5.10.13. Todos os trabalhos serão supervisionados por equipe designada pela SEJUS, com poderes para verificar se os serviços especificados estão executados de acordo com o previsto, analisar e decidir sobre proposições da empresa contratada e seus projetistas que visem melhorar o projeto, fazer advertências quanto a qualquer falta, aplicar multas, efetuar retenções de medição e demais ações necessárias a boa qualidade e ao bom andamento dos serviços.

5.10.14. À SEJUS é facultado, dentro de sua conveniência, discutir e opinar sobre a concepção de projeto proposta pela contratada, ou ainda, de sugerir nova. Esta nova proposição deverá ser avaliada pelo respectivo projetista, pois será de sua inteira responsabilidade a adoção, ou não, da nova proposição.

5.10.15. A SEJUS poderá solicitar, formalmente, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da empresa contratada, inclusive da coordenação, assim como o reforço da mesma, a qualquer momento que julgar necessário. O atendimento à substituição deverá ocorrer o mais breve possível, pois não poderá haver impacto no prazo de execução daquele projeto específico nem do geral.

5.10.16. Quando da concretagem in loco, apresentar amostra do concreto usinado, bem como cópia do ensaio que garantam os índices indicados neste termo de referência.

5.11. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

5.11.1. O Relatório de Acompanhamento constitui instrumento legal onde serão anotadas, pela empresa contratada, continuamente, todas as ocorrências, instruções e decisões tomadas durante o desenvolvimento dos serviços, devidamente visadas pela equipe designada pela SEJUS.

5.11.2. A elaboração do relatório de acompanhamento é de responsabilidade da CONTRATADA e deve ser encaminhado para a CONTRATANTE, sendo que a periodicidade será definida entre as partes na reunião inicial.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a SEJUS e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A SEJUS poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do decreto estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação, registrando em relatório todas as ocorrências e deficiências



eventualmente verificadas, emitindo, caso constate alguma irregularidade, notificação a ser encaminhada à contratada para correções, podendo ainda ser designado apoio a esta fiscalização, conforme art. 117 da lei n.º 14.133/2021.

- 6.6. O Engenheiro Responsável Técnico indicado na proposta da empresa deverá efetivamente trabalhar na execução da obra e/ou serviço.
- 6.7. A fiscalização da SEJUS terá livre acesso ao local da obra, devendo a contratada colocar a sua disposição os elementos que forem necessários ao desempenho de suas atribuições.
- 6.8. É vedado à SEJUS e a seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

- 7.1. A SEJUS pagará à contratada pela etapa efetivamente executada no mês de referência, em conformidade com o cronograma de execução físico financeiro, após a medição pelo gestor e fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 7.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pela SEJUS.
- 7.3. Serão acrescidos desse prazo para pagamento constante do item anterior, os dias em que a contratada concorrer para o atraso dos pagamentos, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SEJUS.
- 7.4. Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no item anterior, desde que não provocado pela contratada, deverão contemplar multa financeira, nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – SEJUS
SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – SIT
GERÊNCIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – GEARE

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

- 7.5. Se houver alguma incorreção na nota fiscal/fatura, esta será devolvida à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SEJUS, após aceite da nova documentação.
- 7.6. Para fins de exame da nota fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.6.1. o prazo de validade;
 - 7.6.2. a data da emissão;
 - 7.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.6.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.6.5. o valor a pagar; e
 - 7.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
-
- 7.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 7.8. O contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-r/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.
- 7.8.1. Deverá acompanhar a nota fiscal uma relação dos serviços e materiais, discriminados de forma unitária.
- 7.9. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.
- 7.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.13. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.14. O contratado regularmente optante pelo simples nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – SEJUS
SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – SIT
GERÊNCIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – GEARE

- 7.15. Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integrem consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no termo de compromisso de constituição do consórcio.
- 7.16. Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.
- 7.17. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.
- 7.18. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.
- 7.19. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de



rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

- 7.20. Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

8. DAS MEDIÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. O pagamento será feito por medição, assistida pela CONTRATADA, de acordo com os quantitativos apurados pela fiscalização e apoio, tendo por base o orçamento, o eventograma e o planejamento proposto pela CONTRATADA, vinculadas ao seu desempenho (execução).

- 8.2. O atraso injustificado na execução da parcela sujeita a CONTRATADA às sanções contratuais cabíveis, previstas no contrato e na norma de avaliação.

- 8.3. As medições provisórias serão ainda cumulativas, e efetuadas sobre o total realizado no período, sendo que os eventos impugnados pela fiscalização não serão considerados até a sua correção total. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3.1. Para fins de remuneração da “Administração Local”, o pagamento será proporcional à execução financeira do contrato, observado o efetivamente executado, não podendo ser alterado.

- 8.4. Critério de aceitabilidade: a aceitabilidade da obra está condicionada à correta execução do projeto de engenharia; ao acompanhamento e atestado dos serviços pela fiscalização; aos relatórios de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado, e aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do contratante.

- 8.5. Medições dos serviços: os serviços serão medidos, de acordo com o termo de referência, de acordo com o anexo 06, o edital da licitação e o planejamento da CONTRATADA, conforme relatório mensal de andamento das atividades.

- 8.6. O recebimento definitivo, com a medição final, ocorrerá no prazo de 90 dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA depois da etapa de treinamento e operação assistida, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.6.1. Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 30 dias úteis.

8.6.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



8.6.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7. A medição será feita após a apresentação do Relatório de Andamento dos serviços por parte da CONTRATADA, a ser enviado via sistema e-docs, contendo, no mínimo:

8.7.1. Descrição detalhada das atividades realizadas no período, mencionando e justificando as eventuais causas de atraso no andamento dos serviços;

8.7.2. Relação da equipe utilizada no período (nominando o pessoal, a sua função e a sua relação com a empresa por atividade), inclusive das subcontratadas;

8.7.3. Programação para o próximo período;

8.7.4. Correspondências expedidas e recebidas, bem como cópias das ordens de serviços expedidas pela SEJUS;

8.7.5. Ofício em papel timbrado da contratada;

8.7.6. Planilha da medição, inclusive memória de cálculo;

8.7.7. Relatório de Acompanhamento de Projetos referente ao período da medição, inclusive as principais atividades previstas no mês (no mínimo as do caminho crítico) e as efetivamente realizadas;

8.7.8. Planilha de Custo com base nos Projetos Básicos Aprovados, ARTs / RRTs dos Responsáveis Técnicos.

8.7.9. Planilha de Custo Final conforme Projetos Executivos, ARTs / RRTs dos Responsáveis Técnicos.

8.8. O relatório deve atender à lista de verificação para medição disponível no site eletrônico do DER, <https://der.es.gov.br/faca-certo>, bem como à portaria SEGER/PGE/SECONT nº 49-R/2010.

8.9. Será medido o efetivamente realizado e aprovado, tendo como base o cronograma físico-financeiro conforme anexo 05 e anexo 06.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1.1. A contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos e execução de obras será de forma integrada, conforme inciso XXXII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1. A contratação integrada permite que a empresa responsável pela elaboração dos projetos executivos seja a mesma que executará a obra, garantindo uma maior sinergia entre as fases de planejamento e execução. Isso minimiza retrabalhos, atrasos e incompatibilidades que frequentemente ocorrem quando essas etapas são geridas por empresas diferentes. O alinhamento entre o projeto e a execução tende a ser mais eficaz, resultando em uma redução significativa dos prazos totais da obra.

2. Com a contratação integrada, há uma responsabilização direta e única da empresa contratada por todos os aspectos do projeto, desde sua concepção até a entrega



final. Isso facilita o controle de qualidade, pois a empresa contratada é incentivada a garantir que o projeto executivo seja executável e otimizado para evitar problemas durante a obra. Além disso, em caso de problemas, a administração lida com um único contratado, simplificando o gerenciamento de conflitos e a tomada de decisões corretivas.

3. Ao centralizar as contratações em uma única empresa, a Administração Pública pode obter economias significativas, tanto em termos financeiros quanto administrativos. O processo de licitação é simplificado, reduzindo os custos operacionais e o tempo despendido em duas concorrências separadas. Além disso, a contratação integrada permite que a empresa ofereça soluções mais econômicas e técnicas durante a fase de projeto, já considerando as futuras etapas de execução.
4. Para o caso de licitações para contratação em etapas distintas, pode haver a divergência entre os projetos e a execução das obras, o que acaba causando impasses e erros, resultando em atrasos e muitas vezes retrabalhos. Sabe-se que no caso da contratação da contratação integrada a contratada será a responsável tanto pelos projetos executivos como pela execução da obra.
5. Outro fator a ser considerado é que no caso de o empreendimento ser licitado em duas etapas distintas, as obras iniciam-se somente após a conclusão total dos projetos, o que levaria ao menos 12 meses além do tempo adicional para uma nova licitação de obra. Já na contratação integrada, é deixado a possibilidade para que, assim que as etapas dos projetos estiverem concluídas, a empresa inicie de imediato as obras, trazendo celeridade ao processo construtivo. Além de que, a contratada poderá iniciar frentes de serviço de imediato, desde que observadas as condicionantes impostas na contratação.
6. Empresas que oferecem serviços integrados geralmente possuem maior expertise e capacidade de inovação, utilizando tecnologias modernas e soluções construtivas mais avançadas. Isso resulta em projetos mais bem elaborados e obras de maior qualidade. A flexibilidade na adaptação de projetos durante a execução também é facilitada, permitindo ajustes em tempo real, sem a necessidade de renegociações complexas entre diferentes fornecedores.
7. A contratação de uma única empresa para todo o processo reduz os riscos associados a incompatibilidades entre o projeto executivo e a execução da obra. Quando as duas fases são tratadas separadamente, frequentemente ocorrem divergências que resultam em aditivos contratuais, atrasos e aumento de custos. A contratação integrada mitiga esses riscos, garantindo maior previsibilidade e controle sobre o orçamento e o cronograma da obra.
8. Portanto, a contratação de uma empresa especializada para a elaboração de projetos e execução de obras de forma integrada conforme a Lei 14.133/2021 é vantajosa para a Administração Pública. Esse modelo promove maior eficiência, economia de recursos, inovação, redução de riscos e uma maior responsabilização e controle de qualidade. A decisão por essa modalidade de contratação alinha-se ao interesse público, buscando otimizar o uso dos recursos e garantir a entrega de obras públicas com qualidade e no prazo estipulado.



9.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

9.3. A justificativa para adoção do referido critério se baseia no disposto no inciso XLI do art. 6º da lei 14.133/2021.

9.3.1. Concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia,

9.4. A adoção do modo de disputa conjuntamente aberto e fechado resultará na seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Esse método garante a transparência do processo, ao permitir a divulgação das propostas na fase aberta e a realização de lances de forma sigilosa na fase fechada, reduzindo os riscos de conluio entre os licitantes.

9.5. FORMA DE FORNECIMENTO

9.5.1. O fornecimento será parcelado associado à execução de etapas do cronograma Físico-Financeiro (anexo 05).

9.6. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.6.1. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no Apêndice “A” deste Termo de Referência.

9.6.2. Os requisitos da qualificação técnica se justificam considerando a complexidade de projeto e construção de uma Penitenciária na Região Metropolitana de Vitória. Os serviços de elaboração de projetos e execução das obras devem ser executados por profissionais e empresas capacitadas e legalmente habilitadas, tendo em vista a complexidade e importância deste projeto. Sendo assim, é crucial que a empresa e os profissionais responsáveis pela execução dos serviços tenham experiência prévia em serviços similares ao objeto desta contratação, com o fito de garantir a correta e eficaz execução dos serviços, cumprindo todos os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e nas normas técnicas aplicáveis.

10. DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 84.232.221,10 (OITENTA E QUATRO MILHÕES, DUZENTOS E TRINTA E DOIS MIL, DUZENTOS E VINTE E UM REAIS E DEZ CENTAVOS)**, conforme planilha orçamentária – anexo 05, sendo a data base setembro/2025.

10.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.2. A SEJUS pagará à CONTRATADA os serviços contratados e efetivamente executados, na forma constante da Planilha Orçamentária (CRITÉRIO DE PAGAMENTO) apresentada pela CONTRATADA e que, independentemente de transcrição, passa a fazer parte integrante do presente Contrato.

10.3. O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, em especial o reajuste e a repactuação, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia



irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

10.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano considerando a data-base do orçamento elaborado pela Administração, qual seja: julho/2025.

10.5. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado.

I0 = É o Índice Nacional da Construção Civil, relativo ao mês da data base do orçamento elaborado pela SEJUS, sendo: INCC Coluna 35 – Edificação.

I1 = Índice Nacional da Construção Civil, referente ao mês que a contratada fará jus ao reajuste.

V = Valor a ser reajustado.

10.6. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento.

10.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

10.9. Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

10.10. Os atrasos na execução do objeto segundo os prazos estabelecidos no contrato não poderão ensejar o reajuste de preços, caso sejam atribuíveis à CONTRATADA, conforme apurado em procedimento próprio, assegurada ampla defesa e contraditório, podendo, ainda, nesta hipótese, resultar na aplicação das penalidades previstas no contrato.

10.11. A análise de eventual pedido de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, decorrente de caso fortuito ou força maior, considerará:

- I. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes aos termos do presente Instrumento, os



fatos cujos efeitos não sejam possíveis de evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados;

Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

Não será concedida a revisão também nos seguintes casos:

- a. ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b. o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização do prazo de execução do contrato;
- c. ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d. a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
- e. alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal;
- f. divergências entre a composição de custos unitários da proposta da CONTRATADA com os serviços definidos na Planilha, no Projeto da SEJUS e normas técnicas vigentes.

10.12. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

10.13. A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 460101;

11.2.2. Fonte de Recursos: 1.5.00.000000;

11.2.3. Programa de Trabalho: 10.46.101.14.421.0053.1320 - CONSTRUÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA PRISIONAL;

11.2.4. Elemento de Despesa: 4.4.90.51

11.2.5. Plano Interno: 000001 – Não definido.



- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da lei orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) semanas e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, recebimento e pagamento, na forma do artigo 105 da lei nº 14.133/2021.

12.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, quando não decorrer de culpa do contratado, ressalvado as providências cabíveis no caso de culpa do mesmo.

12.1.2. A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

- 12.2. A ordem de início será emitida até 30 (trinta) dias após a publicação do contrato, salvo prorrogação, por igual período, registrada nos autos.

- 12.3. As ordens de paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso de execução do contrato, tornando a correr com a ordem de reinício dos serviços, devendo ser assegurada a publicidade em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

13. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 13.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, constituído conforme as regras seguintes, sem prejuízo de outras existentes neste edital e em seus anexos, na forma do art. 15 da lei 14.133/2021:

13.1.1. Será limitada a formação do consórcio composto por no máximo 2 (duas) empresas. Nos termos do art. 15, §4º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode, de forma devidamente justificada, limitar o número de empresas consorciadas que poderão participar da licitação, especialmente quando essa limitação for necessária para garantir a eficiência na execução do contrato, a celeridade na gestão contratual e a clareza na atribuição de responsabilidades técnicas e jurídicas.

- I. A limitação estimula a concorrência ao desencorajar a formação de consórcios excessivamente amplos, que podem ser utilizados como instrumento de concentração de mercado ou formação de cartel. Limitar a dois consorciados impede acordos artificiais entre várias empresas que poderiam, sob o manto de consórcios amplos, reduzir a efetiva competição no certame. Essa medida contribui para um ambiente licitatório mais equilibrado e competitivo, com maior variedade de proponentes autônomos.

A inclusão de múltiplas empresas em um mesmo consórcio pode dificultar a gestão do contrato, aumentar a burocracia na tramitação de documentos e gerar entraves em decisões operacionais que demandam agilidade, principalmente em um empreendimento de alta sensibilidade como uma penitenciária.



Ao restringir o número de consorciadas, facilita-se a identificação e o acompanhamento das responsabilidades técnicas, jurídicas e financeiras atribuídas a cada parte, o que é essencial para garantir a segurança jurídica e a qualidade da obra.

Consórcios com muitos participantes estão mais sujeitos a disputas internas que podem comprometer o andamento do empreendimento. A limitação contribui para maior coesão entre as partes consorciadas e reduz o risco de paralisações ou atrasos causados por desentendimentos contratuais internos.

O objeto da licitação envolve a construção de infraestrutura para segurança pública de alta criticidade. A confiabilidade na execução e o controle sobre as etapas construtivas e os responsáveis devem ser mais rigorosos do que em obras convencionais, justificando uma estrutura consorcial mais simples e de fácil monitoramento.

Desse modo, considera-se que a limitação ao número máximo de consorciadas é plenamente compatível com o escopo da contratação, pois está alinhada à quantidade de especialidades técnicas exigidas. Além disso, contribui para a redução de riscos na execução contratual, já que a participação de um número maior de empresas poderia comprometer a integração e a coordenação das atividades, dificultando a gestão eficiente do objeto contratado.

13.1.2. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

13.1.3. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

13.1.4. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação de forma isolada ou através de outro consórcio.

13.1.5. Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos.

13.1.6. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão da licitação.

13.1.7. Na fase de execução contratual, a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de habilitação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

13.1.8. As pessoas jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, contendo:

- I. A designação do consórcio, a indicação da finalidade de participação nesta licitação e de execução do contrato dela decorrente como seu objeto, e o endereço em que está estabelecido.

A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.

A indicação da empresa líder como representante do consórcio.



Cláusula de solidariedade, nos termos deste edital e da legislação.

O prazo do consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.

13.1.9. Cada uma das empresas consorciadas deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no Edital.

13.1.10. A comprovação da habilitação técnica consistente nas capacidades técnico- operacional e técnico-profissional exigidas poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

13.1.11. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de habilitação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no consórcio, na forma do art. 15, III, da Lei 14.133/2021.

13.1.12. O registro ou inscrição no CREA/CAU deverá ser apresentado por todas as consorciadas

13.2. As declarações exigidas no edital deverão ser apresentadas por todas as consorciadas.

13.3. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de habilitação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado.

13.3.1. Para o consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 20% (vinte por cento) dos valores de patrimônio líquido exigidos para o licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na forma do art. 15, III, parte final, da Lei 14.133/2021.

13.3.2. O acréscimo previsto neste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 15, § 2º, da Lei 14.133/2021.

13.3.3. O licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição e os registros do consórcio nos órgãos competentes, observando o compromisso assumido, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei 14.133/2021 e dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/1976.

13.3.4. Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no termo de compromisso de constituição do consórcio.

13.3.5. Se exigida garantia de proposta ou garantia de contrato, será permitido que sejam apresentadas integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou por cada uma das empresas consorciadas, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

14. DA VISTORIA

14.1. A visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução da obra é facultada ao licitante e, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade.



14.2. A visita deverá ser agendada com antecedência junto à GEARE/SEJUS, e deverá ocorrer até o dia útil anterior à abertura da proposta.

14.3. O horário da visita será de 9h às 15h, mediante prévio agendamento junto à SEJUS, pelo e-mail geare@sejus.es.gov.br, com confirmação de recebimento, ou pelo telefone (27) 3636-5713. Será realizada no seguinte endereço: Rua Mario Valentine, Bairro Santana, Cariacica - ES, cep: 29015-200. Coordenadas: -20.31216780051119, -40.3804103362257

14.3.1. O Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

14.3.2. Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra, nos moldes da declaração constante do Anexo 09 do TR – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES.

15. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

15.1. COMPETE À CONTRATADA

15.1.1. Executar a obra nos termos das especificações contidas no Edital e seus anexos.

15.1.1.1. A CONTRATADA deverá atender as Instruções de Serviço normativas vigentes do DER-ES (<https://der.es.gov.br/downloads>) no que couber ao futuro contrato, NORMA PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE EMPRESAS CONTRATADAS, NORMA PARA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ATENDIMENTO DE CONDICIONANTES AMBIENTAIS e NORMA PARA CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS E SERVIÇOS, bem como comprometer-se a cumprir a legislação ambiental vigente, as normas técnicas do DER-ES, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações pertinentes.

15.1.1.2. Quanto aos padrões e normas específicas a serem cumpridos pelos bens e materiais fornecidos, e pela obra executada ou testada, aplicar-se-ão as disposições da última edição ou revisão dos padrões e normas relevantes em vigor.

15.1.1.3. Fica determinado que os projetos, especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

15.1.2. Dirigir, sob sua inteira responsabilidade, e reforçar, caso necessário para cumprimento do cronograma, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução das obras, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária, efetuando o pagamento de seus empregados no prazo legal, independentemente do recebimento das faturas.

15.1.2.1. A CONTRATADA estará obrigada a destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (equipamento de proteção individual), conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.



15.1.3. Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS, anexando a cada fatura apresentada à SEJUS, a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior, vedada a apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos mencionados, respondendo, do mesmo modo, pelas obrigações não cumpridas pelas subcontratadas.

15.1.3.1. A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscais, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos de seus subcontratados, quando houver.

15.1.3.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

15.1.4. Registrar as ocorrências relacionadas com a execução do contrato havidas durante a execução do presente contrato no “Diário de Obras”, ou similar, permanentemente disponível, respondendo integralmente por sua omissão.

15.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Estado e de terceiros, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho.

15.1.6. Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive, o recolhimento do ISSQN ao Município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

15.1.7. Apresentar a ART do respectivo Contrato e alterações. Manter permanentemente nas obras e/ou serviços um engenheiro / arquiteto residente responsável ou corresponsável pela execução, com poderes para representar a CONTRATADA junto à SEJUS, podendo resolver os problemas referentes aos serviços contratados.

15.1.8. Executar os reparos que se fizerem necessários no serviço de sua responsabilidade, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas

15.1.9. Refazer, sem ônus para a SEJUS, os serviços não aceitos pelo mesmo, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.

15.1.10. Permitir e facilitar à SEJUS a inspeção ao local das obras e/ou serviços em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

15.1.11. Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, a CONTRATADA, nos termos do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advindos do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.



15.1.12. A CONTRATADA deverá conceder LIVRE ACESSO aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo;

15.1.13. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar imediatamente à Administração Contratante qualquer alteração de sua condição no processo de Recuperação judicial ou extrajudicial.

15.1.14. EVENTOGRAMA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO: Deverá ser acompanhado pela CONTRATADA, realizando-se reuniões com a CONTRATANTE, formalizadas em atas, estabelecimento do caminho crítico e demais questões relevantes para a execução contratual.

- I. A CONTRATADA deverá efetuar seu próprio planejamento, observando o EVENTOGRAMA, O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO e o que dispõe o Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá cumprir os prazos de entrega de cada etapa, estabelecidos no EVENTOGRAMA CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, sujeitando a CONTRATADA às penalidades contratuais os seus descumprimentos.

15.1.15. Da Proteção de Dados Pessoais.

- I. Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

- a. Notificar imediatamente a CONTRATANTE;
- b. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e
- c. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.



A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.



15.1.16. Providenciar a colocação, em tempo hábil, de todos os materiais e equipamentos necessários ao andamento dos serviços, dentro da programação prevista, e reforçar, caso necessário para cumprimento do cronograma. O equipamento deve ser de nível tecnológico adequado e em perfeita condição de funcionamento.

- I. Os equipamentos devem estar em condições adequadas e equipados com todos os sistemas e dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor.

15.1.17. Retirar do canteiro e dos locais das obras e/ou serviços todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pela SEJUS.

15.1.18. Manter, durante a execução das obras e/ou serviços, a vigilância dos mesmos, a proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega à SEJUS, inclusive, a manutenção das condições de segurança da via objeto deste contrato durante a execução dos serviços.

15.1.19. A empresa contratada deverá manter, sem ônus para a SEJUS, no canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da SEJUS.

15.1.20. Proceder, no final das obras e/ou serviços à desmobilização das instalações provisórias dos canteiros, limpeza e remoção de todo material indesejável.

15.1.21. Manter a segurança do tráfego com a devida sinalização durante a execução das obras e/ou serviços, de conformidade com as normas contidas no Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/97, fazendo constar nas placas de sinalização a logomarca do Estado do Espírito Santo, e, ainda, a colocação de 01 (uma) placa nominativa da obra, nas extremidades do trecho, com dimensões, dizeres e símbolos determinados pela SEJUS.

15.1.22. O acompanhamento tecnológico, inclusive geométrico e geotécnico, ficará a cargo da CONTRATADA, independentemente da atividade fiscalizadora da SEJUS.

15.1.23. Exonerar a Administração por qualquer responsabilidade, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, métodos ou processos adotados durante a execução da obra/serviço contratado.

15.1.24. Reconhecer a propriedade do Estado de todos os fósseis e achados localizados durante a execução dos serviços, fazendo-lhe a pronta entrega, quando for o caso.

15.1.25. Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal, com o devido cumprimento da legislação e condicionantes ambientais, observando o que dispõe o Termo de Referência, sem alegação de ônus para a SEJUS.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A contratada sujeitar-se-á ao disposto na NORMA PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE EMPRESAS CONTRATADAS, sendo que o seu descumprimento poderá importar em responsabilidade civil e administrativa.

16.1.1. Em caso de descumprimento, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Norma para Avaliação de Desempenho mencionada, por decisão da Administração.



16.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei nº 14.133/2021, o contratado que:

I. der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos parágrafos “II”, “III e “IV” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos parágrafos “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do subitem acima deste Contrato, bem como nos parágrafos “II”, “III e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita no parágrafo “I” do subitem 16.2.

Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nos parágrafos “II”, e “IV” a “VIII” do subitem 16.2;

Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a inexecução total do contrato, descrita no parágrafo “III” do subitem 16.2;

16.4. Eventuais multas por atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia estão previstas na cláusula de garantia, aplicando as disposições da presente cláusula subsidiariamente.

16.5. Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas novamente, mas o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.



16.6. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, § 9º, da lei 14.133/2021).

16.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da lei 14.133/2021.

16.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da lei 14.133/2021):

16.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.8.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.8.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.8.4. Os danos que dela provierem para o contratante;

16.8.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da lei 14.133/2021).

16.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

16.10.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

16.10.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

16.10.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da lei 14.133/2021;

16.10.4. O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

16.10.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da lei 14.133/2021;

16.11. Os atos previstos como infrações administrativas na lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (art. 159 da lei 14.133/2021).



- 16.12. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da lei 14.133/2021).
- 16.13. O contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas (CEIS) e no cadastro nacional de empresas punidas (CNEP), instituídos no âmbito do poder executivo federal (art. 161 da lei 14.133/2021).
- 16.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da lei 14.133/2021.
- 16.15. Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da lei 14.133/2021).
- 16.15.1. Os débitos do contratado para com a administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o estado do espírito santo.
- 16.16. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

17. ANEXOS

APÊNDICE A – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

ANEXO 01 – ANTEPROJETO

ANEXO 02 – MEMORIAIS DESCRITIVOS

ANEXO 03 – RELATÓRIO DE SONDAAGEM

ANEXO 04 – LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO

ANEXO 05 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, NOTA DE USO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ANEXO 06 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

ANEXO 07 – CADERNO BIM

ANEXO 08 – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO

ANEXO 09 – NORMA PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE EMPRESAS CONTRATADAS

ANEXO 10 – MODELOS DE DECLARAÇÕES

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LIGIA LUCENA LIMA
GERENTE FG-GE
GEARE - SEJUS - GOVES
assinado em 14/10/2025 16:30:51 -03:00

CLAUDIA GODOY DA ROCHA MICCHI
ESPECIALISTA EM POL PUB E GESTAO GOVERNAMENTAL
GEARE - SEJUS - GOVES
assinado em 14/10/2025 16:31:23 -03:00

RENATO BERGAMIN
CHEFE NUCLEO QCE-04
NOC - SEJUS - GOVES
assinado em 14/10/2025 16:40:16 -03:00

LUCIANO CORREIA BERNARDO
CHEFE NUCLEO QCE-04
NAU - SEJUS - GOVES
assinado em 14/10/2025 16:31:56 -03:00

JESSICA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05
NAU - SEJUS - GOVES
assinado em 14/10/2025 16:20:42 -03:00

FABRICIO LIMA MILANEZ
ESPECIALISTA EM POL PUB E GESTAO GOVERNAMENTAL
NEEL - SEJUS - GOVES
assinado em 14/10/2025 16:41:25 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/10/2025 16:41:25 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por KEVILIN COUTINHO DE SOUSA PORTES (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GEARE - SEJUS - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-Z6BRS7>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

APÊNDICE A – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO



APÊNDICE A - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 2.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 2.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- 2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);
- 2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- 2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 2.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- 2.8. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.



2.9. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

- 2.9.1. A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.
- 2.9.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 2.9.3. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.
- 2.9.4. Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.
- 2.9.5. Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.
- 2.9.6. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.
- 2.9.7. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3. HABILITAÇÃO TÉCNICA

CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL



3.1. Registro ou inscrição válidos da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em cuja circunscrição se localize a sede da licitante.

3.1.1. No caso de Consórcio, todas as empresas devem apresentar o registro no CREA ou CAU, considerando os serviços de sua responsabilidade.

3.2. Comprovação de que o licitante executou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes aos indicados neste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância técnica e valor financeiro e quantitativos mínimos definidos adiante.

3.2.1. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente.

3.2.2. Os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes do contratante, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.

3.2.3. No caso de comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de Certidão de Acervo Técnico, deverá estar expresso em referido documento que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado ao licitante.

3.2.4. Deverão constar no atestado de capacidade técnica e/ou CAT os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

3.2.5. Poderão ser aceitos atestados parciais, referentes a obras/serviços em andamento, desde que o atestado indique expressamente a conclusão da parcela a ser comprovada, para fins de capacidade técnico-operacional.

3.2.6. As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, consideradas as parcelas de maior relevância e valor significativo, são:

Item	Descrição dos Serviços	Quant. de planilha	Quant. Mínima a ser comprovada
01	Elaboração de PROJETOS EXECUTIVOS; Arquitetônicos em edificações da tipologia "Estabelecimentos Penais ¹ ".	8.004,00m ²	3.900,00m ²

¹ Consideram-se para esta contratação, estabelecimentos penais: Construções tais como Penitenciária de Segurança Média e Máxima, Colônia Agrícola, Industrial ou similar, Centro de Observação Criminológica (Triagem), Cadeia Pública e Centro de detenção provisória



02	Elaboração de PROJETOS EXECUTIVOS; Fundações e Estruturais em edificações da tipologia “Estabelecimentos Penais ² ”.	8.004,00m ²	3.900,00m ²
03	Elaboração de PROJETOS EXECUTIVOS; redes elétricas com subestação em edificações da tipologia “Estabelecimentos Penais ² ”	500kVA	250kVA
04	Elaboração de PROJETOS EXECUTIVOS; Automação para controle de Abertura e Fechamento de Portas de Celas com acionamento remoto em edificações da tipologia “Estabelecimentos Penais ² ”	109 Portas	54 Portas
05	Execução de Obra em edificações da tipologia “Estabelecimentos Penais ² ”	8.004,00m ²	3.900,00m ²

Quadro 1 - para comprovação da capacidade técnico-operacional

- 3.3. Para cumprimento do disposto no item anterior, não serão aceitos o somatório de atestados a fim de comprovação de capacidade técnica.
- 3.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 3.5. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.
- 3.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 3.7. O §1º do art. 67 da lei nº 14.133/21 estabelece que a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.
- 3.8. Considera-se parcela de maior relevância técnica o conjunto de elementos que individualizam o objeto, evidenciando os pontos mais críticos e de maior complexidade técnica. As parcelas com valor significativo são aquelas que têm valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.
- 3.8.1. Os serviços considerados de maior relevância técnica para esta contratação são:
Elaboração de projetos arquitetônicos, executivos para Fundação e estrutura, Rede Elétrica e Automação para abertura e fechamento de portas de Celas com acionamento remoto;

² Consideram-se para esta contratação, estabelecimentos penais: Construções tais como Penitenciária de Segurança Média e Máxima, Colônia Agrícola, Industrial ou similar, Centro de Observação Criminológica (Triagem), Cadeia Pública e Centro de detenção provisória



3.8.2. A elaboração de projetos de engenharia de grande complexidade apresenta desafios distintos daqueles enfrentados em empreendimentos de menor escala. Projetos dessa magnitude exigem um planejamento detalhado, a integração eficiente de múltiplas disciplinas e um rigoroso controle de compatibilização, garantindo que todas as soluções técnicas sejam coordenadas de forma precisa. Além da complexidade inerente ao desenvolvimento do projeto, a gestão dos processos de elaboração é significativamente mais desafiadora. Projetos para estabelecimentos Penais envolvem um volume expressivo de informações, a necessidade de interação entre diversas especialidades (como arquitetura, estrutura, instalações elétricas, hidrossanitárias e sistemas especiais) e a adoção de metodologias avançadas, como *BIM (Building Information Modeling)*, para evitar inconsistências e reduzir retrabalhos. Outro fator crítico é a necessidade de garantir a compatibilização entre os sistemas projetados, assegurando que todas as interfaces sejam planejadas de forma integrada. Qualquer falha na coordenação entre disciplinas pode resultar em conflitos técnicos, impactando a viabilidade da execução e aumentando custos.

3.8.3. Diante dessa realidade, a experiência prévia na elaboração de projetos de grande complexidade é um requisito essencial para a escolha da empresa integralmente responsável pelo serviço.

3.8.4. Considerando a necessidade de comprovação de aptidão técnica para execução de serviços de fornecimento e instalação de sistema de automação penitenciário, solicitamos a apresentação de acervo técnico compatível com o objeto licitado.

CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

3.9. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e que seja detentor de no mínimo 1 (um) Atestado de responsabilidade técnica ou Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes aos indicados no Anexo I deste Edital.

3.9.1. Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou CAT os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

3.9.2. Havendo exigência legal, os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes da licitante, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.



3.9.3. As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante, consideradas as parcelas de maior relevância e valor significativo, são:

Item	Descrição dos Serviços	Quant. de planilha	Quant. Mínima a ser comprovada
01	Profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove a Elaboração de PROJETOS EXECUTIVOS; Arquitetônicos em edificações da tipologia “Estabelecimentos Penais”.	8.004,00m²	3.900,00m²
02	Profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove a Elaboração de PROJETOS EXECUTIVOS; Fundações e Estruturais em edificações da tipologia “Estabelecimentos Penais”.	8.004,00m²	3.900,00m²
03	Profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove a elaboração de PROJETOS EXECUTIVOS; redes elétricas com subestação em edificações da tipologia “Estabelecimentos Penais”	500kVA	250kVA
04	Profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove a Elaboração de PROJETOS EXECUTIVOS; Automação para controle de Abertura e Fechamento de Portas de Celas com acionamento remoto em edificações da tipologia “Estabelecimentos Penais”	109 Portas	54 Portas
05	Profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove a Execução de Obra em edificações da tipologia “Estabelecimentos Penais”	8.004,00m²	3.900,00m²

Quadro 2 – para comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante

3.10. Os profissionais indicados pelo Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante. Entende-se como pertencente ao quadro permanente o profissional vinculado por relação jurídica comprovada por qualquer destas formas:

Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em sendo sociedade anônima;

Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;



Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da Sede ou Filial do Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Ficha de registro do empregado - RE, registrada no Ministério do Trabalho; ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
- c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- d) Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício.

Profissional contratado: Contrato de prestação de serviço ou Declaração de prestação de serviço futuro. O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

- 3.11. O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.
- 3.12. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados.
- 3.13. No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.
- 3.14. Declaração do licitante de que no início da execução do contrato terá em seu quadro permanente profissionais de Segurança do Trabalho nos termos da NR-04 do SESMT.

APRESENTAR TODAS AS DECLARAÇÕES, OBSERVANDO OS MODELOS E ORIENTAÇÕES DO EDITAL

- 3.15. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais, e das disposições constantes no Anteprojeto de Engenharia conforme modelo do EDITAL – Declaração de conhecimento dos locais e condições;
- 3.15.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 3.16. Termo de indicação do pessoal técnico qualificado, no qual os profissionais indicados pelo Licitante, para fins de comprovação de capacidade técnica, declarem que



participarão, a serviço do Licitante, das obras ou serviços. Este termo deverá ser firmado pelo representante do Licitante e pelo profissional, conforme modelo em anexo.

3.17. Declaração formal emitida pelo Licitante de que os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização, conforme modelo deste edital, em atenção ao disposto no Termo de Referência.

3.18. Declaração que conhece o teor dos Documentos, Normas e Instruções de Serviços do DER-ES (Anexos ao Termo de Referência).

3.19. Termo de indicação do pessoal técnico qualificado, no qual os profissionais indicados pelo Licitante, para fins de comprovação de capacidade técnica, declarem que participarão, a serviço do Licitante, das obras ou serviços. Este termo deverá ser firmado pelo representante do Licitante e pelo profissional, conforme modelo em anexo.

3.20. Declaração formal emitida pelo Licitante de que os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização, conforme modelo deste edital, em atenção ao disposto no Termo de Referência.

3.21. Declaração de Responsabilidade Ambiental;

3.22. Termo de compromisso de execução dos serviços e de cessão de direitos autorais patrimoniais;

4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, para as demais pessoas jurídicas;

4.3. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

4.4. Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);



$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC) + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO\ (RLP)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO\ TOTAL\ (AT)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC)}$$

4.4.2. Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação

- 4.5. Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.
- 4.6. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.
- 4.7. Declaração do licitante (art. 69, § 3º, da Lei 14.133/2021), indicando a relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, especialmente das obras contratadas em execução ou paralisadas, demonstrando que o Patrimônio Líquido do licitante é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados (considerando-se o saldo a executar pendente, excluindo-se as parcelas já executadas) pelo licitante com entidades públicas e privadas, vigentes na data da sessão pública de abertura desta licitação.
- 4.7.1. A declaração deverá ser analisada em relação à receita bruta apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 4.7.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas para tal diferença.
- 4.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 4.9. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



4.10. No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

4.11. Os valores constantes do Balanço poderão ser atualizados pelos licitantes, para a data-base do orçamento, estimado pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, para fins de cálculo do Patrimônio Líquido mínimo.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 22/10/2025 16:42:39 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LIGIA LUCENA LIMA (GERENTE FG-GE - GEARE - SEJUS - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-6XR2NR>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

LINK PARA ANEXOS I A X DO TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando que o sistema considerando que o sistema do [compras.gov](https://compras.gov.br) não comporta o tamanhos dos arquivos. Assim disponibilizamos o seguinte link: <https://drive.sejus.es.gov.br/index.php/s/bHDrBR2kBBJe49b> para acesso dos seguintes anexos:

Anexos ao Termo de Referência:

- 1 - Anteprojeto;
- 2 - Memoriais descritivos;
- 3 - Relatório de Sondagem;
- 4 – Levantamento Planialtimétrico;
- 5 – Planilha orçamentária, nota de uso e cronograma físico financeiro;
- 6 – Critério de Medição;
- 7 – Caderno BIM;
- 8 – Matriz de alocação de risco;
- 9 - Norma para avaliação de desempenho na execução de obras e serviços de engenharia;
- 10 – Modelos de Declarações



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

**ANEXO II – DEMAIS MODELOS DO EDITAL
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

Ao

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xxx/20xx

Apresentamos nossa proposta para execução dos serviços de

Nosso preço para execução das obras e serviços é de R\$, o qual alcançamos após a aplicação do **desconto de XX,XX%** (.....), conforme descrito em nosso orçamento, para execução em (.....) dias consecutivos, conforme descrito em nosso orçamento.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, além de compreender a integralidade dos custos de direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajuste de conduta vigentes, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a Administração Pública.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do Órgão de Fiscalização, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as diretrizes.

Informamos que o **prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de ____ (.....) dias corridos**, a contar da data de abertura da licitação.

O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de _____ (Lucro Real ou Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr., Carteira de Identidade nº. expedida em .../.../....., Órgão Expedidor, e CPF nº, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Xxxxxxxx/xx, xxx de xxxxx de 2023

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

FIRMA LICITANTE – CNPJ

MINUTA DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DO CONTRATO

Ao... (ente ou órgão licitante)

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Carta de Fiança - R\$

Pela presente, o Banco, com sede à Rua
....., da Cidade de
....., do Estado, por seus representantes infra-
assinados, se declara fiador e principal pagador da
Empresa....., sediada à
Rua..... da Cidade.....
do Estado, até o limite de R\$
(.....), para efeito de garantia para a execução do Contrato
de Empreitada nº / , objeto do Edital de nº

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado, a atender, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela Administração contratante, sem qualquer reclamação, retenção ou, ainda, embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito a Administração contratante.

Obriga-se ainda este Banco ao pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser esse Estado compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida na presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita por esse Departamento.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro nº ou outro registro usado por este Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no país de origem.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

Os signatários desta estão regularmente autorizados a prestar fianças desta natureza, por força do disposto no Artigo dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial em do ano, tendo sido eleitos (ou designados) pela Assembleia, realizada em

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras pela Administração contratante.

Xxxxxxxxxx/xx, de de 202.....

Banco

.....



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE

Ao (ente ou órgão licitante)

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xx/20xx

Prezados,

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos do presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, Fone (____) _____, E-mail: _____ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de _____.

FIRMA LICITANTE – CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

LOCAL E DATA

Ao (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE)

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, sob as penalidades legais, a inexistência de fato impeditivo a nossa habilitação para o edital em referência.

Atenciosamente,

Nome e assinatura do representante legal da proponente



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS
E SEGURANÇA DO TRABALHO

Ao (órgão ou ente licitante)

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na, por seu representante legal abaixo identificado, DECLARA para os fins de direito e sob as penas da lei, que os equipamentos necessários para a execução das OBRAS e/ou dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA objeto dessa licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da sua contratação, de tal modo a não comprometer o bom andamento dos serviços a serem executados.

Declaro ainda que no início da execução do contrato teremos no quadro permanente profissionais de Segurança do Trabalho, nos termos da NR-04 do SESMT.

Nome do Município/UF, ____de ____de ____.

Identificação e Assinatura do Responsável do Licitante



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA DO CONTRATO

PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE

Ao

(ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE)

Ref.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

Prezados Senhores:

(nome da empresa), CNPJ nº, com sede à Rua
....., da Cidade de
....., do Estado, para a habilitação a (tipo da
licitação) nº xxxxxx/202X, e em cumprimento ao disposto no Edital, vem declarar a
modalidade da garantia a ser escolhida será: (01 – Caução em dinheiro, 02 – Caução
Título da Dívida Pública, 03 – Fiança Bancária ou 04 – Seguro Garantia).

..... de..... de 202X.

LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/_____
Concorrência nº ____/_____
Processo nº ____/_____
ID CiudadES nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR
INTERMÉDIO DO (NOME DO ÓRGÃO) E A
EMPRESA _____
PARA A ____DESCREVER O OBJETO____.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **(nome do órgão)**, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher), com sede na **(endereço completo)**, representada legalmente pelo seu **(cargo e nome)**, nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº ____, de ____ de _____ de 20__ (preencher), publicada no DIO de ____ de _____ de 20__ (preencher), portador da Matrícula Funcional nº _____ (preencher) e a Empresa **(nome completo)**, doravante denominada CONTRATADA, com sede **(endereço completo)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher) neste ato representado(a) por **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO de **execução de obras e serviços de engenharia, abrangendo a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução da obra, o fornecimento de bens, a prestação de serviços especializados, bem como a realização de montagem, testes e pré-operação, visando à entrega final da nova unidade penitenciária no município de Cariacica – ES**, nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a **contratação integrada de pessoa jurídica especializada na execução de obras e serviços de engenharia, abrangendo a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução da obra, o fornecimento de bens, a prestação de serviços especializados, bem como a realização de montagem, testes e pré-operação, visando à entrega final da nova unidade penitenciária no município de Cariacica – ES**, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas nos projetos e estabelecidas neste Edital, seus anexos e na proposta da CONTRATADA.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital de Concorrência Eletrônica e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 - A obra/serviço será administrada pela CONTRATADA, que assumirá integralmente a responsabilidade pela sua execução, ficando sujeita à fiscalização do CONTRATANTE durante todas as fases e etapas do trabalho.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços objeto deste Contrato serão executados pelo regime de contratação integrada.

2.2 - Por se tratar de contratação integrada, o contratado deverá reelaborar e apresentar à Administração contratante, juntamente com a etapa de entrega do projeto básico, de forma eletrônica, as planilhas com a indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, na forma do artigo 56, § 5º, da Lei 14.133/2021.

2.2.1 - Os preços unitários mencionados no item 2.2 supratranscrito balizarão excepcionais aditamentos posteriores do contrato, observado o disposto no art. 133 da Lei 14.133/2021, além de eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO E DO REAJUSTAMENTO

3.1 - O valor total da contratação é de R\$ (.....).

3.1.1 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os serviços contratados e efetivamente executados, na forma constante da Planilha Orçamentária (CRITÉRIO DE PAGAMENTO) apresentada pela CONTRATADA e que, independente de transcrição, passa a fazer parte integrante do presente Contrato.

3.3 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, em especial o reajuste e a repactuação, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

3.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano considerando a data-base do orçamento elaborado pela Administração, qual seja: JULHO/2025.

3.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

em que:

R = Valor do Reajustamento procurado.

I0 = É o Índice Nacional da Construção Civil, relativo ao mês da data base do orçamento elaborado pela SEJUS, sendo: INCC Coluna 35 – Edificação.

I1 = É o Índice Nacional da Construção Civil, referente ao mês que a contratada fará jus ao reajuste.

V = Valor a ser reajustado.

3.6 - O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento.

3.7 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

3.8 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

3.9 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/2021.

3.10 - Os atrasos na execução do objeto segundo os prazos estabelecidos no contrato não poderão ensejar o reajuste de preços, caso sejam atribuíveis à CONTRATADA, conforme apurado em procedimento próprio, assegurada ampla defesa e contraditório, podendo, ainda, nesta hipótese, resultar na aplicação das penalidades previstas no contrato.

3.11 - A análise de eventual pedido de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, decorrente de caso fortuito ou força maior, considerará:

3.12 - Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

3.12.1 - Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não sejam possíveis de evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados;

3.12.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

3.12.3 - Não será concedida a revisão também nos seguintes casos:

3.12.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.12.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização do prazo de execução do contrato;

3.12.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.12.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;

3.12.3.5 - houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

3.12.3.6 - divergências entre a composição de custos unitários da proposta da CONTRATADA com os serviços definidos na Planilha, no Projeto e normas técnicas vigentes.

3.13 - Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

3.14 - A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise da Procuradoria-Geral do Estado.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO FATURAMENTO

4.1 - A CONTRATADA deverá elaborar Relatório Mensal de Andamento das Atividades, com a indicação da parcela do cronograma físico-financeiro adimplida e, por conseguinte, a solicitação de medição desta parcela.

4.1.1 - O Relatório Mensal de Andamento das Atividades deverá conter:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

- (a) indicação de mês e ano de referência;
- (b) gráfico com a demonstração do andamento da obra previsto (linha de base) versus realizado;
- (c) principais atividades previstas para o mês, contendo, no mínimo, aquelas que foram apresentadas no caminho crítico e as atividades efetivamente realizadas;
- (d) ensaios realizados e seus resultados;
- (e) eventuais justificativas para os atrasos (caso existam) nas atividades que impactaram o caminho crítico;
- (f) relação da equipe utilizada no período (nominando o pessoal, a sua função e a sua relação com a empresa por atividade) e dos técnicos do CONTRATANTE no acompanhamento dos serviços;
- (g) correspondências expedidas e recebidas e diários de obra preenchidos;
- (h) as atividades previstas para os três meses subsequentes, evidenciando mês a mês, pelo menos, aquelas que estão no caminho crítico e principais equipamentos e materiais que serão necessários para o desenvolvimento destas atividades;
- (i) planilha orçamentária com seus quantitativos, preços unitários e totais, valores acumulados já recebidos e indicativo de valor a receber no mês;
- (j) boletim contendo o pedido de medição, informando as atividades desenvolvidas (etapas e fases), a parcela do cronograma físico-financeiro que foi adimplida e a solicitação de pagamento;
- (k) outras informações julgadas pertinentes pela fiscalização.

4.1.2 - O CONTRATANTE, por meio de sua fiscalização, deverá confirmar as informações constantes do Relatório Mensal de Andamento das Atividades para proceder com a medição.

4.1.3 - O fechamento da medição somente ocorrerá quando da comprovação, pela fiscalização, do cumprimento da parcela do cronograma físico-financeiro, na forma apresentada no Relatório Mensal de Andamento das Atividades.

4.2 - A CONTRATADA deverá apresentar a fatura somente após o fechamento da medição por parte da fiscalização da Administração.

4.3 - A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do segundo faturamento e assim sucessivamente até o último, apresentar comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao faturamento do mês imediatamente anterior ao do faturamento que estiver sendo apresentado, ficando a liberação do pagamento vinculada à apresentação dos citados documentos, devidamente autenticados.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

4.3.1 - A documentação acima referida deverá vir acompanhada de relatório especificado e de declaração da CONTRATADA, sob as penas da lei, de que adimpliu todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais no período.

4.4 - Nas guias de recolhimento dos tributos deve constar o número da nota fiscal correspondente. Em se tratando de ISS, deverá constar na guia de recolhimento:

- (a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- (b) Número, data e valor total das notas fiscais de serviços as quais se vincularem;
- (c) Número do contrato.

4.5 - O CONTRATANTE exigirá, para liberação da fatura, a partir do segundo mês de execução dos serviços e assim sucessivamente, cópias autenticadas das Guias de Recolhimento do INSS e FGTS relativas ao mês imediatamente anterior, ficando a liberação do processo de pagamento, condicionado à efetiva comprovação da quitação.

4.6 - As Guias de Recolhimento do INSS e FGTS deverão demonstrar o recolhimento individualizado, especificamente para o presente contrato, acompanhadas da relação dos empregados envolvidos na execução dos serviços no mês de referência.

4.7 - Quanto ao INSS, na GPS deverão constar do campo outras informações, os seguintes dados:

- (a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- (b) Número, data e valor total das Notas Fiscais de serviços as quais se vincularem;
- (c) Número do contrato;
- (d) Número efetivo de empregados.

4.8 - O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, folhas de pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratado.

4.9 - Para efeito do recebimento da última Nota Fiscal, ao término do contrato, deverá a CONTRATADA apresentar a Certidão Negativa emitida pelos órgãos e entidades competentes, a fim de comprovar a quitação de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos à execução do objeto contratual bem como declaração, sob as penas da lei, de que adimpliu todos os referidos encargos.

4.10 - A CONTRATADA deverá apresentar a documentação prevista nessa cláusula das suas subcontratadas, para efeito de comprovação da regularidade trabalhista e fiscal.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

5.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela etapa efetivamente executada no mês de referência, em conformidade com o cronograma de execução físico financeiro, após a medição pelo gestor e fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

5.2 - Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pelo DER-ES.

5.3 - Serão acrescidos desse prazo para pagamento constante do item anterior, os dias em que a CONTRATADA concorrer para o atraso dos pagamentos, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Administração contratante.

5.4 - Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no item anterior, desde que não provocado pela CONTRATADA, deverão contemplar multa financeira, nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.5 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Administração.

5.6 - Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.6.1 - o prazo de validade;

5.6.2 - a data da emissão;

5.6.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;

5.6.4 - o período respectivo de execução do contrato;

5.6.5 - o valor a pagar; e

5.6.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.7 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

5.8 - O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

5.9 - A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.

5.10 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.11 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.12 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.14 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15 - Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integrem consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no instrumento de constituição do consórcio.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS MEDIÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 - O pagamento será feito por medição mensal provisória, assistida pela CONTRATADA, de acordo com os quantitativos apurados pela fiscalização e apoio, tendo por base o orçamento, o eventograma e o planejamento proposto pela CONTRATADA, vinculadas ao seu desempenho (execução).

6.2 - O atraso injustificado na execução da parcela sujeita a CONTRATADA às sanções contratuais cabíveis, previstas no Contrato e na Norma de Avaliação.

6.3 - As medições provisórias serão ainda cumulativas, e efetuadas sobre o total realizado no período, sendo que os eventos impugnados pela fiscalização não serão considerados até a sua correção total. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

6.3.1 - Para fins de remuneração da “Administração Local”, o pagamento será proporcional à execução financeira do contrato, observado o efetivamente executado, não podendo ser alterado.

6.4 - Critério de aceitabilidade: a aceitabilidade da obra está condicionada à correta execução do projeto de engenharia; ao acompanhamento e atestado dos serviços pela fiscalização; aos relatórios de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado, e aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT, do DNIT e do CONTRATANTE.

6.5 - Medições dos serviços: Os serviços serão medidos, de acordo com o Termo de Referência, o Edital da Licitação e o planejamento da CONTRATADA, conforme Relatório Mensal de Andamento das Atividades

6.6 - O recebimento definitivo, com a medição final, ocorrerá no prazo de 90 dias úteis, a contar da notificação da contratada para entrega das obras concluídas, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.6.1 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 30 dias úteis.

6.6.2 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DOS ADITAMENTOS

7.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021 e nos normativos da Administração Estadual, considerando-se seu específico regime de execução, especialmente as condições da contratação integrada e semi-integrada estabelecidas no art. 133.

7.2 - Os acréscimos que se fizerem necessários, em conformidade aos art. 124 e seguintes da Lei 14.133/21, serão circunstanciadamente justificados e autorizados, desde que comprovada a disponibilidade de recursos para cobertura dos correspondentes acréscimos, e respeitado o limite de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), adotando os seguintes critérios para fixação do preço, observado o disposto na Lei:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

7.2.1 - Quando os serviços a serem executados constarem da Planilha apresentada pela CONTRATADA na proposta, os preços a serem seguidos serão aqueles nela previstos.

7.2.2 - Quando os serviços a serem executados não constarem da Planilha apresentada pela CONTRATADA na proposta, serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites legais.

7.3 - É vedada a compensação dos acréscimos com os decréscimos efetuados, devendo, em regra, ser considerados separadamente, nos termos da Portaria SECONT / PGE nº 01/2013, com suas alterações, ou outro normativo que a substituir.

7.4 - Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, devendo ser mantida a vantagem obtida na proposta vencedora, observado ainda o disposto na Lei Estadual nº 10.577/2016.

7.5 - Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

7.6 - As adequações dos projetos e execução dos serviços sempre deverão atender aos requisitos e normas técnico-legais pertinentes, acompanhadas dos devidos registros nos Conselhos profissionais competentes, e submetidas a aprovação prévia do CONTRATANTE.

7.7 - A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA MATRIZ DE RISCO

8.1 - A Matriz de Risco desenvolvida para o presente objeto constitui peça integrante do Contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo.

8.2 - Ao participar do certame a CONTRATADA declara:

8.2.1 - Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato; e

8.2.2 - Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

9 - CLÁUSULA NONA: MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação, registrando em relatório todas as ocorrências e deficiências eventualmente verificadas, emitindo, caso constate alguma irregularidade, notificação a ser encaminhada à CONTRATADA para correções, podendo ainda ser designado apoio a esta fiscalização, conforme art. 117 da Lei n.º 14.133/2021.

9.6 - A fiscalização da Administração terá livre acesso ao local da obra, devendo a CONTRATADA colocar a sua disposição os elementos que forem necessários ao desempenho de suas atribuições.

9.7 - É vedado a Administração e a seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1 - O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) semanas e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, recebimento e pagamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvado as providências cabíveis no caso de culpa do mesmo.

10.1.2 - A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

10.2 - A Ordem de Início será emitida até 30 (trinta) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação, por igual período, registrada nos autos.

10.3 - As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços, devendo ser assegurada a publicidade em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

(a) A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- (b) Gestão/Unidade: _____(preencher);
- (c) Fonte de Recursos: _____(preencher);
- (d) Programa de Trabalho: _____(preencher);
- (e) Elemento de Despesa: _____(preencher);
- (f) Plano Interno: _____(preencher).

11.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando- a conforme necessário.

12.1.1 - CAUÇÃO EM DINHEIRO ou TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA ou TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO, conforme incisos I e IV do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021.

12.1.2 - FIANÇA BANCÁRIA conforme CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO (MODELO DO EDITAL): carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

12.1.2.1 - Cópia autenticada do estatuto social do banco;

12.1.2.2 - Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

12.1.2.3 - Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

12.1.2.4 - Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

12.1.3 - **SEGURO-GARANTIA** – No caso da opção pelo seguro-garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Administração contratante, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

12.1.3.1 - A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site

<https://www2.susep.gov.br/safe/mercadoregapolices/pesquisa.asp> .

12.1.3.2 - O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias da CONTRATADA em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.

12.1.3.3 - Na modalidade seguro-garantia, em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora terá a faculdade de assumir a execução e concluir o objeto do contrato, observando o seguinte:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

12.2 - A Administração restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei 14.133/2021.

12.3 - Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo entre as partes, nos termos da legislação vigente.

12.4 - Ocorrendo prorrogação de prazo ou aumento no valor contratual decorrente de acréscimos ou do reequilíbrio econômico-financeiro, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá a CONTRATADA proceder a renovação e/ou ao reforço da garantia inicial, proporcionalmente ao aumento de valor.

12.5 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver aditivo.

12.5.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

12.5.2 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

12.5.3 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

12.6 - Quando se tratar de consórcio, será permitido que seja apresentada a garantia integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou, ainda, por cada uma das empresas consorciadas com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES - COMPETE À CONTRATADA:

13.1 - Executar a obra nos termos das especificações contidas no Edital e seus anexos.

13.1.1 - A CONTRATADA deverá atender as Instruções de Serviço normativas vigentes do DER-ES (<https://der.es.gov.br/downloads>) no que couber ao futuro contrato, NORMA PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE EMPRESAS CONTRATADAS, NORMA PARA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ATENDIMENTO DE CONDICIONANTES AMBIENTAIS e NORMA PARA CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS E SERVIÇOS, bem como comprometer-se a cumprir a legislação ambiental vigente, as Normas Técnicas do DNIT, do DER-ES, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações pertinentes.

13.1.2 - Quanto aos padrões e normas específicas a serem cumpridos pelos bens e materiais fornecidos, e pela obra executada ou testada, aplicar-se-ão as disposições da última edição ou revisão dos padrões e normas relevantes em vigor.

13.1.3 - Fica determinado que os projetos, especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

13.2 - Dirigir, sob sua inteira responsabilidade, e reforçar, caso necessário para cumprimento do cronograma, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução das obras, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária, efetuando o pagamento de seus empregados no prazo legal, independentemente do recebimento das faturas.

13.2.1 - A CONTRATADA estará obrigada a destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (equipamento de proteção individual), conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

13.3 - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS, anexando



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

a cada fatura apresentada, a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior, vedada a apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos mencionados, respondendo, do mesmo modo, pelas obrigações não cumpridas pelas subcontratadas.

13.3.1 - A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscais, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos de seus subcontratados, quando houver.

13.3.2 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

13.4 - Registrar as ocorrências relacionadas com a execução do contrato havidas durante a execução do presente contrato em um “Livro de Ocorrências” ou “Diário de Obras”, permanentemente disponível, respondendo integralmente por sua omissão.

13.5 - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Estado, em especial ao CONTRATANTE ou a terceiros, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho.

13.6 - Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive, o recolhimento do ISSQN ao Município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

13.7 - Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do respectivo Contrato e alterações. Manter permanentemente nas obras e/ou serviços um engenheiro / arquiteto residente responsável ou corresponsável pela execução, com poderes para representar a CONTRATADA junto a Administração, podendo resolver os problemas referentes aos serviços contratados.

13.8 - Executar os reparos que se fizerem necessários no serviço de sua responsabilidade, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas

13.9 - Refazer, sem ônus para o poder público, os serviços não aceitos pelo mesmo, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.

13.10 - Permitir e facilitar ao CONTRATANTE a inspeção ao local das obras e/ou serviços em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

13.11 - Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, a CONTRATADA, nos termos do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

13.12 - A CONTRATADA deverá conceder LIVRE ACESSO aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo;

13.13 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar imediatamente à Administração Contratante qualquer alteração de sua condição no processo de Recuperação judicial ou extrajudicial.

13.14 - EVENTOGRAMA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO: Deverá ser acompanhado pela CONTRATADA, realizando-se reuniões com a CONTRATANTE, formalizadas em atas, estabelecimento do caminho crítico e demais questões relevantes para a execução contratual.

13.14.1 - A CONTRATADA deverá efetuar seu próprio planejamento, observando o EVENTOGRAMA, O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO e o que dispõe o Termo de Referência.

13.14.2 - A CONTRATADA deverá cumprir os prazos de entrega de cada etapa, estabelecidos no EVENTOGRAMA CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, sujeitando a CONTRATADA às penalidades contratuais os seus descumprimentos.

13.15 - Da Proteção de Dados Pessoais.

13.15.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

13.15.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

13.15.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

13.15.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

13.15.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

13.15.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

13.15.4 - Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

13.15.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

13.15.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

13.15.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

13.15.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

13.15.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

13.15.10 - Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

13.15.11 - Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

13.15.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

13.15.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

13.15.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

13.15.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

13.15.16 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

13.16 - Providenciar a colocação, em tempo hábil, de todos os materiais e equipamentos necessários ao andamento dos serviços, dentro da programação prevista, e reforçar, caso necessário para cumprimento do cronograma. O equipamento deve ser de nível tecnológico adequado e em perfeita condição de funcionamento.

13.16.1 - Os equipamentos devem estar em condições adequadas e equipados com todos os sistemas e dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor.

13.17 - Retirar do canteiro e dos locais das obras e/ou serviços todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pela Administração.

13.18 - Manter, durante a execução das obras e/ou serviços, a vigilância dos mesmos, a proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega a Administração, inclusive, a manutenção das condições de segurança da via objeto deste contrato durante a execução dos serviços.

13.19 - A empresa contratada deverá manter, sem ônus para a Administração, no canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da Administração.

13.20 - Proceder, no final das obras e/ou serviços à desmobilização das instalações provisórias dos canteiros, limpeza e remoção de todo material indesejável.

13.21 - Manter a segurança do tráfego com a devida sinalização durante a execução das obras e/ou serviços, de conformidade com as normas contidas no Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/97, fazendo constar nas placas de sinalização a logomarca do DER-ES e do Estado do Espírito Santo, e ainda a colocação de 02 (duas) placas nominativas das obras e/ou serviços, nas extremidades do trecho, com dimensões, dizeres e símbolos determinados pelo DER-ES.

13.22 - O acompanhamento tecnológico, inclusive geométrico e geotécnico, ficará a cargo da CONTRATADA, independentemente da atividade fiscalizadora.

13.23 - Exonerar a Administração por qualquer responsabilidade, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, métodos ou processos adotados durante a execução da obra/serviço contratado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

13.24 - Reconhecer a propriedade do Estado, na figura do CONTRATANTE, de todos os fósseis e achados localizados durante a execução dos serviços, fazendo-lhe a pronta entrega, quando for o caso.

13.25 - Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal, com o devido cumprimento da legislação e condicionantes ambientais, observando o que dispõe o Termo de Referência, sem alegação de ônus para a Administração.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES E SANÇÕES

14.1 - A CONTRATADA sujeitar-se-á ao disposto NORMA PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE EMPRESAS CONTRATADAS, sendo que o seu descumprimento poderá importar em responsabilidade civil e administrativa.

14.1.1 - Em caso de descumprimento, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Norma para Avaliação de Desempenho mencionada, por decisão da Administração.

14.2 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- (a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- (b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- (c) der causa à inexecução total do contrato;
- (d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- (e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- (f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- (g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- (h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

14.3 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.3.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

14.3.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

14.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

14.3.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

14.3.4.1 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.3.4.2 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.2;

14.3.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b”, e “d” a “h” do subitem 15.2;

14.3.4.4 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a inexecução total do contrato, descrita na alínea “c” do subitem 15.2;

14.4 - Eventuais multas por atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia estão previstas na cláusula de garantia, aplicando as disposições da presente cláusula subsidiariamente.

14.5 - Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas novamente, mas o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

14.6 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

14.7 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei 14.133/2021.

14.8 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- (a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- (b) as peculiaridades do caso concreto;
- (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

(d) os danos que dela provierem para o Contratante;

(e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.9 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

14.10 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

14.10.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

14.10.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

14.10.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

14.10.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

14.10.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

14.11 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

14.12 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

14.13 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

14.14 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

14.15 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

14.15.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

14.16 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA

15.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

15.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

15.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

15.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

15.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA RESCISÃO

16.1 - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

16.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.3 - O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

16.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

16.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.3.3 - Indenizações e multas.

16.4 - Em caso algum o CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS RECURSOS

17.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

17.2 - A comunicação e o procedimento de aplicação das penalidades observarão o disposto neste contrato.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1 - A execução do presente contrato será acompanhada pelo gestor e fiscal do contrato designados pelo CONTRATANTE, permitida a assistência de terceiros para subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, que deverá atestar a realização de seu objeto, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

18.2 - A Administração responsável pelo contrato designará formalmente, fiscal e gestor do contrato entre o(s) servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento "in loco" da execução do objeto e das medições.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

18.3 - O preposto da CONTRATADA deverá estabelecer, de comum acordo com o gestor e fiscal do contrato, horários e datas regulares para tomarem decisões necessárias à execução do objeto contratado.

19 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

19.1. Representarão a CONTRATADA na execução do ajuste, como prepostos, os profissionais indicados na sua HABILITAÇÃO.

19.2. O Engenheiro Responsável Técnico indicado na proposta da empresa deverá efetivamente trabalhar na execução da obra e/ou serviço.

19.3. A eventual substituição de profissional só será possível mediante comunicação por escrito ao CONTRATANTE, devidamente justificada. Do técnico substituto deverão ser apresentadas Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo Conselho Regional da categoria, comprovando ter o mesmo a qualificação técnica compatível com a do substituído. As Certidões de Acervo Técnico – CAT a serem apresentadas terão as mesmas exigências do Edital para o profissional substituto.

19.4. O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais – E-DOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL

20.1 - A CONTRATADA será responsável por qualquer reparo ou conservação da obra durante 90 (noventa) dias após o seu recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades previstas no Artigo 140, §2º e § 6º da Lei 14.133/2021.

21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1 - Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do orçamento, conforme justificativas do Termo de Referência, desde que previamente autorizada pelo CONTRATANTE.

21.1.1 - Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.

21.2 - A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

21.3 - A subcontratação depende de autorização prévia por parte do CONTRATANTE, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços

21.3.1 - A CONTRATADA originária deve submeter à apreciação do CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta licitação.

21.4 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

21.5 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação

21.6 - Não serão realizados pagamentos diretamente à subcontratadas.

22 - CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

22.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

23 - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DO FORO

23.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria-Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

Local, ____ de _____ de _____ (preencher).

Nome da Contratante
 Representante (nome completo)
 Documento de Identificação

Nome da Contratada
 Representante (nome completo)
 Documento de Identificação



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

Relatório de comprovação de adimplência de encargos – RECAE

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO				
1.1	CONTRATANTE:		C N P J Nº	
1.2	CONTRATADO:		C N P J Nº	
1.3	OBJETO:			
1.4	MÊS – REFERÊNCIA DO FATURAMENTO			
1.5	MÊS – REFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO			

2 – DOCUMENTOS ANEXOS (encargos trabalhistas/sociais/previdenciários/fiscais)

- Controle de ponto dos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- Folha de pagamento mensal, inclusive 13º salário, quando couber, do pessoal alocado na prestação dos serviços, por contrato;
- Relatório de movimentação funcional dos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- Comprovantes dos pagamentos dos salários, inclusive 13º salário, quando couber, dos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- Guia de Recolhimento do FGTS – GRF com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- Guia da Previdência Social – GPS com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- Relação dos Trabalhadores – RE;
- Relação de Tomadores/Obras – RET;
- Comprovante de Declaração à Previdência;
- Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

- Recibo de Férias, com o Aviso de Férias dos empregados da contratada vinculados ao contrato e comprovantes de seu pagamento;
- Aviso Prévio ou Pedido de demissão dos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT, com Termo de quitação ou de Homologação dos empregados da contratada vinculados ao contrato e comprovantes de seu pagamento;
- Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF, com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento do FGTS Rescisório, dos empregados da contratada vinculados ao contrato, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- Comprovantes de fornecimento do Vale Transporte aos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- Comprovantes de fornecimento do Auxílio refeição/alimentação aos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- Demais comprovantes dos pagamentos dos encargos trabalhistas, bem como demais benefícios previstos em legislação específica, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;
- Nota Fiscal do Mês – Referência do Faturamento.

Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa:

- Certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- Certidão da Fazenda Estadual onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado;
- Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC

3 – OUTROS DOCUMENTOS

4 – DECLARAÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Declaro sob as penas da Lei, que a empresa encontra-se em situação de adimplência em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, incidentes sobre o contrato acima referido conforme determinação contida na Lei Estadual nº 5.383/97 E Decreto nº 1.938-R e cópia dos comprovantes de pagamentos em anexo.

_____, ____/____/____

Nome/Cargo e Assinatura do Representante
Legal da Empresa

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARCELA MATTOS FARINA

PRESIDENTE (COMISSAO - NOVA LEI DE LICITACOES E CONTRATOS - SEJUS)

SEJUS - SEJUS - GOVES

assinado em 29/10/2025 09:58:10 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 29/10/2025 09:58:10 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por MARCELA MATTOS FARINA (PRESIDENTE (COMISSAO - NOVA LEI DE LICITACOES E CONTRATOS - SEJUS) - SEJUS - SEJUS - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-K1TVQD>

Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS -**PORTARIA Nº 516-S, DE 14 DE ABRIL DE 2025.**

Altera a Portaria nº 1.514-S, de 05 de novembro de 2012, que institui o Grupo de Trabalho Interconfessional do Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA**, no exercício da competência prevista no art. 98, inciso II, da Constituição do Estado do Espírito Santo, e no uso das atribuições conferidas pelo art. 46, alíneas "a" e "o", da Lei nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 1.514-S, de 05 de novembro de 2012, quanto à representação da Arquidiocese de Vitória/Pastoral Carcerária, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º [...]

[...]"

Arquidiocese de Vitória

Titular: Maria de Fátima Castelan

Suplente: Hansmiller Nunes Gonçalves Vieira;

[...]"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Vitória, 14 de abril de 2025.

RAFAEL RODRIGO PACHECO SALAROLI

Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 1533880

PORTARIA Nº 517-S, DE 14/04/2025.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Decreto Nº 2281-S, de 30 de dezembro de 2022, publicado em 01 de janeiro de 2023, e das atribuições legais que lhe confere o Art. 146, § 8º da Lei Complementar nº 46 de 31 de janeiro de 1994, tendo em vista o que consta no Processo Nº 2024-78D5P,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo para exercerem a função de Agentes de Contratação:

- a) Elen Brito de Almeida, NF. 3174751;
- b) Guilherme Tonani Ferrari, NF. 3635597;
- c) Luciana Costa Zani Calegario, NF. 3416607;
- d) Marcela Mattos Farina, NF. 3635716;
- e) Michel da Silva Oliveira, NF. 2991683;
- e) Suellen de Souza Alves, NF. 4794079.

Art. 2º Designar os servidores públicos abaixo para exercerem a função de Equipe de Apoio:

- a) Adriana Perovano de Bortoli, NF 3033570;
- b) Álvaro Viana Brandão, NF. 2940809;
- c) Cibele Vasconcellos Leite Agrizzi, NF. 4165306;
- d) Daniel de Mello Torquato, NF. 3510220;

- e) Dayana Alves Barbosa, NF. 3519848;
- f) Fernanda Loyola Fabris, NF. 2994259;
- g) Jhamille Cristine dos Santos de Souza, NF. 3816370;
- h) Marco Aurelio Toniato, NF. 2708132;
- i) Marina Osorio Morandi, NF. 3802957;
- j) Sirval Martins dos Santos Júnior, NF. 3685004;
- k) Tiago Anderson Sant Ana Silva, NF. 4962389;
- l) Vanesca Moulin Ferreira, NF. 766139.

Art. 3º Na ausência ou impedimento de algum Agente de Contratação, fica designado o servidor João Felipe de Almeida Fonseca, NF. 4962389 como substituto.

Art. 4º As atribuições dos Agentes de Contratação estão descritas na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto Estadual 5.352-R/2023.

Art. 5º A distribuição dos processos aos Agentes de Contratação e à Equipe de Apoio serão realizados pela Gerência de Licitação e Contratos - GELIC.

Art. 6º Os trabalhos da Equipe de Apoio serão coordenados pelo Agente de Contratação designado.

Art. 7º Cessar os efeitos da Portaria Nº 176-S, de 31/03/2025, publicada em 01/04/2025.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Vitória/ES, 14 de abril de 2025.

RAFAEL RODRIGO PACHECO SALAROLI

Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 1533937

PORTARIA Nº 583-S, DE 14 DE ABRIL DE 2025
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 65, da Lei Complementar nº 46/94, resolve:

EXONERAR, de acordo com o Art. 61, § 2º, letra "a", da Lei Complementar nº 46/94, **TAMIRES SILVA DA VITORIA REIS**, NF. 4929870, do cargo em comissão de Subgerente de Transporte, Ref. QCE-05, da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, a contar de sua publicação.

RAFAEL RODRIGO PACHECO SALAROLI

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Protocolo 1534566

PORTARIA Nº 584-S, DE 14 DE ABRIL DE 2025
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 98, Inciso II da Constituição Estadual e do Art. 46, alínea "o" da Lei nº 3043/75, **resolve:**

CESSAR os efeitos da Portaria Nº 1487-S, de 24/07/2023, publicada no DOE em 25/07/2023, que designou o servidor **LEONARDO BARROS DA SILVA ROSA**, NF. 3636933, para exercer a Função Gratificada de Assessoria II - FGA-II, da Secretaria de Estado da Justiça, a contar de sua publicação.

RAFAEL RODRIGO PACHECO SALAROLI

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Protocolo 1534567



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/04/2025 09:23:51 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALVARO VIANA BRANDAO (GERENTE FG-GE - GELIC - SEJUS - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-QMZCBB>

Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS -

PORTARIA Nº 654-S, DE 12/06/2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Decreto Nº 2281-S, de 30 de dezembro de 2022, publicado em 01 de janeiro de 2023, e das atribuições legais que lhe confere o Art. 146, § 8º da Lei Complementar nº 46 de 31 de janeiro de 1994, tendo em vista o que consta no Processo Nº 2024-78D5P.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para comporem a comissão de contratação no âmbito do processo nº 2024-T35WK.

- a) Marcela Mattos Farina, NF. 3635716 - **Presidente**.
- b) Alvaro Viana Brandão, NF. 2940809 - **Membro**.
- c) Sirval Martins dos Santos Júnior, NF. 3685004 - **Membro**.
- d) Marina Osório Morandi, NF. 3802957 - **Membro**.

Art. 2º As atribuições da comissão de contratação estão descritas na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto Estadual 5.352-R/2023.

Art. 3º Os trabalhos da comissão serão coordenados pelo presidente designado.

Art. 4º Na ausência ou impedimento do presidente, fica designado o servidor João Felipe de Almeida Fonseca, NF. 4799399 como substituto.

Art. 5º Os efeitos desta portaria se encerram com a contratação do objeto.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Vitória/ES, 12 de junho de 2025

NELSON RODRIGO PEREIRA MERÇON

Secretário de Estado da Justiça - Respondendo
(Decreto nº 1263-S, de 09 de junho de 2025)

Protocolo 1571878

PORTARIA Nº 792-S, DE 12 DE JUNHO DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 65, da Lei Complementar nº 46/94, resolve:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o Art. 61, § 2º, letra "b", da Lei Complementar nº 46/94, **RAYANE MARINHO ROSA**, NF. 3672255, do cargo em comissão de Assessor Jurídico do Sistema Penal - Ref. QCE-06, da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, a contar de 13/06/2025.

NELSON RODRIGO PEREIRA MERÇON
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA

- RESPONDENDO

DECRETO 1263-S, DE 09/06/2025.

Protocolo 1571956

Polícia Penal do Espírito Santo - PPES -

PORTARIA Nº 159-S, DE 12 DE JUNHO DE 2025

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, no uso da atribuição que lhe confere o Art.9º, inciso IV, da Lei Complementar 1061/2023, resolve: **DESIGNAR JAIRO LUIZ GONZAGA JUNIOR**, NF. **3177300**, para responder como Diretor de Operações da Polícia Penal, durante férias do titular **WELESON VIEIRA DE SOUZA**, NF. **3728005**, no período de 23/06/2025 a 22/07/2025.

JOSÉ FRANCO MORAIS JUNIOR

Diretor Geral da Polícia Penal

Protocolo 1571220

PORTARIA Nº 161-S, DE 12 DE JUNHO DE 2025

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, no uso da atribuição que lhe confere o Art.9º, inciso IV, da Lei Complementar 1061/2023, resolve:

LOCALIZAR, o (a) Policial Penal abaixo, por interesse dessa Polícia Penal, de acordo com o art. 35, Inciso II da Lei Complementar Nº 46/94, a contar da publicação:

FABIANO CALLEGARIO SILVA- NF. 2885727 - DIOP

JOSÉ FRANCO MORAIS JUNIOR

DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO

Protocolo 1571466

PORTARIA 162 - S DE 12 DE JUNHO DE 2025
O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem no Art. 9º inciso IV, da LEI COMPLEMENTAR Nº 1.061, de 19 de dezembro de 2023, tendo em vista o que consta do Processo nº. **2023-2HK25**:

DECIDO:

Art. 1º - Nos termos do estabelecido no art. 231, II, da Lei Complementar Estadual nº. 046/1994, pela penalidade de suspensão de 13 (treze) dias ao servidor **Anízio Pereira Junior - nº funcional 2989654**, em razão da culpabilidade apurada, nos termos do art. 220, inciso V, da referida Lei Complementar.

Art. 2º - Nos termos do estabelecido no art. 231, II, da Lei Complementar Estadual nº. 046/1994, pela penalidade de suspensão de 09 (nove) dias ao servidor **Carlos Eduardo da Costa - nº funcional 3178021**, em razão da culpabilidade apurada, nos termos do art. 220, inciso V e VI, da referida Lei Complementar.

Art. 3º - Nos termos do estabelecido no Art. 154 da LCE 046/94, fica assegurado aos servidores o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir desta publicação, para interpor os recursos previstos em lei.

Art. 4º - Decorrido este prazo sem a manifestação do servidor, serão adotadas providências quanto à efetiva aplicação da penalidade.

JOSÉ FRANCO MORAIS JUNIOR

Diretor-Geral da Polícia Penal - PP/ES

Protocolo 1571857



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 28/10/2025 10:59:17 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALVARO VIANA BRANDAO (ESPECIALISTA EM POL PUB E GESTAO GOVERNAMENTAL - SGA - SEJUS - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-425611>